



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2024

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024

INICIADA ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	06
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	30
ENCERRAMENTO	97

ATA N.º 02/2024ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

2.1 - *Apreciação e votação da Ata n.º 01/2024 de 19 de fevereiro de 2024*

2.2 - *Leitura resumida do expediente*

2.3 - *Pedidos de informação e esclarecimentos*

2.4 - *Declarações de âmbito político e de interesse municipal*

2.5 - *Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação*

2.5.1 *Proposta de Moção “Resolução das Situações relativas ao Novo Sistema de Mobilidade na Covilhã” (União das Freguesias de Covilhã e Canhoso)*

2.5.2 *Proposta de Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático” (PCP)*

2.5.3 *Proposta de Moção “Covilhã: Um exemplo da celebração e valorização da democracia” (PPD/PSD)*

2.5.4 *Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Carlos Manuel Figueiredo da Silva (PPD/PSD)*

2.5.5 *Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Curto Pereirinha (PPD/PSD e PS)*

2.5.6 *Proposta de Moção pelo Cessar de Hostilidades e Pela Paz no Médio Oriente (PS)*

2.5.7 *Proposta de Recomendação “Reconhecimento aos Heróis de Abril e da Liberdade” (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - *Debate entre Grupos Municipais*

– ***“Relatório de Observância do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição referente ao ano de 2023” (Grupo Municipal do PPD/PSD)***

– ***“Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela” (Grupo Municipal do PS)***

- 3.2 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 3.3 - *Apreciação e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Atividades 2023 do Município da Covilhã***
- 3.4 - *Tomada de conhecimento do Relatório da Revisão Limitada sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2023***
- 3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Alteração Orçamental Modificativa n.º 5***
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual – Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público para "Aquisição, por Lotes, do fornecimento de energia elétrica em MT, BTE, BTN e IP", despesa dos Lotes 4, 5 e 7 (BTN, BTE e IP) – Minuta de contrato a celebrar para os Lotes 4, 5 e 7***
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual – Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção do Posto Territorial da GNR do Tortosendo***
- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela e proposta de Estatutos***
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta da Carta Educativa Municipal***
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adesão do Município da Covilhã à Rede de Cidades e Vilas que Caminham***

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Ilídio Moisés Serra dos Reis em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Lino Fernandes Torgal em substituição da Senhora Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Raquel Susana dos Santos Duarte em substituição do Senhor Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão os Senhores: Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra) e Dr. Ângelo Miguel Santarém Correia (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição da Senhora Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote.** -----

--- Colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não se registaram nenhuma inscrição para Intervenção do Público. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 01/2024 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 01/2024 de 19 de fevereiro de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV), Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo) e César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo). -

Não votaram ainda, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Deputado Municipal, Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, a solicitar renúncia de mandato -----
- Ofício da Beira Serra – Associação de Desenvolvimento a agradecer o Voto de Louvor aprovado na sessão ordinária de 22/12/2023 -----
- Email da Câmara Municipal da Covilhã a remeter ofício 602/24 – DOP CIRCULAR, datado de 15/02/2024 para reunião de trabalho - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável -----

- Email da Senhora Sílvia Carvalha Santos a agradecer o Voto de Pesar pelo Falecimento do Sr. Joaquim Carvalheiro dos Santos -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Não houve qualquer pedido de informação e esclarecimentos. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes fez a seguinte intervenção: -----

“Ainda envolvidos nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que irão decorrer durante o ano de 2024, salientamos e tornamos relevante, senão heróico, o grande feito dos militares e do Povo na construção da Revolução dos Cravos. -----

Uma saudação a todos aqueles que organizam e promovem, que participam e se envolvem nas comemorações de uma revolução que contém elevado significado para os portugueses e para o mundo em geral. Desde logo pela paz que promoveu com o fim da guerra colonial, paz para milhares de jovens e famílias portuguesas e paz para os povos africanos colonizados. Transformou Portugal num país promotor da paz, da solidariedade, da cooperação e da amizade com todos os Povos. -----

E é do lado da paz que o PCP se posiciona em qualquer conflito mundial. Somos defensores da aplicação do artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa, defensores da procura incessante de resolução dos conflitos através do diálogo, respeito pela Carta das Nações Unidas e o fim dos blocos militares, mas perante um conflito ou uma ação militar, perante a resistência de um povo, concordamos com o Secretário-Geral da ONU quando afirma que os conflitos, as agressões e atos de resistência não aparecem do vácuo. Existe um histórico que não justifica a ação violenta, mas que nos ajuda a entender e a perceber o caminho que alguns querem percorrer na defesa de interesses geoestratégicos, políticos e económicos. -----

Queria saudar também o Núcleo da Covilhã do Conselho Português para a Paz e Cooperação, a União de Sindicatos de Castelo Branco, a União de Resistentes Antifascistas Portugueses e os grupos de jovens universitários da UBI que têm promovido na Covilhã ações de solidariedade com a Palestina, contra a guerra e pela paz e contra o genocídio de um Povo. -----

Também aqui a Covilhã se pode orgulhar de ser uma cidade solidária que tece a paz, educado para a paz e para a resolução dos conflitos através do diálogo para a cooperação e solidariedade. É alimentar e reforçar os ideais de Abril. É fazer a prevenção para a redução da conflitualidade entre as crianças e adultos na nossa sociedade, entre os povos, e é fazer prevalecer atitudes e comportamentos que dignificam o ser humano. É criar o clima propício para o desenvolvimento da cultura, do desporto e da ciência e do bem-estar social – Objetivos de Abril.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou felicitando, “uma vez que é a minha primeira reunião aqui enquanto esta Assembleia passa a ser transmitida online, a Assembleia Municipal por esta tomada de decisão e, ao mesmo tempo, cumprimentar as pessoas que, de forma online, nos assistem. Portanto, felicitar também pelo alargamento desta possibilidade de participação.” -----

De seguida fez a intervenção que, a seguir se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.01)** -----

“Senhor Presidente, passam 4 dias desde que festejamos as conquistas de Abril, passam 24 dias da tomada de posse de um novo Governo, naquele que é o ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e 49 anos do 25 de Novembro de 1975. -----

Nas eleições de 10 de Março, o país expressou a sua vontade e não quis ficar como estava. Uma maioria exige mudança de rumo, de políticas e de governação. -----

Desde 1995 que não assistíamos a este número de portugueses a exercer o seu direito, contribuindo para uma das mais elevadas percentagens de participação em eleições legislativas. Além da vontade de virar a página, há sinais evidentes de protesto contra tudo o que foram os abusos de poder nos últimos anos. -----

Indiferentes às mensagens do anterior governo – como as do crescimento económico, do desenvolvimento social e da evolução dos principais indicadores, os portugueses deram sinais ao Partido Socialista, aos seus dirigentes e dependentes, que bastava de casos e casinhos de justiça, da soberba política na governação, de atropelos à democracia e de jogos de secretaria e de bastidores. -----

O Parlamento está agora mais fragmentado, acompanhando aquela que é a tendência europeia de maior polarização e do crescimento de uma direita mais extrema e populista. -----

Volvidos 50 anos do 25 de Abril, voltamos a ter na casa da democracia, quem pense que a ponte 25 de Abril se deva chamar de António de Oliveira Salazar e que em campanha saudava o seu líder, com cumprimentos dos nacionalistas alemães. -----

Esta é a nova realidade do parlamento, a nova representatividade da realidade política portuguesa, deve merecer a nossa redobrada atenção pelo crescimento preocupante de posições que atentam contra o humanismo e o personalismo da nossa sociedade. -----

Esta preocupação deve ser alargada ao domínio autárquico. A esta nossa casa. Não nos espantemos com a ascensão ao poder autárquico de partidos dos extremos políticos, que julgávamos desaparecidos. -----

É nos exigido, enquanto autarcas, políticos e cidadãos maior capacidade de partilha de informação, maior trabalho na defesa da democracia, dos valores e das conquistas de uma democracia plural, livre e justa. -----

Diga-se em aparte que fico feliz e fica o CDS satisfeito, porque a realidade política hoje expressa um partido fascista e ele de extrema-direita e, portanto, libertou o CDS e o Centro Democrático Social, partido fundador da Democracia, daquilo que eram os ataques constantes, muitas vezes nesta Assembleia, de sermos apelidados de fascistas. Hoje temos sim, um partido de extrema-direita que podemos denominar como fascista. -----

A Aliança Democrática, os partidos que a sustentam no governo, têm agora o enorme desafio de serem ágeis, dinâmicos e próximos da população. Terão de ser abertos ao diálogo, não esquecendo as metas de programas como o do PRR. Governar em liberdade, não ignorando a necessidade de um programa de emergência para a saúde. Dirigir em consenso, impulsionando a economia e a redução da carga fiscal. -----

O Programa do novo Governo acolheu mais de 60 propostas dos outros programas de partidos com assento parlamentar. Tem como prioridades a melhoria dos salários e das pensões, a redução da carga fiscal sobre o trabalho e as empresas, o apoio aos mais jovens e a atenção aos mais velhos, saúde acessível a todos e sem listas de espera, mais habitação pública, particular e cooperativa, mais apoios à natalidade. -----

Não maçarei esta Assembleia com o conjunto de políticas anunciadas até por economia de tempo.

Quero apenas salientar aqui e para terminar um ponto que julgamos fundamental: identificar que o País deu um sinal claro contra os demagogos e contra aquilo que eram os populistas. Não podemos deixar de referir a prestação do Secretário-geral Pedro Nuno Santos, aquando do dia 12 de abril na apresentação e discussão das políticas do Governo, usando para o efeito uma condição sine qua non como a abolição das portagens. -----

A verdade é que aquilo que temos assistido de Pedro Nuno Santos é de que, enquanto governante e Ministro das Infraestruturas, não foi capaz de fazer esta abolição plena das portagens. Em campanha prometeu que uma das primeiras medidas era abolir exatamente essas portagens, tendo votado sempre contra todas as propostas das mais diversas bancadas parlamentares contra esta medida. -----

E portanto, queremos acreditar que o sinal que o povo português deu no passado 10 de Março foi um sinal claro contra estes malabarismos políticos. A verdade é que sentimos que o Dr. Pedro Nuno Santos não terá aprendido. Muito obrigado. -----

- **Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Temos um novo Governo da República em funções há 23 dias. -----

É o Governo com a maior participação de mulheres de sempre, incluindo a mais jovem Ministra do sexo feminino e uma Ministra natural da região. -----

É um Governo menos centralizado. Comparando com o executivo anterior em que 75%, três em cada quatro ministros, eram oriundos de Lisboa, este reduz essa percentagem para 25%, ou seja, um em cada quatro. -----

É um Governo mais representativo do país real, também ele rural. -----

Este Governo enfrenta desafios: a desindustrialização, a globalização, o envelhecimento da população e a pobreza na qual 20% dos portugueses estão neste momento. -----

As zonas com maior perda de população na Europa estão no interior de Portugal. O Portugal rural perdeu 11% dos seus cidadãos nos últimos anos. A Covilhã perdeu 10,3% da sua população. -----

Por esta razão, votos de um excelente mandato na defesa do país e desta região ao novo Governo do País. -----

Em segundo lugar, esta é a primeira Assembleia Municipal a ser transmitida *online* depois de anos de reivindicação. Isto é um aumento da transparência, da proximidade e da prestação de contas face aos nossos concidadãos. -----

Não se compreende apenas a falta de divulgação. Por que razão aparece apenas num *site* que pouca gente conhece e não nas redes sociais, ao contrário de vídeos do Presidente da Câmara, e por que razão, como já aqui foi dito recentemente, o Executivo, agora que já tem os meios para o fazer, não transmite também as suas reuniões públicas? É apenas falta de vontade política. -----

Em terceiro lugar, gostava de cumprimentar e saudar a Câmara Municipal por aceitar a proposta da oposição de homenagear os antigos autarcas do Concelho. É um reconhecimento do seu trabalho, é um emendar de mão face ao folhetim do PS, pago e enviado pelo Município há dez anos, em que criticava os seus antecessores, mas é um reconhecimento de Abril e de todos aqueles que lutaram para a democracia local, por aquilo que é a maior conquista de Abril: o poder local e a descentralização. É assim que se cumpre Abril e não é a anunciar obras. -----

E por fim, mobilidade. Hoje votamos aqui uma moção muito importante que nos volta a trazer um tema essencial para o concelho. -----

Ontem, dia de chuva na Covilhã, nos abrigos das paragens de autocarro, estavam cidadãos à chuva à espera do autocarro porque os abrigos não são suficientes para acolher o número de pessoas que esperam pelos autocarros. Não se está ainda a cumprir o contrato nesta matéria. -----

Os preços do Silo Auto Municipal são astronómicos, exatamente o mesmo valor que do parque de estacionamento ao lado do Parlamento em Lisboa. O licenciamento do silo do Sporting ainda não está concluído, não sabemos para quando estará, nem quando vão começar as suas obras. -----

A devolução dos 5 € do passe, ilegalmente cobrados, não foi feita da forma correta porque apenas aqueles que tinham o talão de compra tiveram o valor devolvido, enquanto os outros têm apenas um cartão com a sua fotografia e o nome que talvez não sirva de prova de pagamento. -----

Por fim, ainda não sabemos quando, como e de que forma os passes vão poder ser vendidos pelas Juntas de Freguesia. -----

Para terminar, gostava de enaltecer uma iniciativa da Universidade da Beira Interior e do Curso de Psicologia em particular, que levou 60 alunos nos arredores da Universidade a caminhar em condições equiparadas a pessoas com mobilidade reduzida ou constrangimentos. -----

A iniciativa chamava-se “*Viver na pele do Outro*” e identificou gravíssimas falhas de planeamento no Município: sinais de trânsito no meio do passeio, calçada levantada, andaimes no meio do passeio, entre outros obstáculos, sem o mínimo abrigo para sol ou chuva para a população mais idosa que tenha dificuldade e por fim, de forma anedótica, até para entrar na Câmara Municipal é preciso vencer a escadaria.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção começando por, “após as eleições legislativas, endereçar, em primeiro lugar, os parabéns ao Partido Social Democrata e ao CDS pela vitória que obtiveram nessas eleições. Têm um governo que foi aprovado, estão a governar e, portanto, aquilo que o Partido Socialista faz responsabilmente é desejar que o Governo do Partido Social-Democrata consiga governar a bem de todos os portugueses. -----

Mas as últimas eleições legislativas trouxeram alguns sinais preocupantes que não devemos esconder e que devemos afirmar. A verdade é que o populismo de direita assumiu uma força até agora desconhecida em Portugal. Desconhecida porque, sejamos sinceros, objetivamente aqueles eleitores existiam e objetivamente eles já estavam nalgum lado. Havia forças políticas que já tinham em si aqueles eleitores e muitos até daqueles que são os intervenientes políticos dos partidos daquela área. -----

Portanto, não vale a pena escamotear. Eles, de facto, já existiam e, de facto, sentiam-se representados nalgum lado. É importante dizê-lo. -----

Mas isso não é o que agora importa. O que agora importa é o que é que objetivamente podemos e devemos fazer porque a Democracia, na nossa opinião, está de facto ameaçada. A Democracia nunca é um dado adquirido e independentemente dos votos que tenham surgido serem muitos ou poucos, serem de protesto ou não, a verdade é que os votos estão a ser feitos no local errado, num local que, de facto, ameaça a Democracia. -----

Com calma, não podemos deixar de fazer um pensamento sobre estas questões. A democracia está de facto em perigo. -----

Em segundo lugar, gostava de dizer também que acho que da leitura que fizeram aqui, dos demagogos do Partido Socialista e relativamente ao Pedro Nuno Santos com as portagens das autoestradas do interior, se isso é demagogia, gostaria de saber o que é então aqueles 1500 milhões que, de repente, se tornaram 200 milhões €! Isso é que é verdadeiramente a demagogia e é esse tipo de demagogia que torna ainda mais importante a reflexão que tem que se fazer relativamente à expressão que têm tido os partidos da extrema-direita. -----

Por outro lado: um Governo com tantos ministros vindos de fora de Lisboa. Estava à espera que o Senhor Deputado viesse anunciar que no PSD se está a fazer, de facto, também uma reflexão sobre a regionalização. Isso é que era importante. Porque termos ou não os ministros que são 25% ou 75%, a verdade é que qual é que é o efeito que isso tem nas políticas? Que que isso representa? -

Vamos ter ou não regionalização? Isso era um debate também importante que centrava as questões onde elas devem estar e é uma questão da democracia também. Isso é a afirmação da democracia – a regionalização – e gostaríamos de contar com a participação do PSD num debate alargado sobre a regionalização. -----

Relativamente ao 25 de Abril e às comemorações do 25 de Abril. É também um bom sinal para o país que as manifestações em torno do Dia da Liberdade tenham tido a expressão que tiveram e a participação massiva dos Portugueses que é, ao fim e ao cabo, também por um lado celebrar os valores de Abril, mas por outro lado também a demonstração de que muito do Povo estará disponível para combater em nome da liberdade que pode, porventura, estar ameaçada. -----

Em termos de política local, temos também que falar no 25 de Abril, nas comemorações que foram feitas dos 50 anos do 25 de Abril: uma participação também muito considerável dos Covilhanenses, um programa que teve diversas iniciativas culturais e outras. Portanto, temos que saudar o Executivo com a organização deste programa do 25 de Abril e pela dignidade e relevo que vem trazer às comemorações do Dia da Liberdade. -----

Deve-se ainda saudar o início das obras no prédio de Santo António que foi anunciado há algum tempo e que era sistematicamente aqui referenciado pela oposição (“não andam as obras. São só anúncios e as obras não andam.”). -----

Quando as coisas acontecem, já não tem relevo nenhum! A verdade é que, quando de facto as obras acontecem, a oposição já não tem nenhum interesse no que está a suceder na Covilhã. ----

Saudar também a Universidade da Beira Interior que está a comemorar mais um aniversário. Muitos de nós aqui somos ubianos, somos todos Covilhanenses e, portanto, é de saudar mais um aniversário da UBI que está pujante e que representa para a região, sem dúvida uma grande mais-valia e que o tem afirmado ao longo do tempo e continua a afirmar. Portanto, os parabéns à Universidade da Beira Interior. -----

Por fim, falar também de uma questão que representa também o conceito da liberdade que é os contratos-programa que foram assinados com as associações do Concelho e que vêm na sequência já de um Regulamento do Associativismo que este Executivo aprovou e que libertou também as associações, de facto, do beija-mão. Isto é a liberdade. As associações são financiadas na medida das possibilidades da Câmara, mas com critérios transparentes e que toda a gente sabe ao que anda. Acabou-se com o: ou és subserviente ou não és apoiado. Isso acabou-se com o Partido Socialista. Isto também é liberdade. Obrigado.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 – Proposta de Moção “Resolução das Situações relativas ao Novo Sistema de Mobilidade na Covilhã”

“Os eleitos pela coligação Covilhã e Canhoso - Juntos, Fazemos Melhor - CDSPP.PPD/PSD.IL para a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, ao abrigo do artigo 33.º do Regimento da Assembleia de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vêm apresentar a seguinte moção:

Considerando:

- As preocupações levantadas pela comunidade em relação ao novo sistema de mobilidade implementado na Covilhã, incluindo fundamentalmente as questões relacionadas com a substituição dos abrigos de passageiros, o licenciamento do "silo-auto do Sporting", a devolução dos valores resultantes da troca de passes e a comercialização de passes e bilhetes pela Transdev e pelas Juntas de Freguesia;*
- A falta de esclarecimento e atraso na resolução dessas preocupações por parte da Câmara Municipal, apesar das promessas de ação anteriormente apresentadas;*
- A necessidade urgente de garantir um sistema de mobilidade eficiente e acessível para todos os cidadãos da Covilhã.*

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, reunida em 24 de abril de 2024, delibera:

- Exigir à Câmara Municipal da Covilhã que tome medidas imediatas para resolver as preocupações levantadas pela comunidade, em relação ao novo sistema de mobilidade, incluindo a devolução dos valores resultantes da troca de passes, a substituição dos abrigos de passageiros, a conclusão do licenciamento do "silo-auto do Sporting" e a clarificação do envolvimento das Juntas de Freguesia na comercialização de passes e bilhetes pela Transdev;*
- Mandatar o presidente da Junta de Freguesia para que apresente a moção na Assembleia Municipal da Covilhã, em nome da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, exigindo a adoção imediata das medidas necessárias para resolver as preocupações acima mencionadas;*
- Manifestar solidariedade para com os cidadãos da Covilhã afetados pelas deficiências do novo sistema de mobilidade e reafirmar o compromisso da Assembleia de Freguesia em defender os seus interesses e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade;*
- Enviar cópia desta moção à Câmara Municipal da Covilhã e a todos os órgãos competentes, solicitando uma resposta e ação imediatas.”*

(Proposta apresentada pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso Doc.02)

- Foi interveniente o Deputado Municipal Eng.º **Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** que iniciou dizendo que “esta moção vem a esta Assembleia com base numa proposta apresentada, tanto quanto se dá a conhecer, pela oposição do Partido Socialista na Junta de Freguesia da Covilhã e sobre a qual o Partido Socialista nesta Assembleia irá votar contra.*

Vota contra por quatro razões essenciais: -----

- 1.^a Porque a matéria na moção já está amplamente esclarecida, seja pelo Executivo Municipal, seja de forma pública nesta Assembleia, seja também através de intervenções do Senhor Presidente da Câmara; -----
- 2.^a Sobre a questão dos abrigos de passageiros, já foi público e é público que os mesmos serão remodelados no próximo mês de maio; -----
- 3.^a Sobre a questão da devolução dos 5 €: o que o Deputado Hugo disse há pouco não corresponde à verdade. O senhor Presidente disse que esta devolução já foi de facto efetivada; -----
- 4.^a Em relação à questão do Silo-Auto, o processo de adjudicação às obras do Silo do Sporting está em fase de concurso, que é essencial para o licenciamento desse mesmo espaço; -----
- 5.^a E por fim, sobre a questão de pontos de venda de passes e bilhetes. É com algum espanto que este é um ponto que é tocado na moção. É com espanto porque existem Juntas de Freguesia que já o fazem (Verdelhos, São Jorge da Beira, ...). Se formos a um site onde está divulgada toda a lista de entidades que possam ou que podem e que estão a vender bilhetes e passes, isto já é uma realidade. Aquilo que de facto se perspetivava por parte, seja da oposição, seja da Junta de Freguesia da Covilhã, é que este serviço já esteja efetivamente ao usufruto dos fregueses e dos habitantes na Covilhã.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “Resolução das Situações relativas ao Novo Sistema de Mobilidade na Covilhã”** foi **rejeitada por maioria com 21 votos contra (PS e DMI’s), 04 abstenções (Juntas/Uniões de Freguesias de Ferro, Peraboa, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 12 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Juntas de Freguesia de Orjais e do Tortosendo)**. -----

Não votaram os Senhores Ilídio Moisés Serra dos Reis, Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD vota a favor desta moção porque, além de ser representativa da vontade unânime da Assembleia de Freguesia da Covilhã e Canhoso, incluindo o voto do Partido Socialista que vota a favor na Assembleia de Freguesia e vota contra na Assembleia Municipal. Faz um bocadinho lembrar em oito anos de governação não terem regionalizado o País, mas criticaram um Governo que está empossado há 23 dias. -----

Mas votámos a favor sobretudo por matérias concretas. Declarações do Presidente do Município não são ações concretas. Os abrigos ainda não estão trocados. A devolução dos 5 €, contrariamente ao que foi dito e passo a explicar, foi feita a quem tinha um talão comprovativo do pagamento do passe. Aqueles que tinham o passe com a sua fotografia e o seu nome não chegava para provar que o tinham pago para ter o valor devolvido. -----

Mas sobretudo porque esta é uma matéria estruturante para o Concelho, para a cidade e até, em ampla medida, para as freguesias. -----

Não compreendemos como é que se pode votar contra uma moção que se preocupa com o Silo-Auto, o Silo do Sporting, o seu licenciamento e obras, com os abrigos, com os mais idosos, com os mais jovens e o passe estudantil, com o desenvolvimento do Concelho e a melhoria da mobilidade.

É por estas razões que a bancada do PSD vota favoravelmente esta moção unânime de todas as forças políticas da Covilhã e Canhoso, do PCP ao CDS.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A bancada do CDS – Partido Popular vota favoravelmente esta moção até por respeito à própria Junta de Freguesia que enviou e que por acaso é do PS, e por respeito à Assembleia de Freguesia. Há uma deliberação unânime dos eleitos naquela Junta e naquela Assembleia de Freguesia e, portanto, o respeito e o democrático que se tem que ter interinstitucional não pode deixar de ser aqui invocado e não pode deixar de ser dito que, de facto, é revelador do que é o respeito pelos eleitos das freguesias pelo PS quando vota contra uma moção deste género. -----

Temos que concordar com aquilo que aqui foi dito e sobretudo com a possibilidade que aqui se reclama de a Junta de Freguesia intervir nestes procedimentos, coisa que de facto é recusada pela maioria nesta Assembleia. Revelador!” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Para que fique bem claro, o Partido Socialista é plenamente de acordo com a melhoria do sistema de mobilidade, até porque este existe por causa do Partido Socialista. -----

Não deixo, porém, de deixar aqui um parêntese: faz-me alguma confusão ouvir o CDS falar de sistema de mobilidade quando nem sequer está presente em reuniões para discutir a melhoria de horários do sistema de mobilidade. -----

Mas isto só para reforçar a declaração de voto, Senhor Presidente, que de facto a nossa convicção será sempre melhorar o sistema e dar resposta àquilo que são os anseios da população.” -----

2.5.2 – Proposta de Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático” -----

“Moção -----

No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático -----

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. -----

Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão. -----

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. -----

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. -----

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -----

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de

encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. -----

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade. -----

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2024, delibera:

- 1 Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; -----
- 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios; -----
- 5 Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas; -----
- 6 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade; -----
- 7 Apelar à população à participação nas comemorações dos 50 anos do 1º de Maio em liberdade.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV **Doc.03**) -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”** foi **aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV e todos os DMI’s) e 3 abstenções (CDS-PP)**. -----

Não votaram os Senhores Ilídio Moisés Serra dos Reis, Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS – Partido Popular absteve-se nesta moção apenas e só porque não podemos concordar na íntegra com aquilo que está dito na moção, nomeadamente num ponto que acho que é essencial que é na exigência da criação de regiões administrativas, que vai contra a tradição municipalista que existe no nosso País. -----

Mas de qualquer maneira, pelos vistos, todos estão de acordo nesta Assembleia quanto aos demais e quanto à saudação do 25 de Abril e de todos os outros pontos que foram colocados e que obviamente concordamos. -----

A razão da abstenção foi não concordamos com esse ponto em concreto da regionalização que se insiste e que está aqui enxertado para nós indevidamente.” -----

2.5.3 – Proposta de Moção “Covilhã: Um exemplo da celebração e valorização da democracia” - “MOÇÃO -----

Covilhã : Um exemplo da celebração e valorização da democracia -----

Celebrámos há 5 dias atrás os 50 anos do 25 de Abril. Uma data emblemática comemorada por todos e que vai certamente ficar na memória de todos. -----

Tive o orgulho de nas comemorações dos 49 anos do 25 de Abril poder tomar da palavra pelo PSD na sessão solene desta AM e dizer, passo a citar “ Num outro dia 25, desta feita, em novembro do ano de 1975, uma parte significativa dos militares de Abril, que continuavam fiéis ao verdadeiro espírito de Abril e às forças políticas democráticas, nomeadamente PSD, PS e CDS, consolidaram definitivamente o caminho da democracia e da liberdade, evitando que Portugal voltasse a uma ditadura de sentido contrário, sob o mando da extrema-esquerda e da esquerda totalitária. Assim, com a consolidação democrática do 25 de novembro, o poder foi efetivamente devolvido ao povo e o país começou a trilhar a via democrática e a senda do progresso, como nação europeia e ocidental.” fim de citação. -----

O general Ramalho Eanes, o Primeiro Presidente da República eleito em democracia, deu recentemente uma entrevista onde foi questionado sobre a importância de se comemorar também o 25 de Novembro de 1975. -----

Ramalho Eanes, comandante operacional do 25 de Novembro, defendeu que o 25 de Abril é a data fundadora da democracia mas que separar as duas datas é estar a cometer um erro histórico. Considera que faz sentido celebrar as duas datas, uma vez que as duas são datas fundamentais para a democracia e disse, passo a citar “ houve como toda a gente sabe, sobretudo os mais velhos, aquela perturbação terrível a que chamaram PREC e houve, obviamente, ameaças significativas à intenção original do 25 de Abril, que era a intenção democrata. O 25 de novembro reassumiu esse compromisso original” fim de citação. -----

Consideramos a história singular e o valioso contributo cívico dos cidadãos da Covilhã para a afirmação dos valores democráticos em Portugal; -----

Relembrando que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Covilhã foi palco de uma intensa atividade política e social, onde os seus habitantes, empenhados na luta pela liberdade e pela justiça social, desempenharam um papel de destaque na oposição ao regime autoritário do Estado Novo; -----

Recordamos que, após o 25 de Abril de 1974, a Covilhã se mobilizou ativamente para promover a participação cívica e política dos seus cidadãos, contribuindo assim para a consolidação do processo democrático no país. -----

Reconhecemos que a cidade da Covilhã, pela sua história de resistência e compromisso com os ideais democráticos, deve assumir um papel de liderança na celebração e na valorização dos momentos-chave da democracia portuguesa. -----

Entendemos que é importante para a cidade da Covilhã preservar a memória histórica dos acontecimentos que marcaram a transição para a democracia em Portugal e homenagear todos aqueles que, no passado e no presente, lutaram e lutam pela liberdade e pela democracia; -----

Sublinhamos que o dia 25 de Novembro de 1975 representa um marco fundamental na história da democracia portuguesa, simbolizando a vitória das forças democráticas sobre as tentativas de subversão do regime democrático e a consolidação dos valores democráticos no país; -----

Propomos, assim, que a Assembleia Municipal da Covilhã sugira ao executivo municipal a instituição do dia 25 de Novembro como o Dia da Restituição da Democracia em Portugal, promovendo a realização de cerimónias e eventos comemorativos que recordem este momento histórico e sensibilizem as gerações futuras para a importância da democracia e da sua defesa, com especial destaque para as iniciativas que possam ser realizadas no âmbito local, envolvendo as escolas, associações e a comunidade em geral; -----

Deveríamos já este ano iniciar a comemoração deste dia, que seria replicado nos anos futuros, dando especial destaque ao ano de 2025, ano onde este momento histórico faz os seus 50 anos. --

Assim, a Bancada do PSD Covilhã solicita o apoio dos demais membros desta Assembleia na aprovação desta moção, reiterando o compromisso com a valorização da democracia e com o fortalecimento dos laços de cidadania na cidade da Covilhã. -----

Por conseguinte, sob proposta do Grupo Municipal do PSD, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 29 de Abril de 2024, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal: -----

1) Celebrar, todos os anos, a data histórica do 25 de Novembro de 1975; -----

2) Criação de uma Comissão para a organização dos 50 anos do 25 de Novembro de 1975.” -----

(Doc.04 apresentado pela Deputada Municipal **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)) -----**

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “A moção que nos é apresentada recomenda à Câmara Municipal a promoção de comemorações do 25 de Novembro e instituir-se o dia da instituição da democracia em Portugal. Constitui uma tentativa de menorizar a dimensão

significada da revolução de Abril, das suas conquistas e valores no momento em que comemoramos os 50 anos do 25 de Abril. -----

O que transparece com esta proposta acima de tudo é o incómodo com Abril, com a liberdade, a democracia e o progresso social que Abril nos trouxe, usando o 25 de Novembro e as falsificações que a partir de determinados setores a seu propósito se tornaram correntes para encobrir aqueles que não perdoam que os militares de Abril e o Povo Português tenha posto fim ao fascismo. -----

A revolução portuguesa apresenta como valiosa experiência o facto de, numa situação revolucionária, mesmo não dispondo do poder político, as massas populares em movimento e em aliança com o MFA terem podido transformar profundamente a sociedade, empreender e realizar profundas reformas das estruturas económicas, influenciar e condicionar o comportamento do poder político e contribuir para a consagração legal dos avanços revolucionários. -----

A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 76, consagrou os avanços e conquistas da revolução. -----

As divisões, conflitos e confrontos no MFA permitiram a retomada progressiva das posições nas Forças Armadas por elementos conservadores e revanchistas. -----

Também se verificou a ligação de setores democráticos do MFA com setores mais conservadores e golpistas no novo quadro do poder, o esquerdismo, o anticomunismo em gerência externa. -----

Tudo isto permitiu o avanço das forças reacionárias e conservadoras que culminou no golpe de 25 de Novembro de 75, cujas consequências principais foram a liquidação, de facto, do MFA e uma radical alteração na correlação de forças. -----

Segundo Pacheco Pereira, o 25 de Novembro tem, no essencial, dois perdedores: a esquerda militar e os que desejavam a ilegalização do Partido Comunista Português. Aliás, existem declarações públicas de quem foi operacional do golpe militar que confessa que o que pretendia era matar Álvaro Cunhal. -----

Os conservadores militares, alguns democratas, tomaram o poder com o 25 de Novembro e entre eles existiam os que queriam ilegalizar e matar dirigentes políticos. -----

É esta data que o PSD quer celebrar: um golpe militar sem a adesão do Povo, fracturante que acabou com o sonho e a esperança da revolução; um golpe militar que tinha em si forças conservadoras dispostas a matar, a perseguir e a ilegalizar o PCP e, claro, outras forças políticas. -

Para as forças conservadoras, o 25 de Novembro foi um golpe inacabado. -----

Saliente-se o bom senso dos militares democratas e recorde-se o discurso de Melo Antunes, membro do grupo dos nove oficiais do Conselho da Revolução, quando afirma que o PCP é necessário à democracia. -----

Apesar do 25 de Novembro, o PCP continuou a estar presente no sexto Governo provisório até 23 de julho de 1976. -----

Os anos posteriores, após o 25 de Novembro, mostram também a extraordinária capacidade das massas para resistir à contrarrevolução, mesmo quando desencadeada e desenvolvida pelo poder político. -----

Ainda hoje resistimos à contrarrevolução. Um passo atrás, dois em frente e novamente mais dois atrás e um em frente. -----

Acreditamos que, com a nossa Constituição da República, ainda é possível aprofundar a democracia e possibilitar uma política patriótica e de esquerda e continuar com os princípios, valores e conquistas de Abril.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria acho que temos que ter a capacidade de perceber que o 25 Novembro é uma data histórica e importantíssima no processo de democratização do país. -----

Não lhe vou dar o estatuto de data revolucionária porque efetivamente o 25 de Novembro veio exatamente acabar com aquilo que era o processo revolucionário em curso. -----

Agora não podemos dizer que era o PREC e não podemos dizer que a democracia é um facto ou é um dia. Ainda hoje devemos aqui defender a democracia e respeitar todos os momentos históricos de uma democracia ou da constituição de uma democracia. -----

Considero que a democracia concluiu-se com a aprovação da Constituição da República Portuguesa a 2 de abril de 76 e portanto foi aí que, de facto, ficaram plasmados todos os altos e baixos de um processo de democratização que devem ser respeitados e devem ser recordados precisamente porque fazem parte da História. -----

Permito-me aqui ler o que está na página da Assembleia da República sobre este facto. Está na página da Assembleia da República e não está num partido político qualquer, não está contra revolucionário, não deixa de estar revolucionário, ... Aquilo que diz é que a vitória dos militares moderados na sublevação dos oficiais da extrema-esquerda no dia 25 de novembro de 75 derrota a ala revolucionária do MFA e reconduz os partidos políticos ao centro da vida política. O Pacto MFA a partidos é renegociado, visando a eliminação da Assembleia do MFA e a redução dos poderes do Conselho da Revolução na futura Constituição. -----

Isto, para mim e acho que para qualquer democrata, é um momento histórico que teve a intervenção tal qual como teve o 25 de Abril. Não foi popular. Foi uma intervenção militar onde se colocou termo a excessos e onde foi recentrado o processo de democratização. -----

Temos que perceber que se calhar temos que acabar com esta luta do 25 de Novembro, do 25 de Abril. Temos que acabar com isto. O processo de democratização do país começa no dia inicial – a famosa madrugada que todos esperavam – no dia 25 de abril e acaba, em meu entender, no dia 2 de abril quando foi aprovada uma Constituição verdadeiramente democrática e só aí é que a democracia foi instituída, constituída e afirmada. Mas, para além disso, temos que também celebrar a democracia todos os dias aqui nos órgãos eleitos. -----

O problema disto é que depois há os filhos menores. Achamos que, de facto, o 25 de Abril é tudo, mas esquecemos tudo o resto deste processo. E acho que o 25 de Novembro é de facto uma data assinalável, uma data que deve ser representada ou deve estar representada nas comemorações do processo democrático português e, nessa medida, obviamente terei que concordar com a sua celebração e com a constituição da Comissão como é proposta.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**: “Permita-me, antes de mais, salientar que esta é a terceira Assembleia Municipal consecutiva em que o PSD não apresenta qualquer recomendação ou moção que vise melhorar a vida dos Covilhanenses. Absolutamente nada relacionado com os problemas das pessoas. O que nos levar a concluir uma de duas coisas: ou o PSD é da opinião que está tudo bem no Concelho e que o atual Executivo tem conduzido bem os destinos dos Covilhanenses; ou o PSD deixou simplesmente de dar a devida importância aos nossos municípios, considerando antes como prioritária a apresentação de moções para celebrar datas de golpes de Estado falhados. -----

A prioridade não é a habitação; a prioridade não é a mobilidade; já nem sequer é o preço da água. O importante é celebrar o 25 de Novembro. -----

São opções e, portanto, respeitando as opções políticas do principal partido da oposição, vamos lá então falar do 25 de Novembro na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Que fique desde já claro: o Partido Socialista reconhece a relevância que os acontecimentos do 25 novembro de 75 tiveram no processo de democratização do País, não tivesse sido o próprio PS o partido que mais diretamente se empenhou no fracasso do golpe militar então desencadeado. Essa data foi importante para impedir uma deriva totalitária, mas foi igualmente essencial para garantir a serenidade necessária ao funcionamento da Assembleia Constituinte, levando a que, menos de cinco meses depois do 25 de Novembro, PS, PSD e PCP aprovassem juntos a nova Constituição da República Portuguesa. Repito: PS, PSD e PCP. -----

Confesso que não esperava ver a bancada do PSD Covilhã cair na esparrela da extrema-direita ou de políticos populistas de direita de equiparar o 25 de Abril ao 25 de Novembro como forma de alimentar o clima de guerra de trincheiras em que esses querem mergulhar o País. Porque é exatamente isso que está em causa com esta moção. -----

Bem podem vir a seguir dizer que não é isso que pretendem, que não querem dar a mesma relevância às mesmas datas, mas apresentando esta moção quatro dias após celebrarmos 50 anos da Revolução dos Cravos e propondo que se dê exatamente o mesmo tratamento ao 25 de Novembro que sempre demos ao 25 de Abril, com sessão solene anual e Comissão Organizadora dos 50 anos, é precisamente isso que estão a fazer. -----

E para reescrever a história, alinhar em estratégias populistas de extrema-direita e diminuir Abril não contem com a bancada do Partido Socialista. Votaremos naturalmente contra. -----

Aliás, um histórico militante do PSD, ex-candidato pelo PSD a eleições europeias, numa altura em que disse que não escolhiam candidatos unicamente pela sua popularidade, ex Vice-Presidente do Parlamento Europeu, antigo líder parlamentar do PSD na Assembleia da República, escreveu o seguinte esta semana que me parece ilustrar bem o que está aqui em causa: -----

“O modo como à direita, radical, se tem usado como contraponto ao 25 de Abril o 25 de Novembro é objetivamente contra o 25 de Abril, até porque o 25 de Novembro da direita é uma falsificação histórica. Não me parece que o objetivo de criar uma comissão oficial para celebrar o 25 de Novembro seja para homenagear o grande lutador pela democracia em 1975 no plano civil, Mário Soares, ou o partido mais relevante nessa luta, o PS, e os militares do Grupo dos Nove, como Vasco Lourenço ou Sousa e Castro ou Ramalho Eanes e o Presidente Costa Gomes, tudo gente que a

direita detesta. E limitar essas comemorações a Jaime Neves, que atuou sob ordens, é um reducionismo absurdo, assim como esquecer o papel decisivo de Melo Antunes, que somou à derrota da esquerda militar no dia 25 a vitória sobre a contra-revolução, recusando no dia 26 ilegalizar o PCP.” -----

Porque era isso que várias fações de direita exigiam no dia 25 de novembro, que houvesse democracia, mas só para alguns porque nem todos estariam representados nela. -----

Se porventura o objetivo da moção era atacar o PCP, caberá aos três deputados do PCP fazer a sua defesa, a qual o Senhor Deputado Vitor Silva até já o fez. -----

Mas cumpre-me fazer um reconhecimento. A 25 de Novembro, o País estava à beira de uma guerra civil com desenvolvimentos imprevisíveis, mas com consequências previsivelmente catastróficas.

Nessa altura, o PCP podia ter dado um passo definitivo em direção a essa guerra e não o fez. Ao invés, o PCP aceitou o jogo da democracia. Embora discordando da grande maioria das suas ideias e propostas, não deixamos de reconhecer o trabalho desenvolvido pelo PCP ao longo destes quase 50 anos, inclusive nesta Assembleia, sempre dentro do respeito democrático, à semelhança dos restantes partidos. -----

Termino fazendo um apelo. Não pactuemos com a ideia de que o 25 de Abril é propriedade da esquerda e o 25 de Novembro é propriedade da direita. Foi o que o Senhor Deputado disse. Não pactuemos com essa ideia. Eu não o farei. -----

Conforme se viu na Sessão Solene de quinta-feira passada, a liberdade de Abril pertence ao PS, ao PCP, como pertence ao PSD e ao CDS. Pertence-nos a todos nesta Assembleia. -----

Viva o 25 de Abril.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Senhor Deputado João Casteleiro, gostava que tivesse iniciado a sua intervenção da mesma forma como a acabou porque foi exatamente isso que nós pretendemos com esta moção. -----

Sabe que há partidos em Portugal que celebram o 25 de Abril, mas ficam envergonhados com o 25 de Novembro. Também há partidos que celebram o 25 de Novembro e ficam envergonhados com o 25 de Abril. -----

É que nós, PSD, temos tanto orgulho de cantar o “Grândola Vila Morena” e festejar o 25 de Abril como queremos e desejamos festejar o 25 de Novembro. -----

Na minha moção, acho que fui bem claro. Fiz questão de a ler, não aproveitando o conselho do Senhor Presidente da Mesa. Fiz questão de a ler para todos perceberem o que queríamos. -----

O 25 de Abril foi celebrado. Foi bem celebrado. Já terminou e, portanto, achámos que neste momento e, porque vamos a tempo disso, ainda para conseguirmos celebrar os 50 anos do 25 de Novembro. -----

Dito isto, falei e mencionei pessoas que são transparentes na sua opinião, nomeadamente Ramalho Eanes e também Mário Soares. O próprio Mário Soares era a favor do 25 de Novembro e da sua celebração. -----

Só terminar para dizer que quando criticaram este grupo municipal a dizer que nós não trazemos coisas para este ponto da ordem de trabalhos que tenham a ver com os Covilhanense e com a sua vida, relembro aqui, e olhando para a nossa ordem de trabalhos de hoje, que o PS a única proposta que trouxe é “promoção pelo cessar da hostilidade e pela paz do Médio Oriente”. -----

Agora pergunto: o que é que é mais importante para os Covilhanenses? É falar de Portugal e da nossa história ou é falar da história dos outros?” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “Covilhã: Um exemplo da celebração e valorização da democracia”** foi **rejeitada por maioria com 26 votos contra (PS, CDU – PCP/PEV e DMI’s), 03 abstenções (Juntas/Uniões de Freguesias de Ferro, Peraboa e Barco e Coutada) e 10 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, e Juntas/Uniões de Freguesias do Tortosendo e de Peso e Vales do Rio)**. -----

Não votou o Senhor Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) por não se encontrar presente na sala. -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr.º David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: “A Junta de Freguesia de Tortosendo votou a favor desta moção. -----

Estamos a levar a cabo na Freguesia do Tortosendo comemorações sobre o 25 de Abril ao longo de todo este ano e quando ouvimos dizer o Senhor General Ramalho Eanes que faz sentido celebrar Abril, e porque a Associação 25 de Novembro tem espalhado, por mais de 250 escolas por todo o país, uma exposição que foi validada pelo Ministério da Educação sobre o 25 de novembro, dizer por isso que votámos a favor. -----

Convidámos o Senhor General Ramalho Eanes para estar presente no Tortosendo para falar não só de Abril, mas também falar de toda a história do 25 de Novembro porque, como disse o Senhor General, faz sentido celebrar o 25 de Novembro. Disse.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Apenas dizer que o CDS vota favoravelmente não só pelas razões que já invocou, mas sobretudo porque penso que o votar favoravelmente esta moção é exatamente eliminar aquilo que tanto se critica e que tanto faz crescer se calhar os extremismos, que é a política de trincheira. -----

Enquanto não tivermos a capacidade de aceitar as posições dos outros, a posição global do processo democrático e condenarmos, como foi condenado aqui o 25 de Novembro, não conseguimos ultrapassar isto e, de facto, estamos a contribuir, isso sim, para que outros façam o seu alarde dos extremismos que vamos assistindo nos últimos anos. -----

Portanto, é altura se calhar de crescermos e de criarmos de facto condições para deixarmos as nossas trincheiras e, em vez de pressupormos o que é que os outros vão celebrar ou quem é que vão homenagear, se calhar analisar, dar a oportunidade de que as coisas sejam bem-feitas.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Também faço apenas uma pequena declaração de voto para que tenhamos consciência que o 25 de Abril tem toda a importância e que nós a reconhecemos, mas que nem tudo ficou feito no 25 de Abril. -----

Recordo aqui algumas palavras ditas numa entrevista de 27 de Junho de 1975, uma célebre entrevista dada por Álvaro Cunhal: -----

“Nós, os Comunistas, já tínhamos afirmado aos militares que o PPD não devia estar presente nas eleições, que não se podia conduzir o país ao socialismo por meio de uma ampla coligação democrática. Mas eles quiseram juntar socialistas, comunistas e sociais-democratas e diversas correntes do MFA. -----

Democracia, para mim, significa liquidar o capitalismo, os monopólios e acrescento não existe hoje em Portugal a menor possibilidade de uma democracia como as da Europa Ocidental.” -----

Esta era a consciência de Álvaro Cunhal em 1975. -----

O 25 de Abril não ficou completo nessa data. Apenas isso. Muito obrigado.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Hoje a história demonstrou que o 25 de Abril, de facto, libertou o nosso País de uma grande noite – uma noite de 48 anos – e onde, de facto, uns mais, outros menos, se revêm. -----

Foi o dia da esperança, o dia do sonho, onde não houve a procura da vingança e da matança. -----

Enquanto que, no 25 de Novembro, meus Senhores, os sectores mais radicais deste Movimento das Forças Armadas, o objetivo deles (um dos objetivos) era matar Álvaro Cunhal e quando dizem que era matar o Álvaro era matar os comunistas. Ponto final. -----

Não é só matar o Álvaro Cunhal e deixar o Octávio Pato ou deixar os outros dirigentes! É evidente que era o Álvaro Cunhal e todos os outros. Era esse o grande objetivo do 25 de Novembro. -----

Felizmente ou não, houve militares, os chamados moderados, que conseguiram sobrepor uma outra perspectiva. Foi o refrear da coisa do PREC, do processo revolucionário em curso porque quem estava a incendiar o País não eram os militantes do PCP. Quem estava a incendiar o País era a extrema-direita organizada no MDLP. Foram os incendiários, as bombas, a morte do Padre Marques no Norte, a morte da jovem que estava com o Padre. Foi um dos senhores que vocês ainda há pouco que aqui criticaram, e bem, da extrema-direita que está no Parlamento e que, infelizmente, hoje é Vice-Presidente da Mesa do Parlamento Português. Esse senhor, que esteve no MDLP, ele próprio o reconhece e diz. Disse que era só o mentor político da coisa, que não era um operacional da coisa. Portanto, ele sabia a coisa e os outros operacionalizavam a coisa! -----

A data 25 de novembro divide-nos tanto como dividiu o 11 de março, o 28 de setembro, como dividiu o nosso 26 de maio lá de 1926. Não é?! Ou seja, há datas que de facto se não nos unem por que razão a gente está a comemorá-las em termos oficiais? -----

Podem comemorar vocês o 25 de Novembro à vontade. Ninguém os proíbe de comemorar. Façam!

Neste Concelho, o PSD já deixou de comemorar o 25 de Abril. O PSD na Câmara Municipal já deixou de comemorar o 25 de Abril, mas as forças populares, as massas, o movimento sindical, estiveram lá, no Pelourinho, a comemorar o 25 de Abril. -----

Fica-vos o desafio. Há quem goste de fazer festas semelhantes à do Avante e depois conclui-se que não conseguem fazê-las! Talvez consigam fazer comemorações por aí do 25 de novembro. Estamos em democracia e ninguém os impede de o fazer. Querem fazer? Façam!" -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Considero importante salientar que, em Portugal, houve de facto uma revolução e essa revolução foi o 25 de Abril de 1974. -----

Todos os acontecimentos e datas importantes que se surgiram depois, surgiram precisamente por causa do 25 de Abril de 1974 e celebrar qualquer outro momento que possa ter sido importante, da mesma maneira que a Revolução dos Cravos, seria, no nosso entender, menorizar aquela que é considerada por muitos e por nós a revolução mais bonita da Europa no século XX.” -----

2.5.4 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Carlos Manuel Figueiredo da Silva

“Faleceu, no passado dia 12 de março, Carlos Manuel Figueiredo da Silva, covilhanense ilustre e de militância ativa. -----

Foi Presidente do CCD Académico dos Penedos Altos durante vários anos, foi membro da Assembleia da Junta de Freguesia da Conceição. -----

A sua intervenção política não o impediu de dar também o seu contributo em variadíssimas outras áreas. -----

Jogador de hóquei no CDC e futebolista do Sporting Clube da Covilhã. Jogou no clube nos anos 60.

Fez parte da primeira direção da recém-criada Academia Portuguesa de Fibromialgia, Síndrome de Sensibilidade Central e dor crónica. -----

A Covilhã perde um grande covilhanense e fica, assim, mais pobre. -----

Por todo este contributo deixado à Covilhã por Carlos Silva, não podem, as bancadas do PSD e do CDS-PP neste órgão, deixar de homenagear este concidadão. -----

Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de abril de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”
(Doc.05) -----

--- Colocado à votação, o presente ***“Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Carlos Manuel Figueiredo da Silva”*** foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

2.5.5 – Propostas de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Curto Pereirinha -----

*“Faleceu, no passado dia 21 de fevereiro, aos 81 anos de idade, José Curto Pereirinha. -----
Natural de Caria, foi membro desta Assembleia Municipal, teve participação cívica ativa na vida política e associativa do concelho e na freguesia de Peraboa onde foi membro do executivo da junta de freguesia e também eleito na assembleia de freguesia. -----
Formado na Universidade da Beira Interior, esteve envolvido ativamente em várias associações onde ocupou funções em diversos órgãos sociais, nomeadamente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e no Centro Social do Divino Espírito Santo. -----
Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de abril de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.”
(Doc.06) -----*

*“Voto de pesar pelo falecimento de José Curto Pereirinha, de 81 anos. -----
Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e associativas. -----
No seu percurso político foi membro do executivo da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia de Peraboa e ainda membro da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Atualmente, desempenhava funções como presidente do conselho fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. -----
Dedicava-se também a causas sociais, tendo integrado os órgãos diretivos do Centro Social do Divino Espírito Santo. -----
Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.07**) -----*

*--- Colocados à votação, os presentes **Votos de Pesar pelo Falecimento do Senhor José Curto Pereirinha** foram **aprovados por unanimidade**. -----*

***Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP).** -----*

2.5.6 – Proposta de Moção pelo Cessar de Hostilidades e Pela Paz no Médio Oriente -----

“MOÇÃO PELO CESSAR DE HOSTILIDADES E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE -----

A Guerra no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas leva já cerca de seis meses. Desencadeada pelo ataque que o Hamas realizou em 7 de Outubro de 2023, este ato é apenas a sua justificação próxima. A realidade é, contudo, muito mais complexa, extensa e duradoura. -----

O ataque que o Hamas realizou em 7 de Outubro não pode ser justificado de forma alguma, mesmo que se considerassem as piores condições de vida possíveis impostas sobre o povo que vive num enclave por si governado. Nada pode legitimar a morte de famílias inteiras apenas porque vivem no local errado. Nada pode legitimar a morte e o sequestro de centenas de adolescentes que se encontravam numa festa a celebrar a vida. Nada pode legitimar ataques por rockets sobre população indefesa apenas porque professam uma religião diferente ou vivem num determinado país. -----

Encarada a realidade do lado dos habitantes de Gaza, há muitas razões de revolta. Não há ataques de rockets que possam justificar que o território tivesse 4 horas de eletricidade por dia, tal como as mesmas 4 horas de água. Nada pode legitimar que os habitantes de Gaza tenham que passar por bloqueios nas estradas que tornem viagens de poucos minutos em calvários de horas. Nada pode justificar que numa geografia com uma idade média de 17 anos, a taxa de desemprego seja de mais de 75%, nada pode justificar a falta de esperança ou o desespero que isto significa para estes jovens. -----

Nada pode justificar a morte de mais de mil israelitas, nada pode justificar a morte de 27 mil palestinianos. Mas nada disto tem a maior das importâncias para os Estados e para a comunidade internacional. A importância que todos estes dramáticos factos, que todo este desespero tem é a de demonstrar que temos mesmo de fazer a paz! Nas palavras do Sec. Geral da ONU, António Guterres, precisamos de encontrar uma saída para o “brutal, terrível e agonizante beco sem saída de destruição”. O que realmente tem importância é a paz porquanto é, apenas, num cenário de paz que se pode construir um futuro de sã convivência entre povos que estão destinados a entender-se. -----

*A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em 24 de Abril de 2024 aprova a presente moção pelo cessar das hostilidades na faixa de Gaza e em Israel, pela negociação da paz duradoura no quadro de negociações mais amplas para coexistência de dois estados que coabitem e cooperem na promoção da vida e da esperança para todos no Médio Oriente.” (Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.08**)* -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção pelo Cessar de Hostilidades e Pela Paz no Médio Oriente** foi **aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP). -----

2.5.7 – Proposta de Recomendação “Reconhecimento aos Heróis de Abril e da Liberdade” -----

“Recomendação -----

Reconhecimento aos Heróis de Abril e da Liberdade -----

A toponímia de lugares das cidades, vilas e aldeias, do país e do Mundo, é frequentemente utilizada para perpetuar na história os nomes daqueles que se destacaram em alguma área, cívica, cultural,

social ou económica das comunidades. Nas ruas da Covilhã, apesar do merecido reconhecimento já perpetuado a Mário Soares e Francisco Sá Carneiro, ainda não foi feita a devida justiça a quem concretizou o 25 de Abril, nem a todos aqueles que tiveram um papel essencial na construção da democracia. -----

No mês em que celebramos 50 anos da Revolução dos Cravos, a Assembleia Municipal da Covilhã vem por isso recomendar ao executivo municipal que, através de atribuição do seu nome a rua, praça ou jardim da cidade, preste homenagem às principais figuras do 25 de Abril de 1974, em termos de idealização, comando e operacionalização do golpe militar, bem como aos líderes dos partidos fundadores da democracia que ainda não tenham recebido tal distinção, colocando à consideração da Comissão Municipal de Toponímia nomeadamente: -----

- Capitão Salgueiro Maia -----
- Major Otelo Saraiva de Carvalho -----
- Major Melo Antunes -----
- Álvaro Cunhal -----
- Diogo Freitas do Amaral.” (Proposta apresentada pelo Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS) **Doc.09**) -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação “Reconhecimento aos Heróis de Abril e da Liberdade”** foi **aprovada por unanimidade**. -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP). -----

- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: “Votámos a favor, mas não esquecer que faltam aí alguns nomes que devem posteriormente ser lembrados, que também merecem ter o nome de uma rua na Covilhã.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: “Já foi um assunto debatido em reuniões de Junta de Freguesia. Falou-se aqui no nome de Álvaro Cunhal pelo respeito àquilo que era o Tortosendo, que foi a Vila Vermelha. Quando a Câmara Municipal decidir dar o nome ou de uma rua ou Praceta Álvaro Cunhal, que seja a freguesia do Tortosendo escolhida para tal. Disse.” -----

--- Relativamente à declaração de Voto do Senhor Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD), o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que sempre o poderá propor. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do PPD/PSD indicou para discussão o tema “Relatório de Observância do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição referente ao ano de 2023” e Grupo Municipal do Partido Socialista o tema “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela”. -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez a seguinte apresentação do tema “Relatório de Observância do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição referente ao ano de 2023”: -----

“Senhor Presidente, o poder local, como já aqui foi dito, é uma das maiores conquistas de Abril. --

No entanto, o D de descentralizar ficou em grande medida por cumprir. Portugal é um país hipercentralizado, um dos mais centralizados da Europa. -----

A dupla parlamentarização do poder local na Câmara e na Assembleia Municipal levou a uma onipotência e omnipresença dos presidentes de Câmara, o que piora com a falta de cumprimento da lei. -----

Digo se a lei já equipara o presidente de um município a um órgão municipal, se já lhe dá uma série de competências que podem extravasar a deliberação do órgão colegial, se não cumprimos o pouco que está regulamentado, pior fica a democracia local. -----

E esta é a razão pela qual solicitámos o agendamento deste ponto. A título de exemplo, andamos há três anos a avisar para a incessante falta de cumprimento na informação escrita enviada pelo Presidente aos Membros da Assembleia Municipal a cada Assembleia. -----

Andamos há oito anos a falar da Lei de Acesso à Documentação Administrativa. -----

No passado, o Presidente do Município disse que não tinha que enviar os documentos das reuniões de Câmara aos membros da Assembleia Municipal. Fizemos uma queixa à Comissão de Acesso à Documentação Administrativa que nos deu razão. -----

Em consequência, tivemos acesso, mas não era enviado de forma eletrónica como a lei recomenda. Era irmos fisicamente ao Município, observados, ver um documento físico num sítio fechado para os estudar, diga-se. -----

Também outro grupo municipal aqui solicitou, ainda recentemente, acesso a um contrato que o Município estabeleceu para uma assessoria. O Presidente disse que não tinha que o enviar. -----

Estava a ver o *site* da Comissão de Acesso à Documentação Administrativa ontem que dá razão no parecer 7 de 2013 a esse grupo municipal que está aqui representado e diz que a Câmara tem que enviar essa documentação. Aliás, esse parecer é, no mínimo, demolidor. -----

No entanto, o relatório que aqui vemos hoje apenas e somente existe porque solicitámos aqui há três anos, consta apenas do ano anterior no boletim municipal, depois de muita pesquisa, porque o *site* do Município tem uma secção que se denomina de Transparência, mas se pesquisarmos por oposição não aparece nada. -----

Se abrirmos depois o boletim municipal um a um, com cuidado, lá conseguimos encontrar o relatório do ano anterior, não dos outros apesar de ser obrigatório por lei há 20 anos (mais até). -

Temos aqui o relatório hoje para comentar. -----

Diz-nos o quê? Que parece que está tudo bem! -----

A lei determina que o relatório de observância do cumprimento do direito de oposição não deve ser: -----

- 1 - Uma descrição da lei. É uma descrição da lei quase em 90%; -----
- 2 - Que deve identificar os casos onde a lei, por alguma razão, não conseguiu ser plenamente cumprida. Não o faz em momento algum. O máximo que consegue dizer é que os pedidos de informação feitos pela oposição já foram enviados e alguns, sabemos nós aqui, a grande maioria, carecem de resposta. Conseguimos contabilizar dezenas de requerimentos feitos neste Órgão que o Código do Procedimento Administrativo determina que tem dez dias para ter resposta por parte da Câmara e não o têm. Conseguimos contabilizar aqui uma série de direitos que não são cumpridos. -----

Parece que está tudo bem no 25 de Abril, mas depois ao 29 de Abril nesta Assembleia vemos que afinal há coisas que não estão. -----

E Senhor Presidente, permita-me fazer-lhe algumas sugestões. Já o fiz aqui no ano passado e o Senhor Presidente acolheu de bom grado as sugestões que deixei e, portanto, vou fazê-las com a mesma intenção. -----

- 1 - O Relatório engana-se mais uma vez nos titulares de direito de oposição. Os titulares de direito de oposição são os partidos políticos ou os grupos de cidadãos eleitores que concorrem às eleições, individual e não coletivamente. Digo: cada um por si próprio; -----
- 2 - Como disse, o relatório não é uma mera descrição da lei; -----
- 3 - Cumprir o direito da oposição (Lei 98) não é enviar atas. Não se pode passar um relatório a dizer que as atas das reuniões de câmara foram enviadas para os eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal e disponibilizadas no site. Isso é exigido por mais três leis, não apenas por esta. Cumprimento do direito da oposição não é isto; -----
- 4 - Menciona cinco direitos e esquece, por exemplo, o direito de pronúncia, intervenção e o direito relativamente aos meios de comunicação social que decorrem do direito de informação, o direito a condições para o exercício de funções autárquicas políticas por parte da oposição. Entre outros, para dar apenas três exemplos. -----
 - A Câmara não conhece a lei que escreve no relatório; -----
 - Não menciona em qualquer momento quais os direitos que não foram cumpridos e a sua razão. Não inclui pelo menos três direitos; -----

- Não cumpre o prazo e, aliás, diga se de passagem, se formos mesmo aqueles que estão lá, está de forma errada. -----

A título de exemplo, estabelece o direito de informação que a oposição tem direito, de forma direta, regular e acessível, não dependente de qualquer requerimento, acesso a documentação administrativa das reuniões da Câmara Municipal, dos contratos celebrados pelo Município e de outros assuntos de interesse municipal. Quantos foram enviados que não constam das ordens de trabalhos? Zero. -----

A lei obriga a que a informação seja feita de forma presencial com a oposição. Quantas vezes isto foi feito? Uma vez por ano! Fomos chamados depois de aqui querermos, no final do mandato anterior, para o direito de participação, de informação e de depor no âmbito do Orçamento Municipal. A única vez que a oposição é chamada para ser informada e para depor e nem nesse caso é cumprida a lei. O Orçamento tem de ser enviado dez dias, pelo menos, antes da reunião de cumprimento de direito da oposição, dois dias em casos excepcionais. Em nenhum caso foi enviado o orçamento com antecedência. -----

Chegámos e apresentámos as nossas propostas. E qual o espanto quando, na tarde do dia em que reunimos para discutir o Orçamento do Município, em que levamos em cada ano dez propostas para a inclusão no Orçamento Municipal, às 17h00 do mesmo dia esse Orçamento está a ser votado em reunião de Câmara. -----

Então fomos lá fazer o quê? Preparámos propostas e ainda hoje aqui foi dito que não havia propostas. Apresentámos dez a cada ano para não serem demais e para serem acessíveis. Não recebemos o Orçamento para o comentar, criticar ou elogiar, para sugerir alterações em rubricas, para poderem ser incluídas nas nossas propostas. E qual o tempo que houve para discussão da integração das nossas propostas? Menos de 5 horas porque depois foi logo votado em reunião de Câmara. -----

Ou seja, é um mero cumprimento, que nem está legal como eu já disse, que não cumpre os prazos de um preceito normativo. Aliás, Senhor Presidente, deixe-me dizer isto: isto é uma violação de um princípio constitucional que pode levar à anulabilidade do Orçamento e da sua execução a pedido de qualquer titular de direito da oposição. -----

Outro exemplo é a documentação das sessões, o direito de participação que também não cumpre a lei, nomeadamente o direito de pronúncia e intervenção. Nem sequer na Comissão do 25 de Abril foi cumprido. O direito de presença e participação, esse sim, tenho que dizer que está a ser cumprido em grande medida, não totalmente, mas em grande medida desde que aqui foi requerido, também há dois anos. Os eleitos municipais já recebem convites para todos os eventos organizados, patrocinados ou organizados pelo Município. -----

Portanto, espero que as críticas que fiz agora também sejam bem acolhidas como essa foi. -----

Só depois de 5 meses atrás recebemos acesso a um endereço institucional da Assembleia, quando a lei obriga que seja desde o momento em que assumimos funções. -----

As comissões da Assembleia reúnem no edifício da Câmara Municipal quando a lei estabelece que deve haver um espaço autónomo. -----

Para terminar, Senhor Presidente, eu podia fazer muitas críticas, alguns elogios até como aqui fiz a este relatório, mas há uma que não posso deixar passar: é que a Câmara envia este relatório à oposição no dia 18 de abril de 2024, pede uma pronúncia em dez dias à oposição, mas enviou fora de prazo. A lei estabelece que o prazo é até ao fim de março e o relatório foi enviado em abril. Está caduco. -----

Portanto, qualquer sugestão que fizéssemos poderia não ser incluída por estar fora de prazo. ----

Mas, Senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe que, além desta nulidade, a lei não obriga o Senhor Presidente da Câmara a alterar o relatório, nem a sua relação com a oposição, fruto das sugestões e das críticas que estou aqui a fazer, mas também não o proíbe de o fazer e, como já acolheu no passado críticas, espero que desta vez as acolha também. Se quiser rever o relatório e enviá-lo outra vez, estamos disponíveis a ler e a comentar porque não podemos viver num município que comemora Abril em que critica aqueles que vivem sob a máxima “para os amigos tudo e para os outros a lei”, quando a Câmara aqui nem sequer a lei cumpre.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O relatório que nos foi apresentado, no fundo não difere muito do relatório do ano anterior, sendo que existe aqui alguns aperfeiçoamentos na formulação que é feita. -----

Por exemplo, no relatório que nos é apresentado, no que toca ao direito à informação na alínea a) do 3.1 apresenta uma formulação escrita enquanto, no ano anterior, dizia que foi prestada a informação e tal solicitada. Agora já acrescentaram que foram remetidos para os serviços competentes da autarquia para efeitos de preparação da informação a prestar, carecendo alguns de ser informados. Ou seja, há aqui a tentativa de remeter a responsabilidade para os próprios serviços da autarquia. O serviço da autarquia que tem que informar! Portanto, os chefes de departamento, os coordenadores de departamento, os chefes de divisão, ... Esses é que estão a falhar porque se eles organizarem a informação, possivelmente o Senhor Presidente da Câmara irá enviar. -----

Mas, no que toca ao grupo da CDU – PCP/PEV, se não há respostas, por que é que estamos a fazer requerimentos?! Muitas vezes fazemos os requerimentos e continua a não haver resposta. É mais um que não é respondido. Vai-se somando aos anteriores, não é?! Mas vale a pena sempre, penso eu, questionar e pedir a informação que achamos importante para o desenvolvimento da nossa atividade. -----

Há coisas que são simples a responder. -----

Requer-se à Câmara Municipal a informação da existência do Plano de Pormenor ou da existência de qualquer plano municipal na zona tal, é difícil responder isto. É difícil responder e dizer que existe plano ou não existe plano? Mas não se responde. Por alguma razão, não se responde a esta e a outras questões. -----

Já tínhamos apresentado, em 22 de dezembro, um voto de protesto em relação a este tipo de situação. Portanto, aquilo que o Senhor Deputado Hugo referiu está muito bem, em exceção lá do

dedo do descentralizar que acho que é de desenvolver, mas tem razão naquilo que disse é a análise que faz e, da análise que faz em relação à organização da informação e ao próprio relatório em si, *quem não sente não é filho de boa gente.* -----

E há aqui uma situação que não entendo, nem compreendo. O nível de transparência desta Câmara avaliado, digamos, por esses parâmetros que estamos aqui a falar, é zero. -----

Coloco-me muitas vezes como sendo um eleito da Assembleia Municipal e sendo eleito também sinto responsabilidades perante a população. Tenho responsabilidades perante toda a população e não só perante os eleitores que me elegeram. Sou um Membro deste Órgão. As pessoas, muitas vezes, perguntam *“mas isso não está resolvido? Então você não está lá na Assembleia Municipal, veja lá se resolve essa coisa!”.* -----

É que nós, enquanto membros do Órgão Câmara ou membros do Órgão Assembleia Municipal, também somos responsáveis pelo bom que se faz e pelo mau que se faz ou por aquilo que não se faz! Eu sinto essa responsabilidade. -----

E não entendo, por último, Senhor Presidente da Mesa, esse comportamento da Câmara, esta falta de consideração e respeito pelas funções e atividade dos restantes eleitos. Não entendo onde é que está o mal de dar a conhecer os contratos, as atas, a enviar as atas. Hoje, com o *online*, é tão fácil fazer chegar as atas, fazer chegar documentos aos Membros da Assembleia! -----

Talvez criar um gabinete específico na Câmara Municipal para operacionalizar esta ligação entre a Câmara e a Assembleia Municipal.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O direito de oposição é um direito constitucional e é a concretização de vários princípios e direitos fundamentais da Constituição, nomeadamente o princípio democrático das liberdades e garantias de participação política e sobretudo estabelece, de facto, que este reconhecimento constitucional de um direito de oposição democrática significa uma institucionalização da oposição com a consequente atribuição de uma função constitucional. No fundo, a garantia dos direitos e poderes das minorias é um instrumento constitucional de contrapeso e limite do poder da maioria. -----

Não vou estar aqui a escarpelizar o relatório por uma razão muito simples: é que efetivamente o relatório é uma falácia e, portanto, o relatório é entendido por este Município como proforma que é preciso dar e para encher de palha a dizer que está tudo cumprido, quando na prática não está e não somos só nós a dizê-lo. -----

Penso que nestas coisas, obviamente, haverá sempre alguém que acha que marcha sempre com o passo certo, mas quando todos os partidos da oposição vêm aqui dizer que o direito da oposição não é cumprido, não está a ser cumprido, não é respeitado, alguma coisa não está bem, seguramente. -----

Efetivamente o respeito institucional não existe por parte desta maioria socialista... nem relativamente a eles, quanto mais relativamente aos outros. -----

E, de facto, isto tem aqui várias consequências, mas sobretudo tem uma que acho que é essencial: a forma como é exercido o poder, a forma como se governa é a forma como demonstramos a

todos os cidadãos e não apenas aqueles que votaram em nós que, de facto, somos um governo para todos e não somos apenas um governo para uma parte, por muitas maiorias que tem. -----

Já tive a oportunidade aqui de dizer que não são 40 e tal por cento dos votos que representam a totalidade dos eleitores da Covilhã nem do país e, portanto, quem governa tem esta responsabilidade acrescida, não só para governar para além daqueles que votam no Partido Socialista, mas para respeitar todos aqueles que votaram noutras forças partidárias. -----

E é isto que o direito à oposição devia consagrar ou devia ser aplicado nesta Assembleia. -----

Não posso deixar de dizer que um dos direitos fundamentais deste direito de oposição é ser ouvido antes dos documentos previsionais, antes dos orçamentos. Por que é que a Constituição exige isto? Por que é que a lei exige isto? Exige exatamente para que as oposições possam contribuir para um melhor orçamento e para uma melhor gestão das autarquias. -----

Aliás, aquilo que tivemos no último ano, de facto, que contradiz em absoluto aquilo que é dito neste relatório. -----

O CDS foi convocado com 24 horas de antecedência relativamente a uma reunião do Orçamento. Ainda assim esteve presente. Não noutras situações em que não é necessário estar, porque estão outros representantes de uma coligação que ainda existe, mas de qualquer maneira esteve presente, contribuiu, deu indicações, para ser confrontada com aquilo que aqui já foi referido: o trabalho da oposição está feito e é aqui que se vê qual é que é o trabalho da oposição; é aqui que se veem quais é que são as propostas da oposição. -----

Remeto-me para um comunicado, que é público, onde foram feitas 7 ou 8 propostas concretas de introdução de medidas para um orçamento municipal e somos confrontados com o orçamento municipal que é publicado e é votado poucas horas depois. Ou seja, nem sequer é um descargo de consciência, é um desabafo. Esta Câmara entende as propostas da oposição como um desabafo. Não é para serem levadas em conta. -----

E depois temos a ousadia de ouvirmos nesta Assembleia que a oposição não faz propostas quando elas são grosseiramente ignoradas nos espaços e nos locais próprios. -----

É óbvio que este relatório deste direito da oposição não corresponde à verdade, envergonha quem o fez e envergonha quem publicamente acha e faz apenas um mero proforma dizendo que está cumprido, quando na verdade não está e é preciso assegurar que efetivamente estas coisas sejam concretizadas porque estamos a falar de obrigações legais e constitucionais. -----

Só para terminar, Senhor Presidente, é desta forma de governação que surgem muitos votos de protesto. É desta forma de governação que surgem, de facto, extremismos e surgem outras pessoas que estão cansadas desta situação. E, portanto, se não queremos que essas pessoas, que esses protestos errados surjam, somos nós os responsáveis. Quem exerce o poder é que é responsável pela sua prevenção.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “O estatuto de direito da oposição estabelecido na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, corporiza o princípio constitucional do direito à oposição democrática, acolhido pela Constituição Portuguesa no n.º 2 do artigo 114.º, de acordo

com o qual é reconhecido às minorias o direito à oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei. -----

Trata-se, de acordo com o legislador, da garantia dos direitos e poderes das minorias enquanto instrumento constitucional de contrapeso e limite ao poder da maioria. -----

No que respeita às autarquias locais diz respeito, e servindo a esse propósito o artigo n.º 1 da referida lei – o direito da oposição, que é assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática nos órgãos executivos das autarquias locais na natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei, devendo entender-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos executivos.

Ainda de acordo com o artigo n.º 3 da referida lei, consideram-se titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo, bem como os partidos políticos representados nas Câmaras Municipais, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes, delegados ou outras formas de responsabilidade, direta ou indireta, pelo exercício de funções executivas. -----

Para além destes, a titularidade do direito de oposição é ainda reconhecida aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico, nas condições anteriores. -----

Aos titulares do direito de oposição assiste: o direito à informação no sentido de que devem ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a atividade; o direito de consulta prévia segundo o qual devem ser ouvidos sobre as propostas e respetivos orçamentos e plano de atividades; o direito de participação podendo pronunciar-se e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante; bem como o direito de presença e participação de todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem; e ainda o direito de depor, através de representantes por si livremente designados perante comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguações de factos sobre matérias de relevante interesse local. -----

O PSD agendou este ponto hoje, nomeadamente neste ponto da ordem de trabalhos, e vem-nos fazer crer que o direito à oposição está comprometido. Alguém acredita em consciência que hoje a oposição tem menos direitos do que tinha quando o PSD governava a Câmara Municipal? Ou que a oposição é hoje mais ou menos respeitada do que era nos governos do PSD? Alguém honestamente acredita que a oposição é hoje mais ou menos valorizada do que o PSD fazia quando governava? -----

Eu sei que o Senhor Deputado é novo e, porventura, não terá essa memória, mas com certeza alguns colegas, que hoje em dia são presidentes de junta, faziam parte dessas assembleias municipais ou outros membros também aqui da oposição faziam parte. Temos também vereadores que já foram vereadores eleitos na altura da governança do PSD. -----

Não, meus senhores, ninguém acredita que existe menos democracia hoje em dia nos órgãos, sejam eles da Assembleia ou no direito à oposição do que existia na vossa governança. Só quem não tem memória ou quer transparecer uma realidade paralela é que acredita nesta versão. -----

Ainda hoje é admitido pela oposição e foi admitido por si que as propostas da oposição são ouvidas e, porventura, até são aceites como foi o exemplo da homenagem aos antigos autarcas na passada quinta-feira. Ainda há umas semanas atrás, os partidos desta Assembleia foram ouvidos relativamente a assuntos fundamentais e relevantes como foi a questão da mobilidade onde tiveram a oportunidade para se manifestar, para apresentar as vossas propostas e as vossas melhorias. Isto é saber ouvir, saber integrar também as opiniões da oposição e é assim que se faz o direito à oposição. -----

O PS, ao contrário do que acontecia nos mandatos do PSD, tem procurado instituir mecanismos de transparência e de direito à informação que permitam não só o direito à oposição, como também a aproximação da política ao cidadão comum. -----

A modernização digital, o acesso à informação e de processos relevantes do Município têm sido visíveis e transformadores, através quer do site do município e, mais recentemente, através da Plataforma da Assembleia Municipal. -----

Também nesta Assembleia atualmente se vive um espírito democrático mais tolerante com a diferença de opinião, sem atropelos, sem escárnio ou faltas de respeito que existiam nos mandatos do PSD. Aliás, este novo Regimento é exemplo disso, cuja versão foi debatida com todos os partidos e consensualizado com o maior partido da oposição – um Regimento que permite à oposição determinar temas de debate nas sessões ordinárias da Assembleia, possibilitando à oposição refletir sobre temas estruturantes do Concelho ou apresentar visões alternativas de futuro sobre os mais variados temas. -----

Obviamente que os partidos são livres de apresentarem os temas que considerem mais relevantes. Contudo, não posso deixar de registar que este tema, que poderia constar numa ordem de trabalhos de acordo com a lei, impedisse a possibilidade do PSD porventura trazer outro tema mais relevante para a vida dos Covilhanenses que queira aqui debater e apresentar a sua opinião ou a sua estratégia. -----

Portanto, a oposição do PSD podia ter aproveitado a tão desejada transmissão em direto da Assembleia para esclarecer quais é que são as propostas, quais é que são as prioridades que tem para o Concelho da Covilhã. Mas não. Ficámos pela tática da vitimização e da realidade alternativa.

O PS reconhece que as maiorias poderão sempre existir. A democracia tem que se manter em desenvolvimento, adequado aos novos tempos e às novas exigências. Contudo, a verdade é que a governação do PS tem aumentado a informação e a consideração pelas oposições. -----

A Covilhã hoje vive um ambiente mais democrático, mais livre, mais respirável e mais distendido e muito mais participativo pelas oposições e pelos seus concidadãos.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Fiz elogios e críticas. Temos que ser sérios e acho que há aqui uma questão que não foi séria ou talvez desconhecimento e falta de conversa e de articulação dentro do próprio Partido Socialista, que é a seguinte: -----

Foi-nos solicitado, aquando da revisão do Regimento da Assembleia Municipal, que este ponto de debate entre grupos pudesse ser usado para evitar agendamentos potestativo que, como dito e bem pela Senhora Deputada, temos este direito por lei e podíamos tê-lo feito. -----

Foi consensualizado que tentaríamos de utilizar ao máximo este ponto de ordem de trabalhos para evitar agendamentos potestativo e ao aumento da ordem de trabalhos e, conseqüentemente, reduzir o tempo das assembleias tanto criticado. -----

Cumprimos o acordado com o Partido Socialista e a Senhora veio aqui criticar cumprimos o acordado. -----

Estive ali a elogiar o que era bem feito, estive a criticar o que era mal feito e não conseguiu contradizer num ponto aquilo que eu disse de quando a lei não é cumprida. Quando estamos 10 anos depois a fazer uma comparação com o passado para desculparmos que somos muito maus, mas se calhar antes até podemos discutir se não eram ainda piores, acho que isso não é bom para a democracia e não contribui em nada para melhorar aquilo que é a relação da Câmara com a oposição. Não é da Assembleia porque o Regimento não é o momento de cumprimento de direito da oposição. -----

A relação entre a Câmara e a oposição já melhorou. Fiz aqui críticas no ano passado e o Senhor Presidente melhorou algumas delas, como eu disse que constam no relatório. Outras precisam de ser melhoradas. Acabei de elencar uma série de pontos que não estão de acordo com a lei. Acabei de dizer isto, que não pode ser nem sob a máxima “para os amigos tudo, para os outros a lei”, nem sobre a máxima corrente atual que vigora, que é, nem a lei é cumprida. -----

Pelo menos começaremos por cumprir a lei e, quando conseguir contradizer aquilo que foi o meu argumento, estou disponível a ouvir todas as críticas. Até lá é só conversa barata e populismo.” --

--- O Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** fez a seguinte apresentação do tema “*Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela*”: -----

“No dia 15 de março de 2024, ao ser publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024 que tornou público o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, pela sua importância para o território assume-se como natural a escolha por parte da bancada municipal do Partido Socialista para debate nesta Assembleia o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Um Programa de Revitalização, mas acima de tudo uma oportunidade única e nunca antes vista em valores de investimento e complementaridade de intervenção, essenciais para a preservação do ecossistema da Serra da Estrela, bem como para o desenvolvimento sustentável da região onde a Covilhã se insere. -----

Este facto merece, por isso, que todos os Membros desta Assembleia tenham um debate esclarecedor e que perspetive as expectativas legítimas que este Programa traz à Covilhã, ao Parque Natural da Serra da Estrela e aos nossos concidadãos. -----

Resultado de um compromisso político do anterior Governo da República, liderado pelo Partido Socialista, assumido em finais de 2022 para com o território da Serra da Estrela e as suas gentes após a tragédia do grande incêndio de agosto desse mesmo ano, o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela destina-se não só a enfrentar os desafios decorrentes da calamidade ambiental, económica e social vivida, mas acima de tudo impulsionar o PNSE e a competitividade dos territórios que o constituem de forma integrada, preservando o Parque Natural numa estratégia de ação assente em quatro domínios essenciais: -----

- 1.º Pessoas, Inovação social, Demografia, Habitação: com uma dotação de 26 milhões €; -----
- 2.º Economia, Competitividade e Internacionalização: com uma dotação de 19 milhões €; ----
- 3.º Ambiente, Proteção Civil, Florestas e Agricultura e Ordenamento: de 93 milhões €; -----
- 4.º Cultura, Turismo e Marketing Territorial: 17 milhões €. -----

Uma estratégia subseqüentemente dividida em 34 projetos de intervenção que totalizam cerca de 155 milhões de investimento, na sua grande maioria destinados aos seis municípios que constituem o Parque Natural da Serra da Estrela, mas também a instituições locais, como a Universidade da Beira Interior, num modelo de execução integrado entre os diferentes agentes até 2030, através de ações de âmbito intermunicipal e local. -----

Face a uma dinâmica de intervenção coordenada e integrada entre diversos agentes, entidades e municípios, o Programa de Revitalização assume uma materialização necessária e realmente disruptiva para a realidade vivida no Parque Natural da Serra da Estrela na construção de modelos de governança mais inclusivos, assentes na cooperação interinstitucionais, por forma a mitigar duas das ameaças identificadas, nomeadamente a existência de visões e modos de atuação diferentes para o território e a falta de sinergias de trabalho em rede. -----

Desta forma, o espírito de cooperação previsto deve ser entendido como um dos maiores ativos deste Programa de Revitalização na expectativa que produzirá resultados para o território para além do término do próprio Programa. -----

No que concerne aos projetos intermunicipais, com potencial impacto direto aos habitantes, empresas e entidades do Concelho da Covilhã presentes no Programa de Revitalização, destaco os seguintes: -----

- Criação e reforço dos serviços essenciais de envolvimento; -----
- Programa de apoio à população na implementação de medidas de autoproteção para incêndios rurais; -----
- Criação de redes regionais de investimento e inovação; -----
- Valorização dos produtos endógenos e agroalimentares; -----
- Rede de percursos pedestres acessíveis no Parque Natural da Serra da Estrela; -----
- Rede de praias fluviais eco sustentáveis; -----
- Definição do Plano de Pormenor para a área de intervenção específica da Torre; -----
- A pastorícia como ferramenta de gestão de combustíveis; -----
- A elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão de Paisagem Serra da Estrela, bem como o reforço da capacidade de resposta dos Serviços Municipais de Proteção Civil. -----

Estes e outros exemplos poderiam ser dados no âmbito intermunicipal. -----

No que respeita aos projetos de desenvolvimento no Município da Covilhã, são definidos quatro projetos específicos de implementação total em cerca de 35 milhões €, nomeadamente a revitalização da Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, a execução da Barragem das Cortes, a Requalificação da Estrada verde Verdelhos-Poço do Inferno, a execução do projeto do IC6 como Via Verde – Covilhã - Pedras Lavradas, projetos estruturantes para o desenvolvimento e sustentabilidade da Covilhã como parte integrante do Parque Natural da Serra da Estrela e da região, com especial destaque para a execução da Barragem das Cortes. -----

Tal como demonstrado na Assembleia Municipal anterior, os factos são incontestáveis e irrefutáveis no que toca à longa história da Barragem das Cortes, onde o PSD, durante o período em que teve responsabilidade governativa no Município, obteve a aprovação de financiamento para a sua construção, teve declaração de impacto ambiental que, entretanto, expirou, mas onde a inércia do PSD e dos seus responsáveis governativos imperou e deixou cair uma oportunidade única no passado. -----

Diz o ditado popular que *o comboio não passa duas vezes na mesma estação*, mas a verdade é que com o Partido Socialista em Governo o comboio da Barragem das Cortes voltou a passar na Covilhã, na certeza que a Covilhã desta vez não ficará parada a vê-lo passar. -----

O compromisso assumido pelo anterior Governo de financiamento através do Orçamento Geral do Estado, conjugado com a saúde financeira do Município, mas acima de tudo a vontade política do atual Executivo Municipal do Partido Socialista dão garantias que, de facto, nos próximos anos a Barragem das Cortes seja uma das maiores obras da história da Covilhã com um potencial impacto positivo em toda a região da Cova da Beira. -----

Apesar do amplo e diversificado investimento previsto, existem, porém, projetos que não estão cabimentados no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, nomeadamente a requalificação da estrada de Unhais da Serra aos Piornos, a execução da estrada de Cortes do Meio até às Penhas da Saúde e a execução da Barragem da Atalaia. -----

Estes são temas e são reivindicações sobre os quais o Partido Socialista se manterá, na primeira linha, na defesa da sua concretização como parte das soluções necessárias para um Parque Natural da Serra da Estrela mais resiliente, atrativo e coeso. -----

Por fim, termino com destaque para o maior ativo não tangível que este Programa de Revitalização traz ao Parque Natural da Serra da Estrela e, em particular aos Covilhanenses: a Esperança. -----

Depois da tragédia, este Programa restitui a esperança no território como parte de um país inteiro. Restitui a esperança numa Serra da Estrela humanizada, resiliente, adaptada às alterações climáticas com uma estratégia integrada de desenvolvimento e de sustentabilidade duradoura, onde a preservação ambiental, a identidade local, o turismo responsável, a pastorícia e os saberes do passado serão parte do futuro. -----

Não deixaremos cair esta oportunidade.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “De facto, este Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela deveria ser uma oportunidade para transformarmos estruturalmente e socialmente o nosso território. -----

Ele está aprovado em sede de Conselho de Ministros. Achamos que poderia ir mais além. É bom que o investimento venha para aqui para o território. Salientar que a Covilhã, o nosso concelho, fica com 23% pelo facto de ter destruído infraestruturas que tinha, mas poderia este investimento ser maior e potenciar outras linhas de desenvolvimento e outros caminhos. Dizer que para 90.000 hectares ter um pouco menos do que 155 milhões é, de facto, um bom impulso para a revitalização do nosso território, embora julgamos nós que há aqui algumas opções com as quais não consideramos que este dinheiro possa, de facto, fazer a tal transformação estrutural e social que o nosso território precisa. -----

Quando temos no domínio pessoas, inovação social, demografia, que é um dos problemas que temos aqui no território, apenas 16,7% do investimento, isso para nós pode denotar aqui que este projeto poderá ficar frágil nesse domínio. -----

Outra questão é na economia, competitividade e internacionalização. 12,5%. -----

Depois vem o ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento. 60%. Aqui achamos que é importante que venham os 60% porque é justamente sobre isso para que foi feito este Programa de Revitalização. -----

Depois Cultura, Turismo e Marketing Territorial. Quase 11%. -----

Ou seja, parece-nos que há aqui um desequilíbrio nos domínios que seria de todo importante, até porque falamos de ecossistemas e ecossistema pressupõe equilíbrio e, portanto, estes equilíbrios nestes domínios deveriam ser mais atendíveis. -----

Mas ele está aprovado. -----

Devo lembrar, Senhor Presidente, que esta Assembleia Municipal tem uma Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Essa comissão ainda não terminou o seu relatório. Esta Comissão esteve no campo. Nada disso é refletido e vertido neste documento que aqui está, o que nos parece que ou não faz sentido esta Comissão ou, se calhar, teríamos que ter sido ouvidos talvez em alguma sede, digamos assim, para que este relatório também pudesse traduzir aquilo que esta Comissão já fez. -----

De qualquer forma, dizer ainda o seguinte: dos trabalhos que já foram propostos e adjudicados, etc. ainda falta cumprir muita coisa e já passaram quase dois anos sobre o incêndio e era necessário, de facto agilizar, os processos.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “É hora de ação! -----

De implementar as medidas previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, publicadas a dias de eleição de um novo Governo e dezoito meses depois daquele que foi o flagelo, que não queremos ver repetido na nossa cidade, na nossa Serra e no nosso país. -----

Sobre o Plano, podemos ler que se constitui “(...) como um programa integrado de desenvolvimento regional do território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e

projetos a implementar nos curto, médio e longo prazos, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial: o Parque Natural da Serra da Estrela e todos os seus ecossistemas." -----

Das notas introdutórias desta publicação, importa ainda salientar que os financiamentos destas medidas terão origem nos quadros do Portugal 2030 (PT2030) e "(...) de acordo com as respetivas linhas de programação, do Plano de Recuperação e Resiliência". -----

Sabendo que a elegibilidade do financiamento dependerá da natureza dos investimentos, não podemos deixar de constatar que o Plano construído nos últimos meses considere linhas de financiamento com origem no PRR discutido pós-pandemia. Além de parte das medidas previstas serem promessas antigas de anteriores e atuais governantes e autarcas. -----

Clarifica-se ainda que caberá à CIM BSE a abertura de avisos específicos e que o acompanhamento da execução e a monitorização do Plano compete a uma comissão de acompanhamento coordenada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P.. -----

A título de rodapé, esta comissão não tem direito a receber qualquer remuneração, abono, compensação, subsídio ou senha de presença pelo desempenho de funções. Conto poder voltar a este tema, num ponto seguinte da nossa OT. -----

Organizado em quatro domínios temáticos: a) «Pessoas, inovação social, demografia e habitação»; b) «Economia, competitividade e internacionalização»; c) «Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento»; d) «Cultura, turismo e marketing territorial», pretendeu ser o mais abrangente possível nas suas ações. -----

De todas as medidas e programas enunciados, por economia de tempo e não sendo possível referir-nos a todas, gostaríamos de poder abordar neste ponto de discussão: -----

- 1. A preocupação pelo valor global atribuído aos projetos P3.3 Recuperação e restauro de áreas ardidas e de infraestruturas danificadas, no valor de 13.182.880 €, dos quais parte será afeta à Estrada Regional n.º 338 (Piornos-Manteigas), e ao P3.4 Recuperação dos habitats do PNSE, no valor de 3.150.000. Se consideramos que dos cerca de 93M€ do domínio Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento, mais de 50 % serão para obras públicas como barragem e estradas, constatamos que o valor afeto à recuperação de habitats, fauna e flora é um valor que fica aquém do desejável. -----*
- 2. Relativamente à promessa antiga da construção da Barragem das Cortes, no valor de 30.000.000, dos quais estão considerados 20% de financiamento autárquico, importa clarificar o mais brevemente possível se estão dissipadas as dúvidas levantadas em 2013 pela Quercus e os entraves legais colocados pelos proprietários dos terrenos. -----*
- 3. A ausência, tanto no projeto 3.9 Plano de Pormenor para a área de intervenção específica da Torre, como no 3.12 Reforço da capacidade de resposta dos Serviços Municipais de Proteção Civil, da instalação e beneficiação de uma resposta avançada de primeiros -----*

socorros. Numa zona turística e de grande afluência como é o Parque Natural, e aquela que se ambiciona com este Plano, faria todo o sentido dotá-la desta resposta. -----

Cumpre-nos ainda, sobre este tema e confrontados com a dura realidade de Agosto de 2022, com mais de 27.340 hectares perdidos, seis municípios afetados, o impacto negativo nos ecossistemas, a preocupação pelo futuro da nossa serra, tenhamos presente que mais de 10% da área do nosso município foi consumida por este desastre, concordaram todas as bancadas e, em abono da verdade, apoiados pelo Presidente da Assembleia Municipal, em constituir uma Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Esta Comissão, constituída por representantes de todas as bancadas e pelos presidentes das juntas de freguesia mais fustigadas pelos incêndios, tomaram posse a 12 de Julho de 2023. Desde esta data, a Comissão tem reunido e analisado com associações, juntas de freguesia e Câmara Municipal, um conjunto de informação que julgamos relevante para o Município e concidadãos. --

Gostaríamos de, neste momento, poder realçar e reconhecer o papel construtivo e empenhado de todos os elementos desta Comissão de Avaliação que mantiveram sempre presente o interesse maior, refletindo e avaliando para além dos interesses político-partidários. -----

Queremos, no entanto, referir que a mesma tem sido confrontada com agendamentos sucessivos de discussão de um tema tão relevante e que lhe deu origem, sem que se interrogue pelas conclusões e pelos seus trabalhos. Bem sabemos que a comissão ou o seu resultado não pretende beneficiar ninguém nas eleições. A leitura das conclusões não terá o mesmo impacto mediático que o anúncio de uma obra prometida e adiada há mais de 15 anos. -----

A própria Câmara, a um pedido de agendamento de reunião, responde com o envio de um documento que é público. Só depois de muita insistência, um mês e meio depois do primeiro pedido, agendou a reunião solicitada. -----

Das reuniões mantidas, há três grandes ilações que deveremos todos refletir. A primeira, a burocracia e a multiplicidade de agentes. Excesso de informação, muitas das vezes contraditória, e passos repetidos. O estado e mais estado. -----

Peguemos a título de exemplo no pagamento dos subsídios e ajudas pós-incêndio. O tempo de espera, a informação necessária e o repetir de prestação de informação. -----

A segunda conclusão, os resultados efetivos do abandono do interior. A desertificação e o esquecimento pelo poder central. O poder voltou costas ao meio rural e ao meio natural. -----

A desmaterialização dos últimos anos de associações e institutos não acompanhada de medidas de reforço para o poder autárquico local. As juntas desempenham hoje múltiplas funções para as quais não recebem o devido suporte logístico e financeiro do poder central. -----

Por fim, ausência de fiscalização e auditoria. O estado e seus organismos são intrinsecamente desconfiados do cidadão. Os entraves burocráticos são prova disso. No entanto pouco fiscalizador e auditor da ação pública. Com testemunhos, que dizem respeito à ação diferente pelas Associações de Baldios, é possível comprovar isto mesmo. -----

A terminar, e porque não devo entrar em mais detalhe naquele que é o importante trabalho de conclusão da Comissão, quero solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia a minha demissão da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Comuniquei previamente esta decisão ao coordenador, ao Presidente António Carriço, por entender que, quer do primeiro momento em Novembro, com uma AM extraordinária, para anúncio antes da CIM, e para refrescar jornais de promessas, quer no agendamento para o dia de hoje, deveria ter sido ouvida esta comissão e ter, desde logo como ponto inicial, o testemunho do seu coordenador e relator.” (Doc.10) -----

Por último, “por descargo de consciência, Senhor Presidente, uma vez que peço a demissão desta Comissão, solicito também aos serviços informação de como devo devolver as senhas de presença recebidas pelas reuniões participadas desta Comissão.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Vou também fazer aqui a análise possível e também reforço, além de assinar por baixo das palavras que o Nuno Reis fez acerca da Comissão. -----

Vou aqui apenas fazer uma pequena análise relativamente a alguns pontos que eu considero mais importantes. -----

O que é facto é que estamos quase a fazer dois anos do incêndio que fustigou a Serra da Estrela e estamos, neste momento, a falar da implementação de algumas medidas. -----

Da informação que nos chegou, e não estou a cometer nenhuma inconfidência, até porque os relatórios são públicos, a implementação é lenta, não é suficientemente descentralizada para que chegue às pessoas e às próprias populações. Temos acesso a esses testemunhos. Não está a chegar muitas vezes às próprias Juntas de Freguesia e não está a chegar diretamente às pessoas. Há esse sentimento nas comunidades mais pequenas que as medidas não chegam. -----

Não é preciso ir mais longe: vimos, há menos de um mês atrás, uma reportagem na televisão, penso que no canal SIC, que dizia precisamente isso, as pessoas a falarem, os próprios cidadãos a dizer que não lhes chegaram as medidas, que não houve informação suficiente e que a implementação não está a acontecer no terreno de forma eficaz para que as pessoas lesadas, aqueles que se sentem mais isolados que têm mais dificuldade de aceder aos programas implementados... a essas pessoas o programa não está a chegar. É muito recente essa reportagem, portanto, não preciso sequer falar mais do assunto. -----

Da Barragem das Cortes, é aquilo que sabemos. Não podemos agora estar aqui a limpar a história. Esta barragem chega com dez anos de atraso. Ela esteve cabimentada, esteve aprovada. Ela estava planeada e, portanto, quem decidiu adiá-la dez anos não foi com certeza quem não esteve à frente dos executivos tanto a nível local, como a nível nacional. -----

Portanto, se ela vai ser feita agora e que já nos congratulamos nesta Assembleia, claro que ela é bem-vinda. Já a tínhamos projetado há dez anos atrás e estava até cabimentada para avançar. Passaram dez anos. Muito bem, faça-se agora. Mais vale tarde que nunca. -----

Agora também é verdade que neste programa faltam muitos projetos, faltam medidas que também andamos há anos e anos à espera. -----

A estrada de Unhais é uma carência. Mas nós não sabemos isso há muitos anos? Mas, se neste momento não foi uma prioridade para inscrever neste programa que foi aprovado pelo Conselho de Ministros, vamos arranjar outras formas porque ela já foi prometida muitas vezes. Não estou apenas aqui a apelar a uma coisa que é inscrever-se agora como prioridade. -----

Quantas vezes já veio a esta Assembleia?! Quantas vezes já houve pedidos públicos para que esta estrada se concretize?! Isto não é novidade nenhuma para ninguém. Apenas a Câmara Municipal tem que a pôr na sua agenda porque é para isso que está eleita. -----

Portanto, sabemos as prioridades, sabemos tudo isso, as obras são prometidas e, pura e simplesmente, elas não são concretizadas. Não devemos pedir responsabilidade a quem está no Executivo? Claro que sim. É a sua obrigação. É para isso que estão eleitos.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Começava esta minha intervenção por lamentar o pedido de demissão do Senhor Deputado do CDS da Comissão que acompanha os incêndios de 2022. Lamento que se demita e que o faça em consciência. -----

O descrédito de políticas acho que em boa parte se deve àquilo que muitas vezes se convencionou chamar de retórica porque tão depressa somos acusados ou o Partido Socialista é acusado de estar a demorar a chegar as medidas ao terreno, como a seguir se é acusado de a Comissão, que ainda não tem o relatório definitivo, nunca ter sido ouvida. -----

Aquilo que pergunto é: deveríamos estar à espera de ouvir a Comissão para começar a implementar ações no terreno ou não? -----

Outra questão que é bastante engraçada e que também é retórica: por um lado, pergunta uma parte da direita se os problemas com os privados necessários ou que eram necessários à construção da barragem já estão resolvidos, mas, por outro lado, vem dizer outra parte da direita que a barragem já devia estar cá há dez anos. Portanto, é-se preso por ter cão, é-se preso por não ter! Não há aqui nenhuma linha de ação porque objetivamente o que se pretende aqui fazer é política partidária. Esta discussão não se destina a chegar em nada às populações. É pura retórica demagógica. -----

A gente não pode dizer a mesma coisa e o seu contrário na esperança de que as coisas passem e que, com isso, ganhe a adesão de alguém. Temos que ser objetivos naquilo que queremos e pretendemos. -----

A oposição está a ser ouvida. Outro exemplo da retórica é a mesma oposição que diz que os direitos da oposição não são cumpridos, quando se fazem algumas coisas, vêm logo dizer “isto fomos nós que sugerimos. A Câmara ouviu-nos.” Ao mesmo tempo que não os ouvem, só fazem aquilo que eles sugerem. Isto é pura retórica. -----

Objetivamente, falar de política a sério não é fazer isto. Retórica demagógica não é política a sério. Vamos falar de política a sério. É mais sério o Senhor Deputado Nuno Reis ter-se demitido da Comissão em consciência do que depois fazer toda a outra chicana política que não serve

rigorosamente para nada que não seja só ver se sai uma notíciuzita. Não é isto que a população espera de nós. -----

Sejamos sérios. Disse.” -----

- **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP):** “Não fica bem ter o Administrador da Icoví, o principal interessado da construção da nossa barragem, comentar aquilo que entende por retórica relativa à minha prestação. -----

Portanto, Senhor Presidente, eu fui muito claro na minha intervenção que juntarei à ata da reunião. -----

Na verdade, a minha retórica ou o discurso que aqui utilizei, comecei por questionar três questões sobre o Plano de Revitalização da Serra da Estrela e fui muito claro com as três perguntas que fiz.

Portanto, não percebo onde é que está a chicana política com a utilização de umas medidas e de programas e de projetos essenciais à nossa região. Não está em questão o Plano em si. -----

Portanto, o ponto dois da minha argumentação é muito simples: não me revejo na forma do Partido Socialista coordenar estas reuniões relativamente ao Plano de Revitalização quando tem pessoas na própria Comissão, pessoas eleitas e nomeadas para a Comissão, sendo o seu Presidente e Relator um Presidente eleito pelo Partido Socialista da Junta de Freguesia, tendo feito um trabalho muito meritório nesta Comissão e nem sequer o terem ouvido. -----

Portanto, e por isso, como não me revejo, demito-me. É só isso. Acho que isto não é retórica nenhuma.” -----

- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que agradece “sempre e é com muito respeito que ouço sempre quer as críticas que, na sua generalidade, são construtivas, quer os elogios, sendo certo que prefiro sempre saudações ou críticas. -----

No que diz respeito às duas questões muito rapidamente, num voo rasante. -----

Relatório de avaliação do grau de observância dos direitos do Estatuto do Direito de Oposição – Já estive na oposição durante oito anos. Sei valorizar o papel da oposição e respeito muito a oposição.

Quem está no poder não tem que fazer tudo o que a oposição respeitosamente recomenda. Era o que faltava alguém ser eleito, ter tido um mandato popular e ter que fazer aquilo que a oposição deseja! Uma coisa é concordar naquilo que convergimos, fazermos em conjunto e promovermos em conjunto; outra coisa, naquilo que discordamos funciona a democracia, tal como nas votações que já aqui ocorreram e no Executivo acontece exatamente o mesmo. -----

Nunca houve tanta transparência no Município da Covilhã como agora. -----

Uma das primeiras coisas que fiz quando cheguei ao Município, logo que tivemos dinheiro, foi implementar um sistema em que toda a documentação está desmaterializada e onde toda a gente tem acesso. -----

As coisas ainda não estão a acontecer e os Senhores já sabem que esta ou aquela medida já foi tomada. Os Senhores Vereadores têm acesso nas reuniões de Câmara à informação que solicitam. Os senhores aqui são esclarecidos. Perguntar-me-ão, ou dirão melhor dizendo: “mas é sempre 100% assim?” Não é por má vontade. É manifestamente impossível dar resposta num período muito curto de tempo àquilo que sempre pretendem, mas acabamos sempre por vos dar toda a informação que solicitam. -----

Mais. Hoje em dia, falar em contratos, pedir contratos – estão em todas as plataformas. É só ir à *internet* e ver que está tudo publicado. Além do mais, somos sindicatos e avaliados sistematicamente por n de entidades, do Tribunal de Contas à Inspeção-geral de Finanças, ao Ministério Público quando é o caso, às polícias... Toda a gente tem acesso quando quer e como quer à informação de tudo o que acontece na Câmara Municipal. Mas não é só na nossa. É em todo o país. Isto é Lei Geral da República. -----

Mais. Os documentos a que a oposição tem acesso, designadamente planos de pormenor, PDM's, Orçamentos, relatórios e contas, devem-no aqui a este presidente. Na altura, enquanto oposição que conseguiu conjuntamente uma maioria, redigimos um regimento de funcionamento da Câmara que impôs que os documentos fossem entregues com pelo menos 10 dias de antecedência. E a verdade é que isso passou. Quando deixei de ser oposição e passei a ser presidente da Câmara, agarrei nesse mesmo regimento, que ajudei a elaborar conjuntamente com o Professor João Esgalhado, então Vereador da oposição, e ainda hoje este regimento está em vigor. Portanto, no meu tempo enquanto oposição, nem sequer às vezes tinha acesso ao Orçamento, quanto mais a qualquer outro documento. Mas isso já lá vai. São assuntos que estão encerrados, estão enterrados e não é para andarmos sempre aqui a falar neles. -----

Quantas vezes, e estão aqui os senhores Vereadores que o podem confirmar, fazem sugestões que nós acatamos?! Por acaso não foi esta da homenagem aos autarcas. O senhor Vereador pode rir-se à vontade. Se quiserem perguntar ao Senhor Luís Garra, que é um dos membros da Comissão Organizadora do cinquentenário do 25 de Abril, ele há mais de mês e meio que propôs o seguinte:

Por altura do Dia da Cidade, no Teatro Municipal, se realize uma iniciativa de tributo a todos os autarcas – Câmara, à Assembleia Municipal, juntas e Assembleia de Freguesia do nosso Concelho.

Ora bem, foi o Senhor Luís Garra, como membro da Comissão, que comunicou e sugeriu a mim próprio, à Senhora Presidente das Comemorações e depois a todos quantos tiveram acesso naquela altura, que tal fosse feito. Mas não vinha mal nenhum ao mundo que fosse a oposição a fazê-lo. Veio, no fundo, sublinhar aquilo que o Senhor Luís Garra já tinha proposto no âmbito da Comissão e já tínhamos definido o dia 23 de outubro como o dia para este efeito e contem com um espetáculo com o Flávio Torres, que é um conterrâneo nosso, com uma fadista que é conterrânea nossa e com uma banda do nosso Concelho. -----

Portanto, estão a ver que venham de onde vierem as sugestões, neste caso do Senhor Luís Garra, podia ter sido dos Senhores Vereadores, mas já vieram tarde, não deixo de valorizar e valorizo sinceramente a sugestão. Mas não é da autoria deles. É da autoria do Senhor Luís Garra. O seu a seu dono e a Comissão Comemorativa acatou-a e vai dar-lhe cumprimento. -----

Por ora, ficava-me por aqui.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:00 horas para almoço, tendo reiniciado pelas 15:10 horas, com a ausência do Senhor **Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP)**. -----

3.2 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que na presente sessão tinham sido colocadas “muitas questões que coincidem com muitas das questões que são referenciadas na informação escrita. -----

Sabem que tenho por princípio não aludir a questões partidárias nas reuniões ou camarárias ou da Assembleia Municipal. Acho que o presidente de câmara deve manter a maior equidistância possível dessas questões e ser coerente de que as portagens devam ser abolidas até que atinjamos ou consigamos atingir o grau de desenvolvimento económico e social dos nossos concidadãos que vivem no litoral. Depois, se e quando o atingíssemos aqui no interior, voltássemos a pagar. Era bom sinal. Significava que tínhamos o mesmo poder de compra, do ponto de vista social a mesma afirmação, e acesso àquilo que eles têm no litoral. -----

No interior somos gente de bem. Não invejamos a vida de ninguém. Apenas queremos ser bem tratados independentemente de quais forem os governos que estejam a liderar ou a tratar dos assuntos no nosso País. -----

Vi aqui feita uma alusão ao então Ministro das Infraestruturas que atualmente é o líder do Partido Socialista, relativamente às portagens. O bom é que nestas coisas há testemunhas quando são questões chave e falamos nelas. No intervalo de duas ações partidárias em Belmonte, um dos dois membros ilustres da Plataforma telefonou-me para, se possível, falarem com o então Ministro das Infraestruturas. Conversando com o Senhor Ministro de então e atual líder do Partido Socialista disse-lhe se havia algum inconveniente em tratar desse assunto. “Não. Não. Os senhores que venham” e foram dois membros da Plataforma que ouviram ele dizer o seguinte: “defendo, sempre defendi e sempre defenderei no Conselho de Ministros a abolição das portagens.” Assumi esta posição. -----

Sei que, através de outros senhores ministros durante a vigência do anterior Governo, colocou a questão várias vezes e não obteve ganho de causa. Ele era tão-somente o Ministro das Infraestruturas. Não representava o coletivo do Conselho de Ministros. As decisões são tomadas por maioria porque é um órgão colegial, como é a nossa Câmara, em que as decisões são tomadas por maioria e como neste Órgão, onde também são tomadas por maioria. -----

Portanto, achei que é de uma profunda injustiça atribuírem-lhe uma má vontade ou a ausência de ações concretas e efetivas para que as portagens fossem abolidas. E se ele neste momento está a

pugnar, e acho que deve pugnar, pela abolição das portagens, contará comigo na linha da frente, como antes também estive na linha da frente, sendo o governo da minha cor política e, portanto, aquilo que dizemos às segundas, quartas e sextas é aquilo que devemos dizer às terças, quintas e sábados e não o contrário. -----

Nisso sou coerente, defendendo aqui a coerência do Dr. Pedro Nuno Santos nesse domínio e, portanto, que tenhamos todos agora a coragem de assumir essa posição e não é preciso colocarmos cartazes a diabolizar os deputados que votam contra ou a favor. Se e enquanto eu for responsável partidário, garanto-vos que não há cartazes, nem darei instruções a ninguém para lá colocarem cartazes cuja coragem não tinham de fazer diretamente. Já agora, não resisto a esta alusão que é real, efetiva e concreta. -----

Tratou-se aqui da mobilidade. A mobilidade é um tema que não é fácil por várias razões. -----

A Covilhã é uma cidade de montanha e sei que todos(as) os senhores(as) deputados(as) não ignoram esse facto. Pelo contrário, são pessoas inteligentes, esclarecidas e não têm dúvidas relativamente às dificuldades que a Covilhã tem em termos de mobilidade e, sobretudo, no que diz respeito à zona histórica. Se é mais fácil remediar assuntos na parte baixa da cidade, aquela que se expandiu mais tarde, é mais difícil fazê-lo neste momento relativamente à parte mais antiga, ao chamado casco histórico, que é também simultaneamente o campus da nossa Universidade, que já agora, fazendo aqui um parênteses, aproveito para a felicitar pelo 38.º aniversário que vamos celebrar amanhã, desejando que a UBI continue na ponta do progresso com o palmarés que tem obtido em todos os rankings em que figura e que a sua expansão, quer física quer imaterial, perdure durante muitos e muitos anos, muitas e muitas décadas, para não dizer séculos porque, como sabem, a mais antiga universidade portuguesa é a Universidade de Coimbra e é quase tão antiga daqui a pouco quanto a nossa história como nação. -----

Relativamente à nossa mobilidade, é e foi difícil para quem me antecedeu, que encontrou e foi encontrando soluções com funiculares e com elevadores. Aliás, o último funicular, como estarão recordados, já foi sob a minha presidência que conseguimos terminá-lo. Mal estava começado, mas estava projetado. E não há compartimentos de estanque entre mandatos, nem entre presidentes, nem entre partidos, nem entre ideologias. Temos todos que puxar pela nossa Covilhã e o que mais não fiz foi dar continuidade a este plano de mobilidade. -----

Refletimos muito, ouvimos muita gente, tivemos consultores neste domínio e o que nos aconselharam foi que devíamos agarrar e, no fundo, conseguir montar uma mobilidade que abrangesse todos os sectores que a compõem - estacionamento em subterrâneos, estacionamento à superfície, mobilidade suave e aquilo que é mais essencial, aquilo que mais mexe com as pessoas que é de facto, para além obviamente dos funiculares e elevadores, os autocarros. -----

Convém não ignorarmos uma coisa sem demérito nenhum para os nossos vizinhos, mais a norte ou mais a sul, seja em que latitude for, mas a Covilhã é a cidade e somos a única que tem um sistema de transportes muito exigente e completo. Tem as suas insuficiências? Tem. Tem as suas lacunas? Tem. Mas há um esforço que há muitas décadas vem sendo desenvolvido desde o Senhor Augusto Lopes Teixeira, primeiro Presidente eleito da Câmara Municipal da Covilhã, passando pelo Senhor Álvaro Ramos que foi o segundo, passando pelo Senhor Dr. Carlos Pinto que foi o terceiro

e depois voltou a ser porque, entretanto, tivemos o Senhor Engenheiro Jorge Pombo. Todos eles puxaram pelo sistema de mobilidade nos contextos em que viveram, em que tiveram que governar a Covilhã e a Covilhã, neste momento, está a dar continuidade àquilo que já começou em 1976 aquando das primeiras eleições para o poder local no nosso Concelho. -----

Sei que é discutível porque nós vivemos num mundo em que nem todos temos que pensar da mesma forma, nem todos temos que opinar no mesmo sentido, mas uma coisa é certa: é preciso fazer o melhor que sabemos e podemos. -----

O nosso contrato teve um azar que foi ter que ser implementado no âmbito de uma pandemia. Convém não esquecer! É que as pessoas esquecem-se muito rapidamente. Ou melhor, há quem queira que as pessoas se esqueçam que este contrato tinha um *timing* e não pôde ser implementado quando devia e como devia porque, entretanto, a pandemia surgiu e teve dificuldades: começou um pouco mais tarde; os abrigos não condizem nada com a nossa cidade, ainda por cima a cidade criativa da UNESCO em Design, onde a imagem é importante e aquilo que transmitimos em termos de imagem, da nossa, da nossa cidade; e também os horários não foram, como é público e muito notório, consentâneos. Ou melhor dizendo, eles até podiam ter sido implementados daquela forma, as pessoas tinham era que ser avisadas como deve ser e não o foram. Houve duas violações contratuais, digamos assim, uma que diz respeito à promoção daqueles horários de forma quase intempestiva e com folhetos que nem eu consigo ler aquelas letras tão miudinhas que na altura eram divulgados os horários, nem tão pouco esses horários eram adequados à realidade covilhanense. -----

Temos também um sistema que não é muito amigo dos transportes e estou a falar do sistema antigo, não do novo. O novo é um pouco parecido com o antigo. Há pequenas *nuances* e, portanto, temos de, até neste domínio, promover alterações, mas isso virá a seu tempo. -----

Informação relevante a este propósito: vamos ter dois tipos de abrigos. Eles são esteticamente diferentes daqueles que temos aí. São adaptados mais à nossa realidade. Na minha opinião, são bonitos, mas aquilo que é bonito para um pode não ser tão bonito para outros. Ainda os não viram e quando os virem farão o vosso juízo. Isto é como o cravo que temos ali no pelourinho. Uns gostam, outros não gostam, mas parece que a maioria gosta. Isto para vos dar nota do que são as questões de natureza subjetiva. -----

Na semana do 13 de maio, para referenciar no tempo e já estamos muito perto, vamos ter o início da remoção dos antigos abrigos e a aplicação dos novos. Vai ser feito em duas fases. Estou a falar dos abrigos que são maiores, que estão em sítios mais fulcrais, mais utilizados na nossa cidade e em sítios mais emblemáticos. Portanto, são abrigos com características diferentes, quer em dimensão, quer em suporte. Diferentes só quanto a isso porque a linha, a traça, digamos assim, o desenho, é muito similar. Prevê-se que os mesmos serão terminados até ao final do mês sensivelmente, esta primeira fase. E numa segunda fase, em finais de maio, começaremos a colocar aqueles que são e vamos convencionar chamar-lhes mais simples, aqueles que em massa serão distribuídos pelos sítios habituais, e ninguém ficará à chuva. -----

Tive a oportunidade, conjuntamente com o Senhor Eng.º Vieira, de irmos validá-los aos sítios onde os estão a fabricar. Solicitámos inclusive melhorias de espaço, de banco, de informação, proteção contra a chuva e contra o calor. Aqueles que forem menos desprovidos de cabelo, ou que não

trouxeram o seu respetivo boné, ou outras pessoas sejam mais sensíveis ao sol, não terão o problema que tinham nestes, cujo teto era translúcido e permitia a entrada de sol de uma forma intrusiva e que causava desconforto. -----

Estes são adequados à Covilhã. São esteticamente adequados e são práticos, cómodos e seguros, com informação luminosa na sua maioria e com bancos maiores, albergando mais gente e sem prejuízos para os nossos concidadãos. -----

Convém informar uma coisa. Muita gente não saberá, mas ficará a saber, sobretudo os nossos concidadãos que agora têm a oportunidade de ouvir o Presidente da Câmara, por esta via, a transmitir-lhes estas informações, mas aqueles abrigos (os que estão no terreno) foram colocados sem a nossa concordância. Ou seja, o contrato exigia que déssemos a nossa anuência e ninguém nos solicitou que déssemos a nossa concordância à colocação daqueles abrigos. Isto para que fique claro. Não fiquem as pessoas a pensar que encomendamos aqueles abrigos. Não. Isso não aconteceu e, portanto, daí essa exigência e o início intransigente para que efetivamente as coisas assim funcionassem. -----

Relativamente à realização de obras no Silo Auto do Sporting da Covilhã, infelizmente aquele silo auto não estava devidamente legalizado, não cumpria as regras elementares de segurança às pessoas que lá colocavam os veículos. Segurança, iluminação, limpeza, enfim, muitos fatores condicionavam aquele estacionamento. -----

Numa primeira fase ficaram de realizar essas obras. Convencionamos porque era mais prático. Lá está - hoje falámos aqui de manhã sobre transparência e as regras de transparência e o princípio da legalidade fazem com que tenhamos que cumprir os prazos que estão no Código de Procedimento Administrativo para que tudo seja feito em harmonia com a lei. -----

Se, entretanto, fosse uma empresa particular a realizar este trabalho, o que é que acontecia? Era tudo mais rápido. A certa altura voluntariaram-se para isso, mas depois deram apenas informações e não concretizaram essa vontade. Ou seja, voltámos, como se diz em linguagem militar, à primeira forma e a Câmara teve que realizar o respetivo concurso. -----

Há uns tempos chamamos a nós a contratação da empreitada. O concurso público está a decorrer com um valor base de 199.000 € já agora, para que tudo seja transparente e para que ninguém diga que não é informado. Aqui não há nada na manga, como se costuma dizer. Um prazo de execução de 45 dias e a data limite de entrega de propostas é no próximo dia 6 de maio. Após a entrega das propostas, decorre a análise previsivelmente durante três semanas, mais coisa menos coisa, até à decisão de adjudicação, mais duas semanas para ter o contrato escrito e a respetiva adjudicação. -----

Significa, na prática, que vamos ter o silo auto segundo um critério de normalidade, a não haver nenhum motivo de força maior, durante o verão, pronto a entrar em ação naquilo que às vezes consideramos o início do ano, embora o ano económico e civil comece em janeiro, mas associamos sempre o início ao início das aulas. -----

Mandar também uma nota porque ouvi aqui uma referência a dizer que não havia publicitação de que esta sessão seria transmitida. Está no *Facebook* da Câmara a informação de que esta sessão

está, vai estar e continuará a ser transmitida pelas vias que os Senhores Deputados Municipais convencionaram. Basta ir ao *Facebook* da Câmara. -----

Plano de Revitalização da Serra da Estrela – Temos aqui, de facto, uma soberana e talvez única oportunidade de agarrar naquilo que de mal existe para o transformar no melhor possível. -----

Dir-me-ão que 155 milhões pode ser pouco. Para uns é muito, para outros é pouco e para outros assim-assim. É aquilo que se achou adequado para fazer face àquilo que está plasmado na Resolução do Conselho de Ministros que o anterior Governo oportunamente publicou, em várias frentes, mas no fundo, e resumindo para não vos tomar muito tempo, o que pretendemos é melhorar acessibilidades, reordenar do ponto de vista florestal a nossa Serra para que os ecossistemas sejam devidamente protegidos, para que o ambiente na Serra da Estrela melhore, para que tenhamos mais pontos de água, para que a Serra possa ser objeto de exploração e já sabemos que nunca será muito rentável do ponto de vista da silvicultura. Estou a falar do ponto de vista das atividades tradicionais que já sabemos que tem que haver uma espécie de prestação ecológica de compensação por aquilo que aportamos. Somos um pulmão. Esse pulmão está doente neste momento e temos que curar a doença de que a Serra padece, como pulmão que é do País e da região. -----

Vou resumir dizendo que estamos a criar as condições para que o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela seja uma realidade. A Comunidade Intermunicipal vai acompanhar, a CCDR, como já aqui foi dito, e um conjunto de instituições vão acompanhar aquilo que vai ser realizado, o Ministro da tutela ou o responsável da tutela também, mas se hoje aqui for aprovada, como proposto, uma associação intermunicipal de fins específicos, que são os seis municípios afetados que vão implementar, através dos respetivos órgãos, este mesmo Plano porque temos que, de facto, fazer face exatamente a este problema que é um problema grave e temos que humanizar a nossa Serra porque ela precisa de ser humanizada. Sem ocupação humana não há plano que resista, não há dinheiro que resista e não podemos passar a vida no nosso País a atirar dinheiro sobre os problemas. -----

Isto foi pensado. Houve muitas reuniões. Houve reuniões por tudo quanto foi município. Vieram cá, as entidades estiveram aqui, explicaram. Toda a gente teve a oportunidade de dar contributos e, portanto, a discussão já chega. Agora vamos é trabalhar. Bem, a verdade é que ela nunca termina porque a sua implementação terá uma saudável e natural discussão e votação nos órgãos próprios.” -----

--- Seguidamente, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Colocar questões que já tenho trazido com alguma frequência aqui. -----

Porque já se falou aqui de mobilidade, para quando uma resposta relativamente ao Bairro dos Descabelados na freguesia do Tortosendo? É um bairro com projeto feito pela Câmara Municipal da Covilhã. Em janeiro de 2022, questionámos a Câmara se podíamos fazê-lo através de delegação

de competências. Estamos em abril, quase em maio de 2024, e não recebemos qualquer resposta até ao momento. -----

A questão dos parques infantis é recorrente. Gostaríamos de saber se já há data para a instalação do parque infantil na freguesia do Tortosendo. -----

Relativamente aos passeios do Eixo TCT até ao Parque Industrial do Tortosendo, também gostaríamos de saber qual o ponto de situação. -----

Continuamos a aguardar resposta por parte da Câmara Municipal da Covilhã no que respeita ao apoio financeiro da parte própria referente à rota dos Lavadouros na freguesia do Tortosendo. Foi-nos pedido um esclarecimento. Demos a devida resposta e o esclarecimento à Câmara Municipal da Covilhã. -----

Há também um assunto pendente que tem a ver com encargos suportados pela Junta de Freguesia do Tortosendo relativamente aos gastos com a iluminação no Jardim de Infância “Os Loureiros” e que deveriam ser da Câmara Municipal da Covilhã. Estamos a falar de cerca de 8.000 €. É um processo que se arrasta há dois ou três anos e ainda não vimos fim à vista. -----

E porque se falou tanto de 25 de Abril nesta sessão, dizer ao Senhor Presidente que tivemos uma reunião com o Senhor Vereador José Miguel e agradecer o facto e o trabalho que ele tem feito e também a forma como nos ouviu e esclareceu alguns assuntos relativamente à nossa freguesia. Nessa reunião explicámos, e não querendo ter desprimor pelas outras freguesias do Concelho da Covilhã, que o Tortosendo é uma vila de Abril, é uma freguesia que merece algum destaque no que respeita às comemorações. -----

Na conversa tida com o Senhor Vereador José Miguel, ficou quase acordado que a Câmara Municipal da Covilhã iria apoiar financeiramente as comemorações do 25 de Abril na nossa Freguesia e foi com estranheza que constatámos que a Câmara Municipal da Covilhã não tem 0,01 € do seu Orçamento para apoiar as comemorações na Vila de Abril! -----

Não podia deixar de falar também da Avenida Montes Hermínios e perguntar ao Senhor Presidente se vai cumprir a promessa de inaugurar a requalificação da Avenida Montes Hermínios até ao fim do mandato e dizer que o garrafão de álcool já o lá tenho em casa para as devidas reclamações do Povo!” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Tivemos uma reunião há pouco tempo com todos os Presidentes de Junta, onde também estive o Senhor Vereador José Miguel Oliveira, Vereador das Freguesias (o senhor Presidente nesse dia não pôde estar) e falámos sobre um assunto que nos é muito caro a todas as freguesias em que fizemos o protocolo da transferência de competências com efeitos a 2022. Houve já vários aumentos da luz, da água, dos vencimentos, de tudo o que envolve aquele protocolo e o mesmo encontra-se por atualizar. -----

Vinha perguntar ao Senhor Presidente qual é que é a perspetiva da Câmara Municipal em relação a um aumento deste valor que é transferido mensalmente para as Freguesias, dado que os custos também aumentaram significativamente desde a negociação desse protocolo. Na altura não contemplamos esta parte na negociação que foi feita, mas devíamos ter contemplado. Foi um erro por parte das Juntas de Freguesia, mas, no entanto, achamos que a Câmara tem bom senso e que

vai, com toda a certeza, atualizar este valor que é transferido mensalmente porque, como disse, os custos estão muito superiores àquilo que eram na altura em que o protocolo foi negociado, apesar de todos continuarmos a fazer o esforço significativo para cumprirmos com aquilo que nos comprometemos e a verem o concelho e verem as freguesias que estão todos a cumprir com a delegação que nos foi atribuída.” -----

- **Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa):** “Em primeiro lugar, queria deixar as boas tardes a todos os presentes nesta Assembleia. -----

Queria questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã em que ponto de situação se encontra o asfaltamento da nossa estrada 506. -----

Não me querendo repetir, vinha também saber para quando o início da requalificação dos parques infantis que foram colocados em segunda fase e se a primeira fase já está concluída, pois aproxima-se o Verão, é uma época com maior procura e em Peraboa é o único parque existente para as crianças.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que o Senhor Presidente da Câmara iria responder a todos no fim de todas as intervenções. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Penso que, em termos de Regimento não era bem isso que estava previsto: após cada intervenção, o Senhor Presidente dar resposta às questões porque se não voltamos ao método antigo, não é?!” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que “agora intervêm todos os grupos e no fim o Senhor Presidente responderá. Terá tempo, ou em conjunto ou individualmente, para responder a cada um.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** respondeu, “com todo o respeito que merece, penso que deveria, enfim, ver-se, analisar-se ou consultar-se o Regimento porque a ideia que aqui as bancadas têm é que é após cada intervenção que o Senhor Presidente responde.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** Fez um ponto de ordem à Mesa dizendo que, “salvo correção porque a minha memória pode falhar, creio que o que está estabelecido é o Senhor Presidente da Câmara responder depois dos Senhores Deputados Municipais Independentes. -----

Depois as bancadas fazem as suas intervenções. O Senhor Presidente da Câmara responde. E depois há lugar a uma segunda ronda se sobrar tempo e para o que sobrar é que o Senhor Presidente da Câmara fará uma última ronda de respostas. -----

Salvo melhor opinião, é isto que creio que está estabelecido. Posso confirmar, se assim o entender.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**: Referiu que “houve as intervenções dos deputados independentes. O Senhor Presidente pode responder no fim dos deputados independentes todos. -----

Agora, há uma intervenção de cada um dos grupos ao qual, após cada intervenção, responde o Senhor Presidente e se houver uma segunda ronda, aí sim, todos os grupos intervêm e só no final é que o presidente responde a todos juntos.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que estava esclarecido. “É preferível guardar para o fim e responder a todos do que estar a responder cada um por si. É uma questão de simplificação porque o resultado é exatamente o mesmo. É só uma questão de simplificação da metodologia que estamos a apresentar. Não vai deixar de responder a todos. Os Senhores Presidentes que fizeram as perguntas agora serão respondidos no fim pelo Senhor Presidente. -----

Agora será o Grupo Municipal do PCP. Depois o Senhor Presidente pode responder a cada um por si e no fim responderá aos Senhores Presidentes.” -----

- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** contra-argumentou dizendo que não era isso que estava no Regimento. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** referiu que não era o seu entendimento. “No próprio regimento existe a figura da interpelação à Mesa quanto à orientação dos trabalhos. Portanto, penso que deve haver aqui uma clarificação quanto a esta situação.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** iniciou dizendo ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal “não me leve a mal estar por discordar de si, respeito a sua autoridade e, se o quiser fazer dessa forma, respeitaremos. -----

Gostava só de clarificar, porque isto foi uma proposta da nossa parte e acho que não estou a cometer nenhuma inconfidência em dizer que foi uma proposta do PSD, que o objetivo aqui é similar ao que acontece no plenário da Assembleia da República em que o Governo, neste caso o Presidente da Câmara Municipal, responde a seguir a cada bancada, digamos assim, deputados municipais independentes neste caso, para permitir uma resposta direta só àquelas questões e está escrito como essa intervenção deve ser feita, com o objetivo de uma maior resposta direta, a transparência que permita na segunda ronda, caso o Governo, neste caso a Câmara Municipal não responda a todas as questões. Neste caso em concreto, os Senhores Deputados Municipais Independentes dizerem se o Presidente não respondeu a esta questão. -----

Se a intervenção for no final, como antes acontecia, não dará para responder a tudo. -----

Mas, como disse o Senhor Presidente, a autoridade é sua. O Senhor Presidente determinará como quer gerir os trabalhos.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** agradeceu o facto de reconhecer que “a autoridade é minha e é exatamente assim: o Senhor Presidente, no fim, responderá aos Senhores

Presidentes de Junta em conjunto porque terá três minutos para cada um e agora vai responder a cada uma das intervenções dos grupos municipais. Responderá diretamente no fim, a cada um.” -

--- Continuando os trabalhos foram intervenientes: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Voltava aqui hoje à questão da rede viária. ---- São situações recorrentes que os nossos cidadãos vão colocando. -----

Portanto, se não me engano, temos dois troços na zona Sul do Concelho no Plano de Atividades para 2024: quer de Casegas a Sobral de São Miguel e aquela do limite da Pampilhosa. -----

A pergunta concreta era um pouco em que pé está o processo, se já há concurso, se há peças desenhadas, se há projeto e se, de facto, é possível em 2024 concluir esses dois troços porque é evidente que, já tendo levantado também a questão do Ourondo-Parada, a tal estrada que ficou incompleta que vai do Ourondo para a Aldeia de São Francisco de Assis, falta a camada de desgaste, a sinalização horizontal e vertical, ... O problema é que ela vai-se degradando e à noite com nevoeiro é, de facto, complicado transitar naquela via. Os mineiros que transitam por ali, principalmente aqueles que conheço, têm colocado a questão da segurança que não existe naquela estrada. -----

Portanto, a questão da do Ferro-Peraboa: transitei por lá há dias e também se verifica a necessidade da intervenção que já foi colocada aqui pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa. -----

Depois salientava a necessidade e a preocupação da limpeza e da requalificação dos passeios nos parques industriais, principalmente no Parque Industrial do Canhoso. Penso que é necessário ali uma intervenção. Não sei se há ali empresas que pagam derrama, mas independentemente disso, acho que há a necessidade de uma intervenção porque também é difícil transitar pelo peão ali naquela zona. -----

Salientar aquilo que também já aqui foi referido da necessidade e da importância de a Câmara avançar com o Plano de Mobilidade Inclusiva. De facto, houve aquele trabalho dos alunos da UBI que no terreno verificaram as dificuldades existentes. Não é coisa que não se tenha falado, nomeadamente nos edifícios municipais. Estamos a falar do acesso de pessoas com dificuldade de mobilidade no edifício da Câmara ou neste próprio edifício da Assembleia Municipal onde existe alguma dificuldade para esse tipo de cidadão que necessita de apoio, que necessita das rampas, dos acessos para exercer também o seu direito de cidadania. -----

Depois há a questão dos sanitários públicos na cidade da Covilhã. Verifico que em várias freguesias se mantêm os sanitários abertos e em funcionamento, mas a cidade da Covilhã, por uma questão de higiene pública, penso que ou se mantêm os existentes e se colocam em funcionamento ou o Senhor Presidente da Câmara instala outros mais modernos, como aliás já aqui referiu várias vezes, mas que tarda em implementar.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “colocou-me essencialmente a questão das acessibilidades que dizem respeito sobretudo à zona Sul do nosso Concelho e dar nota que já concluímos o troço Ourondinho até ao Paúl e o do Ourondo até ao cruzamento de que

falava há pouco que depois dá acesso às Minas da Panasqueira, de grosso modo, de forma mais simples para melhor se perceber, e desse cruzamento até Casegas. -----

Falta, como já aqui referi, o troço de Casegas até Sobral de São Miguel e essa também é uma das obras que está aqui em previsão. -----

Referiu também a questão da entrada. Como já dei nota várias vezes aqui, não é por uma questão de gáudio, mas gostava de deixar estas funções com as entradas do Concelho com a maior dignidade possível. Já está tratada a entrada das Pedras Lavradas no que diz respeito mais concretamente a Sobral de São Miguel. Já tratámos de forma também ímpele e eficaz a de Peraboa e também iremos à da Pampilhosa da Serra para fechar o ciclo das entradas no Concelho da Covilhã, para além de muitas obras que irei enumerar daqui a pouco.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Antes de usar o meu tempo, gostaria de apresentar um requerimento à Mesa sobre o que se passou há instantes. -----

Este regimento deu muito trabalho a algumas pessoas a elaborar. Muito trabalho, mesmo àqueles, como é o meu caso, que discordamos de alguns pontos do resultado final e acho que deve ser respeitado. -----

Tem sido aqui dito várias vezes que a decisão do Senhor Presidente é soberana. Com o devido respeito, discordo. Pode haver recursos da decisão do Senhor Presidente e, portanto, quero apresentar um requerimento para que conste em ata, pedindo ao Senhor Presidente que fundamente a decisão que apresentou há bocado. -----

O Regimento é claro e neste que nos foi apresentado e, para facilitar, a página 54 diz expressamente que o Senhor Presidente da Câmara responde primeiro aos Deputados Municipais Independentes e depois a cada um dos grupos logo imediatamente a seguir e isso não aconteceu.

Portanto, peço ao Senhor Presidente que fundamente essa decisão.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** aproveitou para dizer que o Grupo Municipal do PPD/PSD subscreve o requerimento apresentado.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Quanto a este ponto da informação escrita, não há qualquer referência ao Conselho Municipal de Saúde. -----

O Conselho Municipal da Saúde foi constituído em 2022. Tanto quanto sei ou quanto me apercebi, só teve uma reunião e foi para a tomada de posse. Portanto, gostava de perguntar ao Senhor Presidente se a Câmara não se preocupa com a Saúde ou se tem havido reuniões, mas que não são do conhecimento de ninguém. -----

Quanto aos passeios da Avenida Frei Heitor Pinto e da Estrada do Sineiro, da última vez que houve uma Assembleia e que estive aqui presente, falei nisto. O Senhor Presidente disse-me que realmente há problemas na calçada, que os paralelos saltam constantemente e que a culpa é da chuva. -----

A verdade é que há chuva desde o início dos tempos e, portanto, quando este projeto foi feito já chovia e certamente que isso devia ter sido acautelado. -----

Somos agora confrontados com uma nova adjudicação de cerca de 70.000 € para que o empreiteiro retire a calçada e volte a colocar. Não são 70.000. São 67.000 e qualquer coisa, mas para mim 67.000 é cerca de 70.000. O que é certo é que o Município vai pagar 67.000 € para a calçada ser novamente retirada e novamente colocada. -----

Da última vez que falei nisto foi depois de ter visto funcionários da ADC a fazer esse trabalho. Agora vemos que o Município vai pagar ao empreiteiro, o que significa certamente que não há erros e omissões por parte do empreiteiro, senão a Câmara não teria de fazer uma nova adjudicação e gastarmos todos mais 70.000 € para repor aquela calçada. -----

Portanto, eu gostava que o Senhor Presidente, de uma vez por todas, nos explicasse o que é que se passou e o que é que falhou porque certamente que não é culpa da chuva, porque ela já existia quando isto foi projetado. -----

Os sanitários públicos já aqui foram falados hoje. Por mim, já foram falados também há alguns meses. O Senhor Presidente na altura disse-me “não se preocupe que isto está pensado. Já mandei estudar. Há soluções muito boas por essa Europa fora.” -----

A verdade é que na informação escrita constam obras feitas agora nos sanitários públicos da Rua da Barbacã. -----

Portanto, há boas soluções por essa Europa fora, mas as soluções antigas e não modernas também funcionam e, se é para reabrir aqueles sanitários e estarem em condições na Rua da Barbacã, saúdo essa iniciativa. Agora são precisas as outras. Estamos todos cansados de receber pessoas na nossa cidade e de não as podermos fazer transitar pelas escadas laterais à Câmara Municipal que são verdadeiras casas de banho públicas. Isso tem de acabar. É inadmissível que o centro da cidade não tenha sanitários públicos, modernos ou antigos. É preciso que estejam limpos e funcionais. É só isso que queremos. -----

Quanto à conservação da Biblioteca Municipal e reabilitação da Rua Conde da Ericeira, não sei exatamente o que é que isto quer dizer. Consta assim nestes termos lacónicos da informação escrita. Mas uma coisa que logo me chamou a atenção foi esta intervenção porque na Rua Conde da Ericeira, uma rua onde circulo todos os dias e à porta da Biblioteca também, há uma coisa que me tem deixado muito surpreendida é que a Câmara Municipal e até as autoridades policiais, mas enfim, não estão aqui para me responder, permite-se, e quero crer que não são os funcionários da Câmara porque senão seria mais grave ainda, que a porta da Biblioteca (que é de calçada e se calhar qualquer dia também estão também os paralelos a saltar) seja um estacionamento e até a sombra porque todos sabemos que há um telheiro, enfim, uma proteção à porta da biblioteca e aí estão constantemente parados carros, o que é perfeitamente incompreensível. Só falta ser possível levá-los mesmo para dentro da Biblioteca! -----

Para terminar e sobre a informação escrita, já todos sabem que adoro intervir neste tema, nomeadamente sobre a parte formal daquilo que nos é apresentado. -----

Já elogiei o esforço de melhoria que tem sido feito, mas mais uma vez quanto aos processos judiciais pendentes, e o Senhor Presidente na última Assembleia disse-me mais uma vez que não

há nada a esconder, primeiro era o sistema informático e depois eram os Advogados. Agora, para meu espanto e às vezes quero até pensar que é para me divertir um bocadinho com isto, já não são os Advogados. Os advogados finalmente responderão tarde e a más horas, como todos sabemos que os Advogados fazem! Mas agora é preciso tratar os dados pessoais! -----

Portanto, continuamos mais uma assembleia sem essa informação!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “o Conselho Municipal de Saúde tem reunião marcada para o próximo dia 7 de maio, daqui por uma semana sensivelmente. Já terão saído as convocatórias. -----

Avenida Frei Heitor Pinto – Esta contratação é a reposição da calçada em áreas onde os danos foram causados pelas intempéries nas circunstâncias em que não é imputável ao empreiteiro. Nos casos em que lhe for imputável responsabilidade por defeitos de obra, isso aí é ele que terá que os repor. Portanto, apenas estamos a contratar aquilo que objetivamente foi apurado. A causa esteve nas intempéries e foram, portanto, objeto de auto de vistoria e de receção provisória e essa reparação é suportada pelo próprio empreiteiro. -----

Rua Conde da Ericeira – A Senhora Dra. é uma ilustre Advogada e sabe que existe o Código da Estrada e esse código é clarinho – as pessoas só podem estacionar onde o Código da Estrada permite. A Câmara Municipal regula trânsito, mas não pode regular tudo senão qualquer dia estamos noutra sítio do mundo onde sei que a Senhora Dra. não gostaria de estar em termos de regulação das nossas vidas. -----

Sanitários – O ótimo é inimigo do bom. Já encontramos uma solução para aqueles sanitários. Gostava de ver, gosto e quero ver na cidade da Covilhã em que se mete uma moeda, a autolimpeza e andou, mas a solução era muito onerosa e em princípio iremos optar por uma solução em que adquirimos e depois lá arranjaremos maneira de que a manutenção seja feita por quem sabe. ----

Biblioteca Municipal - É o problema da climatização e de algumas humidades que ali existem. É uma obra muito antiga. Já tem muitos anos e a climatização não está a funcionar devidamente. --

Informação escrita – Procuramos cumprir as regras. A Senhora que é tão zelosa das regras... temos que cumprir regras. A Senhora sabe. As leis são as que temos. Não foi a Senhora, nem eu que as fizemos. Esta tem a ver com a proteção de dados e nós cumprimos as regras, tanto mais que não é difícil, sobretudo à Senhora, basta ir ao *Citius* e encontra lá tudo o que estiver e que dizem respeito à Câmara da Covilhã. -----

Portanto, como sabe e para toda a gente que nos está a ver e ouvir do outro lado, não há nada para esconder porque existe uma plataforma no nosso sistema de justiça. A justiça em geral, nalguns aspetos, pode funcionar mal. Não funciona assim tão mal às vezes como dizem, mas enfim, tem os seus problemas. -----

A verdade é que existe uma plataforma chamada *Citius* e, se lá introduzirem o nome Câmara da Covilhã ou Município da Covilhã, que é mais correto, encontrarão todas as ações que correm contra a Câmara da Covilhã ou onde a Câmara da Covilhã tentou ações contra terceiros.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia de fevereiro deste ano interpelei V. Exa. acerca do Plano da Mobilidade já ter entrado em funcionamento há mais de um ano. -----

Ainda não temos as bicicletas elétricas ao serviço dos nossos munícipes. Não sei se já não têm bateria ou se já voltámos a ficar sem a tinta nas pistas! Não entendo. -----

Entretanto tinha aqui também os abrigos, mas vamos esperar por maio para ver se, de facto, assim é, assim como o Silo Auto em que vamos ter que esperar até ao final do Verão e ver o que é que se vai passar. -----

Outro assunto que está ausente neste documento da informação escrita é no que diz respeito à requalificação da Estrada 506 em toda a sua extensão porque o Senhor tinha já dito, mais do que uma vez, que ela vai ser requalificada, mas não diz quando e queremos é saber quando é que a estrada vai ser requalificada. É que esta estrada está demasiado deteriorada na faixa de rodagem, onde pôr uma reposição de alcatrão da vala que foi aberta das infraestruturas elétricas, dado um parque fotovoltaico, o alcatrão abateu, tem muitos socalcos e provoca danos graves às viaturas e já nem digo desconforto a quem ali passa nas viaturas. -----

Outra questão que temos é que não basta só criticar, mas também temos que elogiar a Câmara por ter finalmente acabado o troço das obras da Estrada 506 entre o Ourondo e Casegas e esperamos que continue os trabalhos. Para quando Casegas e Sobral de São Miguel? É que esta estrada está tão ou pior do que aquela que acabou de ser requalificada. -----

Também queria interpelar quanto à abertura da estrada requalificada do Campo da Aviação. É que esta estrada é uma estrada da via de acesso estruturante à cidade e por que é que não houve uma expropriação de terrenos para garantir a circulação nos dois sentidos? Mesmo só com um sentido, por que é que houve a necessidade de fazer um passeio em que as dimensões são tais que, em certos casos, até dá a impressão que é maior o passeio do que a própria estrada? E entendemos, pela sinalética que tem, que o sentido de trânsito vai ser no sentido de sair da cidade para fora da estrada quando temos uma Anil completamente entupida em muitas horas do dia e este sentido de trânsito devia de ser ao contrário, ou seja, entrar na cidade por aquela via já que não se precaveu os dois sentidos, pelo menos que se faça para entrar na cidade e não para sair. -----

Outra questão que tenho aqui é que nada é referido no documento de informação escrita em relação ao funcionamento do Teatro Municipal. Não sei se já repararam, mas aconselho a que vejam um videoclip da Desertuna em que a irreverência dos estudantes é sempre assertiva nas suas críticas e acho que está na hora de a Câmara rever o funcionamento em relação à utilização do Teatro Municipal no que diz respeito às atividades culturais das coletividades do Concelho e de mais utilizadores. -----

É quase impossível alguém conseguir marcar um espetáculo de acordo com a agenda de uma escola porque, se a escola tem para fazer uma festa em junho, se calhar só consegue marcar em abril ou em fevereiro e isso não é próprio. O Conservatório precisa de marcar uma festa do ballet e não consegue marcar a festa do ballet no tempo apropriado porque só pode aceder ao teatro noutra data. -----

Acho que tem que ser pensado e tem que ser revisto este meio de utilizar o Teatro.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu estarem todos de acordo que “a reparação da estrada deve ser feita quando tudo estiver terminado em termos de obras. Tenho a certeza, porque também já lá passei várias vezes, que o piso está irregular, mas não podemos, por um lado, fazer obras que levaram o coberto vegetal e atiram com a terra toda para cima da via e pedras pequenas, e também não podemos impedir que se façam obras para conduzir os cabos que hão de levar a energia que ali é captada até à central. Portanto, tínhamos as obras tinham que ser realizadas e já se sabe que quando se fazem obras há sempre incómodos. Todos querem obras, mas depois, quando chega a obra, na hora de se fazer é um problema. -----

Não estou a dizer que era um desígnio aquele parque fotovoltaico, mas, se fosse uma coisa absolutamente indispensável, tínhamo-lo aqui a fazer as mesmas observações, não obstante tratar-se de uma iniciativa privada, sendo certo que a abertura da vala já não é da iniciativa privada. -----

Mas isto para dizer que, quando há obras, há incómodos. Lamento, mas não há forma de os evitar. Podemos minimizá-los, reduzi-los, atenuá-los, mas não os podemos impedir. -----

Queria saber quando. Terá de ser quando começarmos a obra daquela estrada ou conjunto de estradas que eu chamo o T, que vai do Campo de Aviação até à rotunda que está sensivelmente entre a meio de Peraboa e do Ferro e que ligará Peraboa até à Ponte Pedrinha. Nessa altura não andaremos a fazer as coisas às prestações quando podemos fazer de uma só vez e até com menores custos. -----

Mobilidade suave – Dar nota que, até meados do mês e são as indicações que tenho, teremos aí novidades porque há um problema de *software*. Pôr as bicicletas e as trotinetas na rua é a coisa mais fácil do mundo. O problema depois é localizá-las, onde as deixam, transportá-las para os sítios onde elas são necessárias e gerir isso através da aplicação e de forma articulada e segura. -----

Portanto, não queremos, só para encher o olho às pessoas, pôr as coisas na rua. Queremos fazê-lo de forma eficaz e isto é o que pedimos e exigimos à empresa concessionária. As indicações que tenho é que, sensivelmente em finais de junho/princípios de julho, têm aí a sua corrida inaugural numa bicicleta elétrica ou em cima de uma trotineta. -----

Colocou-me outra questão relacionada com os passeios. Das duas, uma: ou bem-queremos que as pessoas andem de forma segura ou então, enfim, banimos as pessoas das estradas e das vias e deixamos só isto entregue aos carros. Não sou técnico e não sou especialista em passeios, nem em vias públicas, mas a verdade é que temos que gerir equilíbrios. Disso tenho noção e não é preciso ser engenheiro civil, neste caso concreto, ou especialista em mobilidade para entender que as coisas têm que gerar equilíbrios. -----

Estrada do Campo de Aviação – Como sabem, havia um problema grave com a circulação de peões e, portanto, numa estrada estreita como era e como é, e em que se circulava ainda por cima nos dois sentidos, tínhamos que tomar medidas quanto a isso, sob pena de lá haver algum acidente e depois estávamos todos aqui a lamentar. Evitar que haja situações que não desejamos nunca, que aconteça mal a alguém, é o que estamos a procurar fazer. -----

A construção de um muro de suporte de terras à linha do caminho-de-ferro e a existência de habitações no lado oposto do arruamento não permitia o alargamento necessário para se circular nos dois sentidos e, por isso, vamos pô-la num só sentido. -----

Na última reunião de Câmara pública que ocorreu a semana passada, concluímos que vamos fazer uma experiência e a experiência foi com base em análises feitas pelos senhores engenheiros que estudaram para estas coisas. Nem o meu amigo que é engenheiro agrónomo, nem eu que sou advogado, nos vamos meter à foice porque não é a nossa área. -----

Deixemos que o trânsito agora circule de forma ascendente porque se concluiu que será a melhor forma. Se se chegar à conclusão que, de facto, isso não é consentâneo com a segurança e com a fluidez do trânsito, invertemos isso. Não há aqui vacas sagradas, nem há aqui coisas irreversíveis e, portanto, assim será nesse sentido. -----

Teatro Municipal – Há muito tempo que me preocupo com essa situação. Só que não é fácil. -----

Temos o privilégio de termos um movimento associativo vasto e riquíssimo. Temos muitas associações. Todas elas gostam e querem o Teatro Municipal. Mas, por sua vez, também todos nós - os que aqui estamos e os nossos concidadãos em geral - exigem, e bem, que tenhamos uma boa programação, uma programação top, que tem existido. Farão justiça que temos uma programação de primeiríssima qualidade, onde temos pessoas a trabalhar do melhor que há para o efeito. -----

Eu não estou a dizer que não é justo que a agremiação ou que a associação A, B, C ou D reivindique para lá comemorar o que entender, que os jovens estudantes lá devam fazer os seus encontros. Não tenho nada contra. Nos dois pratos da balança temos que gerir da melhor forma porque sei que, muitas vezes, é fácil a crítica porque diz “olha, hoje está encerrado o teatro. Podia lá ter havido a festa A, B ou C e não teve lá lugar.” Mas as pessoas ignoram muitas vezes que para que um espetáculo no dia 2 lá exista é preciso que no dia 1 lá vão montar o som, os cenários, enfim, uma parafernália de coisas que as pessoas não se apercebem pois só vão ver o espetáculo. Pensam que é só chegar ao teatro, o teatro está ali e ocorre o espetáculo. Às vezes é na véspera e no dia seguinte. Há dois dias em que o teatro está indisponível para quem quer que seja. Um para montar, outro para desmontar e há um dia de espetáculo. -----

O ano ainda não tem mais do que aqueles dias que todos estudámos na escola primária e que todos nós sabemos - 365 ou 366 dias – e, portanto, temos que ser parcimoniosos. Temos que nos esforçar para que eventos que sejam mais impactantes, e não há eventos mais importantes do que outros, mas que envolvam mais gente, que tenham mais significado, ocorram no Teatro e não noutros sítios, sendo certo que mal nenhum vem ao mundo porque temos o privilégio de ter connosco uma Universidade que tem um excelente auditório e que tem feito sempre a gentileza de ceder aquele espaço para lá terem lugar espetáculos, bem como na sala das sessões ali no Polo I. -----

E, portanto, mal nenhum vem ao mundo que espetáculos possam ter lugar no Teatro Municipal não possam também ocorrer nesses sítios. Não têm menos dignidade e não são menos importantes por este facto. -----

Isto para dizer que *sol na eira e chuva no nabal* ainda não é possível e tentamos gerar equilíbrios nesse sentido.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: “Antes da minha pergunta concreta e daquilo que foi o debate que tivemos na parte da manhã, lembrar esta Assembleia que a Comissão que foi constituída por esta Assembleia tinha dois objetivos ou duas missões: uma primeira de acompanhar os trabalhos no pós-incêndios que afetaram a Serra da Estrela em 2022; e o segundo objetivo é acompanhar o Programa de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Por isso, não posso deixar de lamentar a saída do Deputado Nuno Reis dessa mesma Comissão, exortando que o CDS se faça representar de alguma maneira e continue a dar o seu contributo à Comissão. -----

A Comissão é importante, ainda mais nesta fase em que agora entramos, decisiva para aquilo que é o futuro e, portanto, todos fazem parte e todos são importantes nesse contributo para a Serra da Estrela. -----

Depois, a pergunta objetiva ao senhor Presidente da Câmara: foi também neste debate anterior falado aqui ou dados aqui alguns exemplos que estão na comunicação social, que passaram na SIC. Essa reportagem nem sequer abordou nada relativamente à Covilhã. Mas, de facto, é importante percebermos qual é que é o ponto de situação que existe no Concelho da Covilhã relativamente àquilo que foi o contrato celebrado com o Fundo Ambiental e sobre os trabalhos e qual é o ponto de situação desenvolvido no Concelho da Covilhã para que de facto, seja claro para toda a gente aquilo que está a ser desenvolvido.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “nota que, relativamente ao Plano de Revitalização, às vezes sem querer, podem gerar-se confusões. Não confundir aquela parte inicial que visava, no fundo, conter os danos imediatos decorrentes do incêndio (remoção de madeira, limpeza de cursos de água, limpeza de alvanéis, de pontes, remoção de pedras que terão ido parar a vias públicas, normalização do leito de caminhos que pudesse também ocorrer, ...), as chamadas medidas de contenção e medidas de emergência. -----

Tínhamos aqui num capítulo que diz respeito a Sarzedo, Orjais, Vila do Carvalho, Vale Formoso, Aldeia de Souto, enfim àquelas freguesias mais afetadas. Nalguns sítios já está concluído aquilo que propúnhamos fazer (recuperação de infraestruturas afetadas, controlo de erosão, prevenção de contaminação e assoreamento, diminuição de perda de biodiversidade, divulgação porque também havia uma rubrica para esse efeito). -----

Com o Fundo Ambiental, ICNF, Agência Portuguesa do Ambiente e as Infraestruturas de Portugal, contratualizámos 1.137.480,20 €. Já executámos 923.475,82 €. Portanto, um grau de execução elevadíssimo, muito próximo da conclusão e próximo dos 100%. -----

No que diz respeito a garantir o escoamento das linhas de água, minimizar a erosão e o arrastamento de solos e assegurar o uso balnear de muitos sítios que é utilizado para esse efeito, contratualizámos 871.456,05 € e já executámos 310.506,69 €. Aqui o grau de execução não é tão elevado por razões várias, mas atingiremos os objetivos muito em breve. -----

Isto para dar nota que, no que diz respeito a estas medidas e a esta primeira fase a que indevidamente se chama Plano de Revitalização, isto não é Plano de Revitalização. Não confundir

com o Plano de Revitalização. Este tem outra finalidade, embora nalguns casos coincida com medidas desta natureza. Este foi para conter, para ir ao encontro das dificuldades maiores, para evitar maiores danos e para que tudo pudesse voltar à normalidade possível. -----

No que diz respeito às duas habitações, consideradas as primeiras duas habitações onde efetivamente eram ocupadas com essa finalidade e que foram danificadas, a entidade IHRU, entidade competente neste caso, irá ressarcir os respetivos proprietários. Parece que num dos casos será uma situação de compropriedade, mas não é coisa importante para aqui. -----

É uma candidatura que os próprios fazem. Se tiverem necessidade ou alguma dificuldade, podem pedir ajuda à Câmara para poder, de facto, também dar o seu contributo não financeiro porque, como digo, vem de outra entidade, mas ajudar a elaborar alguma documentação onde as pessoas tenham mais dificuldade em elaborar. Portanto, neste domínio é isso que acontece. -----

Sinceramente, não sei qual é que é o grau de execução e se essas candidaturas estão maturadas, se já foram devidamente apresentadas. Estamos disponíveis, obviamente, para dar todo o contributo nesse sentido. -----

Outra coisa é aquelas indemnizações que o Ministério da Agricultura ficou de dar aos agricultores para repor aquelas situações mais gravosas e aquele mínimo rendimento para as pessoas que tinham ali, como único meio de subsistência, as coisas que arderam nas suas hortas e nas suas pequenas quintas. A informação que me vai chegando é que estará muito próximo dos 100% a execução por parte do Ministério da Agricultura dessas indemnizações. Nada tem a ver com a Câmara Municipal. Por conseguinte, como digo, não tenho dados muito apurados nesse sentido, mas a informação que me chegou foi que efetivamente assim acontece. -----

Sabemos que temos uma administração pública com critérios muito apertados, com critérios de controlo, de monitorização, de transparência, de legalidade, e tudo isso faz com que, de facto, as coisas não aconteçam tão depressa quanto desejamos e foi, de facto, julgo eu, o que levou a um atraso maior nesse sentido. -----

Cá estamos todos para contribuir para que a nossa administração, não por falta de competência dos nossos funcionários públicos sejam eles quais forem, mas porque na realidade as coisas são muito burocráticas, muito apertadas, muito exigentes e, por conseguinte, as regras têm que ser cumpridas porque se não forem depois há problemas para muita gente, a começar pelos próprios funcionários que trabalham nessas mesmas áreas. -----

Mas, como digo e repito, não confundir o Plano de Revitalização da Serra da Estrela com esta primeira fase que diretamente nada tem a ver com ele.” -----

--- Antes de dar novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos Deputados Municipais Independentes, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu ao requerimento apresentado pela Deputada Municipal **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** e subscrito pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, dizendo que “o Regimento está a ser cumprido porque o Senhor Presidente respondeu a cada um. -----

Chegámos à conclusão aqui que três perguntas dos Senhores Presidentes de Junta têm mais sentido ser respondidas em conjunto, até porque houve várias perguntas que são até relativas a Presidentes de Junta. -----

Sei que a Senhora diz que os Advogados respondem sempre com atraso. Se calhar ouviu com atraso. Foi a Senhora que disse. Não fui eu e, portanto, achamos que o Regimento não é uma coisa feita, é dinâmica. O Regimento é uma coisa dinâmica. Pode ser sempre alterada. E quando virmos que há vantagens nisto, tem todo o sentido. -----

Agora há outra coisa que gostava de dizer: nunca falei com paternalismos aqui. Às vezes tenho idade para o fazer. Falo sempre com a maior cordialidade com quem quer que seja e agradeço que falem comigo da mesma forma. É só isso.” -----

- A Senhora Deputada Municipal **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** respondeu que, “quanto à falta de cordialidade, não sei a que se refere, mas já que está gravada depois irei ouvir e, se tiver de lhe pedir desculpas, pedirei. Não sei onde é que lhe faltei na cordialidade. -----

Quanto ao Regimento, ele é aprovado e alterado por esta Assembleia. -----

Mais uma vez, com o devido respeito pelo Senhor Presidente, não é o Senhor Presidente que o pode alterar. Tem de ser por uma deliberação. Estou de acordo que deverá ser sempre alterado quando se verificar que é para o melhor funcionamento da Assembleia, mas terá de ser deliberado por todos como foi o próprio Regimento. Foi para isso que o fizemos.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que “não foi a alteração ao Regimento porque o Regimento esteve a ser cumprido. -----

Agora, como tenho que dirigir os trabalhos, também tenho de ter a noção que quando começamos em determinadas discussões, nunca mais acabamos e, por vezes, é necessário a gente acabar com a discussão no bom sentido. -----

E mais uma vez repito: não estou a dizer isto com paternalismo. É no sentido do interesse de todos nós. -----

Quando tiverem que me criticar, sou o primeiro a aceitar as críticas, mas com cordialidade aceito-as todas. Com agressividade, custa-me muito a aceitá-las. -----

- A Senhora Deputada Municipal **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** referiu que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia “diz que o Regimento está a ser cumprido. Está a ser cumprido no sentido em que dá a palavra ao Senhor Presidente para responder aos Deputados Independentes. -----

O que diz o Regimento, e diz taxativamente, é que os Deputados Independentes são os primeiros a usar da palavra e depois que o senhor Presidente responde em bloco a 1, 2, 3, 4 ou 5 que tenham feito a sua intervenção. -----

É nesse sentido que o requerimento foi apresentado e, portanto, não foi do meu ponto de vista impertinente. Era apenas no estrito cumprimento do Regimento, como acontece noutros momentos desta Assembleia.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, “se calhar, é de formação profissional. A senhora é Advogada. Se calhar é de formação profissional porque todos sabem a tolerância que tem havido e não fazemos aquilo ao segundo. Portanto, é tudo isto que está em causa. -----

É que temos que ter a noção que somos aqui um conjunto de pessoas, que estamos a lutar pelo mesmo, conjunto homónimo, e naturalmente que é muito importante a cordialidade. -----

Aceito todas as sugestões. Mais. Como sabem, este novo Regimento não é fácil e tenho aqui um guião que estou a seguir com a ajuda das pessoas que aí estão e quando me engano, e é natural que me possa enganar, até agradeço que me digam “está enganado”, mas expliquei que deixaria aquelas três situações dos três Senhores Presidentes para o fim até porque verificámos que havia pontos comuns dos próprios Grupos Municipais com os dos Presidentes de Junta. Foi só isso. -----

Acho que não vale a pena a gente estar com agressividades.” -----

- Tomou a palavra o Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** para sugerir que “o Senhor Presidente tenha a oportunidade de responder de imediato aos Presidentes de Junta porque, quem nos está a ouvir lá fora, dá a ideia de que as Juntas de Freguesia são colocadas em segundo plano e os partidos políticos são mais importantes que as Juntas de freguesia.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** negou a afirmação feita. “Não é verdade. Nunca foi isso aqui. -----

Mais. São os primeiros a falar e são os primeiros a pedir palavra. Faço aqui um apelo da maior participação dos Senhores Presidentes de Junta. São os primeiros a ter a palavra. Até são os primeiros a ter a palavra e, portanto, acho que temos todos razão quando fizemos este Regimento que é de todos nós e são os primeiros a pedir a palavra e naturalmente que aí está tudo resolvido.

Mas não vamos perder mais tempo.” -----

- O Senhor **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** relembrou que “tinha feito um pedido de interpelação à mesa para um esclarecimento.” -----

--- Foi atribuída a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais Independentes. -----

“Relativamente ao Tortosendo e ao Parque Infantil, está a decorrer o concurso para a contratação da empreitada; os passeios na antiga Estrada Nacional 18-4, entre a rotunda de acesso à Zona Industrial do Tortosendo e a rotunda do TCT, passando junto ao local do novo quartel do Tortosendo, serão executados em simultâneo. Faz todo o sentido, por estarmos a mexer no acesso, que façamos os passeios até lá abaixo e é isso que, de facto, se impõe. -----

Empreitada de requalificação da Rua Montes Hermínios, ainda no Tortosendo – O acesso ao Casal da Serra será iniciado antes do final do mandato. Aliás, já conversámos isso e não estou a cometer nenhuma inconfidência que, com muita probabilidade, vamos começar a obra, mas já não seremos Presidentes, nem o Senhor da Junta, nem o da Câmara, quando aquilo estiver pronto. Mas há de estar quase pronto, dependendo do ritmo a que a obra decorra e de quando ela começar. Portanto, isso tem essa variável que só dominamos em parte. -----

Já agora uma nota: o concurso dos Parques Infantis tem data limite de entrega de propostas para dia 2 de maio, ainda esta semana, após o que se prevê quatro semanas até à celebração do contrato escrito. Portanto, significa que logo de seguida tudo vai acelerar. -----

Para Peraboa, quanto ao Parque Infantil, está a decorrer o concurso da empreitada, o que vem neste sentido do que acabo de referir. -----

Relativamente às Comemorações que o Senhor Presidente da Junta referiu numa conversa ou numa reunião que teve com o Senhor Vereador das Freguesias, dar nota do seguinte: -----

As Comemorações do 25 de Abril não se esgotam nem se esgotaram na cerimónia em que tivemos o prazer de estar há poucos dias. O que o Senhor Vereador fez foi pôr-me à consideração tal situação. Portanto, sem querer desvalorizar ninguém ou valorizar uns e desvalorizar outros, vamos analisar, depois de todos os programas estarem na rua, e vamos ver como é que vamos ajudar ou apoiar uns e outros. -----

O mesmo acontece, como referi no discurso do 25 de Abril, relativamente às IPSS's. Vamos apoiar aquelas IPSS que recorreram ao PRR e cujas empreitadas ficaram ou vão ficar com um valor superior àquele que o PRR concede e, não podendo pagarmos na íntegra o diferencial entre aquilo que vão receber do PRR e a quantia pela qual adjudicaram as obras, temos que deixar adjudicar todas as obras para depois vermos a melhor forma de sermos justos, equilibrados e equitativos na distribuição dessas verbas porque temos a obrigação política, ética, moral e social de apoiar essas IPSS's, bem como todas as outras. Aliás, desde sempre e desde que tivemos um bocadinho de folga financeira, nunca deixámos de o fazer e podia aqui fazer um rol de exemplos a esse propósito. ----

E por falar em dinheiro, e indo ao encontro da questão que suscita o Senhor Presidente da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, que também é quem lidera a ANAFRE no nosso Distrito de Castelo Branco, dizer que, e ainda bem que os nossos concidadãos nos estão a ouvir e a ver, transferimos competências para as Juntas no valor de 1.586.000 €. -----

Quando chegámos à Câmara Municipal da Covilhã, as transferências eram no montante de 600.000 €. Quase triplicamos esse valor no que diz respeito a transferências de competências. ----

E estou só a falar nessas porque depois há protocolos celebrados. E sabem qual é que é o montante? Caras e caros Covilhanenses na assistência e que nos estão a acompanhar lá fora, são 3,6 milhões € para as Juntas de Freguesia porque as Juntas de Freguesia, no entanto, também tal como a Câmara, não conseguem obrigar, nem forçar as empresas de construção civil a concorrer às obras e muitas delas também ficam desertas (e convém que isto aqui se diga e temos exemplos que não valem a pena aqui referi-los, porque também sabem que assim é), só foi possível executar, em 2023, 2.200.000 € Ou seja, para além das transferências de competências, ainda chegámos aos 2,2 milhões €. -----

Se os Senhores tivessem conseguido, estou a falar no plural porque alguns conseguiram na íntegra, adjudicar todas as obras que foram contratualizadas ou protocoladas connosco, já teríamos aqui um valor de 3,6 milhões €. -----

Estão a ver aqui também para onde é que o tal saldo de gerência vai também?! Depois toda a gente fala no saldo de gerência: “eh pá, têm lá muito dinheiro!” Pois tem: está aqui e já está comprometido. É a diferença. Temos aqui 1,4 milhões € só em dinheiro que já está comprometido com os Senhores Presidentes de Junta e que, não obstante ter transitado no saldo, a verdade é que não é dinheiro que está lá assim para ser gasto de qualquer maneira, como sei que os Senhores Presidentes estão, de facto, cientes dessa mesma situação. -----

Portanto, impunha e impõe-se que façamos este esclarecimento aos nossos concidadãos e até a alguns dos Senhores Deputados Municipais que não tendo contacto mais direto com esta realidade, para que tenham a perceção de que vamos sempre ao encontro das Juntas de Freguesia e das Uniões de Freguesia por várias ordens de razão: porque estão mais próximos, conhecem melhor os problemas, cada euro que os Senhores gastam é mais rentabilizado e é mais eficaz na sua aplicação. Valorizamos muito - e de que maneira! - esse papel. Aliás, o meu primeiro cargo público foi ser membro e na altura não era União da Freguesia do Teixoso, tinha 19 anos e, portanto, bem sei a importância que as uniões de freguesia e as juntas de freguesia têm na nossa vida e na mudança que se operou em Portugal nestes 50 anos. É um trabalho conjunto e esforçado das uniões de freguesias, das juntas de freguesia e das câmaras municipais. O rosto de Portugal mudou-se completamente. Aliás, costumo dizer que na maior parte das freguesias, excepcionando o Teixoso (leia-se Sede) e Tortosendo (leia-se Sede), estávamos na Idade Média quando o Senhor Luís Filipe Mesquita Nunes foi o primeiro responsável, não presidente de Câmara, mas da Comissão Administrativa. Era assim que vivíamos no Concelho da Covilhã. Era a cidade, Tortosendo e o Teixoso. O resto estávamos na Idade Média quase.” -----

--- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo):** “Tenho que forçosamente intervir em defesa da minha honra como Presidente de Junta, assim como todos os outros presidentes de Junta que se encontram aqui, independentemente da sua cor partidária e da sua independência. -----

Em primeiro lugar, quero dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Tortosendo, do qual prezo-me ser amigo dele e continuarei a sê-lo, de que discordo totalmente das palavras que infelizmente aqui foram proferidas há pouco. -----

Quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e muito bem, fez um apelo para que houvesse mais intervenções por parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesia do Concelho, ouvi (e penso que não estou enganado porque outros ouviram) o meu colega David dizer-me aqui de forma explícita que os Presidentes de Junta de Freguesia não intervêm aqui porque tem medo. -----

Meus amigos, vamos ser sérios porque a política de hoje não é aquela que se viveu no Estado Novo. Foi aqui dito, por diversas vezes, por todos os quadrantes políticos que aqui se encontram, que os Presidentes de Junta foram e estão a ser hoje mais valorizados do que nunca. E David, falo por mim e penso que outros Presidentes de Junta terão o mesmo pensamento que eu: não tenho medo. E não tenho medo por uma razão simples: é que me ponho acima do meu partido, assim

como acredito que vocês todos ponham acima dos vossos partidos os interesses das nossas populações e saibamos reivindicar no momento certo e no momento preciso. Este é um dos momentos - Assembleia Municipal - para isso acontecer, é verdade. -----

Mas quando isso acontecer, só tenho o caminho a seguir e falo por mim. Quando entender que os desígnios e os objetivos da defesa da minha população da União de Freguesias Teixoso e Sarzedo não estão a ser defendidos pelo Executivo e por esta Assembleia Municipal, serei o primeiro a bater com a porta porque não tenho medo. -----

Ainda há pouco ouvi as palavras que o Senhor Presidente do Executivo da Câmara Municipal disse aqui, e muito bem. Nunca conseguimos chegar onde queremos. O ciclo autárquico não tem limites, mas não tenhamos dúvidas, e não é por me terem chamado há tempos aqui “presidente das obras”, que esse dogma já acabou. Eu sei por que é que me chamavam isso, mas não vou entrar neste comentário. -----

Eu penso que o Executivo da Câmara está a corresponder em pleno, não a 100% como nunca pode deixar de acontecer, aos objetivos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de todo o Concelho, razão pelo qual até hoje, dois anos e meio decorridos este mandato, os Presidentes das Juntas de Freguesia têm dado o sim positivo nas diversas votações que houve aqui até hoje. -----

Por isso David, peço desculpa como amigo, mas ficou-te muito mal essa afirmação do medo porque eu vivi isso antes do 25 de Abril que aqui falamos.” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Caro amigo Carriço, muito provavelmente no calor da discussão, dizemos coisas que às vezes não devemos dizer. -----

Não quis, de forma alguma, ofender os meus colegas Presidentes de Junta. Talvez aquela ânsia e a minha garra de defender aqui os interesses da minha Freguesia leva a que, às vezes, queira também defender os interesses de todas as Freguesias e, da mesma forma que falou comigo, tenho humildade suficiente para pedir as minhas desculpas se por acaso ficou ofendido e os outros ficaram ofendidos.” -----

- **António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo):** “Defendi todos os Presidentes de Junta. Quando saio desta Assembleia Municipal, da Junta de Freguesia ou da Assembleia de Freguesia à qual eu pertenço, sei que sou um cidadão com todos os meus plenos direitos e liberdades como qualquer outro. Daí dizer, David, que aceito as tuas desculpas como penso que os outros Presidentes estão a aceitar.” -----

--- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “O Senhor Presidente não respondeu à minha pergunta quando lhe perguntei sobre a atualização do aumento das verbas para as Juntas de Freguesia. -----

Tenho consciência que a Câmara Municipal passou dos 600.000 para 750.000 e depois dos 750.000 para o valor que agora estamos a falar por transferência de competências que não tínhamos também anteriormente e que agora temos. -----

Portanto, perguntei-lhe também sobre o aumento, pois a inflação está cá e antes não estava, e aquilo que recebemos é o mesmo que estávamos a receber anteriormente. Ou seja, perdemos verba com o aumento da inflação e, por isso, lhe estou a perguntar... no mínimo acompanhar o aumento da inflação em relação às verbas que nos são transferidas. Apenas isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio dando nota que “vontade tenho eu de aumentar exponencialmente as transferências para as Juntas de Freguesia, só que depois aplica-se ao orçamento à teoria da manta: para taparmos de um lado, destapamos do outro.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**: “Gosto muito de agricultura, mas sou engenheiro eletromecânico.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** interrompeu o Senhor Deputado Municipal dizendo que, “quando terminei a minha intervenção, o meu estimado colega de Executivo, Dr. Pedro Lomba, disse-me que era engenheiro, mas não é agrónomo. Estava convencido de que era agrónomo. Não é propriamente um equívoco grave porque não visava diminuí-lo. Um engenheiro mecânico não é mais importante do que um engenheiro agrónomo, nem o engenheiro agrónomo é mais importante do que o jornaleiro que anda lá com a enxada (agora já não anda, mas antigamente andava). Portanto, somos todos iguais. -----

Somos é um país de doutores e engenheiros. Essa é outra questão e não resisto aqui contar-vos uma coisa muito simples e muito rápida. Li, salvo erro em 1978 ou 1979, um livrinho que recomendo, escrito pelo adido cultural da Embaixada Francesa em Portugal que acompanhou o PREC. Era um homem de centro direita politicamente e ideologicamente. O livro é das publicações Almedina e chama-se “*Do Socialismo e Socialismos em Portugal*”. -----

Ele dizia: “*já corri a sete partidas do mundo.*” Já tinha sido adido cultural em muitos sítios, “*mas não conheço um país onde haja o culto do doutor e do engenheiro como em Portugal: é o Senhor Doutor para aqui e Senhor Engenheiro para acolá.*” Atenção que estou a dizer que era um homem crítico e muito crítico daquela nossa transição. -----

Agora há uma nova qualidade. Há um novo título que é a de antifascista. -----

Ou seja, na ótica dele naquela altura (antes de 1980), dizia ele há doutores, há os engenheiros e há os antifascistas. Isto é apenas uma curiosidade histórica do Senhor Émile Planchard.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)** continuou a sua intervenção referindo que, “só para emendar, sou engenheiro eletromecânico, mas não faço questão de que me tratem por engenheiro. Foi só nesse aspeto. -----

Em relação à intervenção e às perguntas que lhe tinha feito, o Senhor Presidente respondeu-me dando a entender que eu era contra os passeios largos. Não sou contra os passeios largos. Como engenheiro, entendo que aquele passeio na rua ou estrada do aeródromo é demasiado largo para

a dimensão que ficou a estrada em relação a ele. Já lá passei de carro, e se me quiserem multar estão à vontade, e há dificuldade em lá passar de carro pelo tamanho do passeio. -----

E, em relação ao sentido, era da praxe, ou se não era devia de ser, de também se perguntar às entidades que regulam o trânsito na cidade e no concelho qual seria o sentido mais adequado para aquela rua, neste caso, perguntar à polícia o que é que se passa com o trânsito na cidade. Porque desenhar uma rua ou executar uma obra não é suficiente para se saber o que se lá passa. -----

Sei o que é estar os engenheiros nos gabinetes a projetar coisas que não vão ver no terreno e nós disso em Portugal estamos fartos de obras que não funcionam porque quem as projetou não levantou, desculpem, “o rabinho da cadeira” e não foi lá ver. Há muitas coisas dessas por este país fora. É só nesse sentido. Mais nada.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Senhor Deputado Municipal Eng.º Luís da Silva Rodrigues dizendo que “não sei qual foi o senhor engenheiro que projetou os passeios. Quero e faço fé na competência técnica de quem os fez. -----

Aquilo que para nós leigos, no sentido em que não somos especialistas na matéria, pode à primeira vista parecer uma coisa pouco razoável, muitas vezes é-o. Portanto, nada melhor do que deixarmos passar o tempo. Isto no que diz respeito aos passeios e porque agora passa a ter um único sentido trânsito (tinha dois), o sentido ascendente. -----

Se se chegar à conclusão que o sentido ascendente não serve o propósito de escoar e, no fundo, de conferir fluidez e segurança aos nossos concidadãos que ali passam, inverte se o sentido de trânsito. Não há coisas irreversíveis. A morte é que é irreversível. Grande parte das coisas tem remédio e esta é uma das que tem. -----

E por falar em obras, aproveitar a oportunidade, mesmo que repita algumas, para vos dizer que tenho previstas obras localizadas na cidade: empreitada da obra de reabilitação da Tinturaria; empreitada da manutenção e reparação da Biblioteca Municipal; beneficiação e requalificação da Escola Secundária Campos Melo (passa de 2 milhões € se não estou em erro); requalificação da Praceta Conde José Calheiros no Refúgio; reabilitação da Piscina Municipal da Covilhã; construção da Unidade de Saúde Familiar; requalificação dos parques infantis nas escolas e jardins-de-infância do Concelho que tenham ainda problemas; pavimentação na Travessa da Alameda Pêro da Covilhã; Requalificação do Pavilhão Desportivo da Inatel, cujas obras estão em curso; requalificação do Centro Paroquial dos Penedos Altos; reabilitação da Estrada do Campo da Aviação, que estamos a concluir e mesmo agora acabámos de discutir sobre a mesma; requalificação urbana do espaço público da Avenida Frei Heitor Pinto e Estrada do Sineiro (também já aqui referimos pormenores e por maiores dessa obra); conservação da Piscina Praia; requalificação da Estrada Nacional 230 entre a Avenida da Universidade e os Sete Capotes; empreitada da obra de requalificação da pista de atletismo da cidade da Covilhã; ampliação da EB1 do Canhoso; reabilitação da Avenida da Universidade; projeto de construção do Pavilhão Multiusos da Cidade da Covilhã; contratação do fornecimento do projeto de requalificação do Mercado Municipal e quando falo em contratação do projeto, estou também a falar quando me referi ao Multiusos, sendo que é mais fácil e mais rápido começarmos com o Mercado do que propriamente com o Pavilhão, que é uma obra de muitos milhões de euros; empreitadas de

intervenção em instalações de centros de saúde (dentro da Covilhã, estamos a falar da ET da Covilhã na Avenida 25 de Abril, Centro de Saúde). -----

Obras localizadas fora da cidade, mas na zona da denominada Grande Covilhã, ou Xis, ou grande xis ou como lhe quisermos chamar: empreitada da obra de construção do Posto ou Quartel Territorial da GNR do Tortosendo que já aqui falámos; requalificação da rede de águas pluviais e construção de passeios da Nacional 18; rotunda Eixo TCT; rotunda do Parque Industrial de Tortosendo; empreitada da obra Linha da Beira Baixa ao km 162 e eliminação do estrangulamento; empreitada de pavimentação na área urbana da Grande Covilhã, troço da Rua General Humberto Delgado até à Rotunda do Operário; empreitada da obra de construção da rede de drenagem de águas pluviais na Rua do Bairro Novo (Boidobra); empreitada da obra de requalificação urbana da Avenida Montes Hermínios (cá está a obra que falávamos há pouco); empreitadas de intervenção e instalações nos Centros de Saúde do Tortosendo, do Teixoso e de Vila do Carvalho. -----

Ainda outras, fora da cidade e fora da área da denominada Grande Covilhã, ou seja, no resto do Concelho: empreitada do Centro Interpretativo Mineiro da Barroca Grande; empreitada da obra de requalificação da Estrada 509, Unhais da Serra até ao cruzamento com a 339 Nave de Santo António (estamos aqui com condicionamento que tem a ver com o ICNF senão a obra ou o projeto, se calhar, já estaria numa fase diferente. Temos ali um condicionamento que nos ultrapassa. É uma variável que não dominamos, mas esperemos ultrapassar também esse cabo das tormentas); empreitada da obra de requalificação do caminho municipal entre a Barroca Grande e o limite do concelho da Pampilhosa (como dizia há pouco mais uma entrada); empreitada da obra de requalificação do Edifício EB1 de Verdelhos e Covilhã também; empreitada de obras de requalificação do recinto lúdico e zonas sanitárias no Largo da Carreira no Ourondo que é uma obra, enfim, de Santa Engrácia; empreitada da obra de requalificação da Rua do Barreiro e zona envolvente à Sobreira em Sobral de São Miguel; empreitada da obra de reabilitação de pavimentação da Estrada Nacional 18 entre a Senhora do Carmo e o Limite do Concelho; empreitada de obras de conservação do edifício da Escola EB1 de Vales do Rio; empreitada de requalificação de parques infantis que já aqui falámos também hoje e nas freguesias da Boidobra, Tortosendo, Peso e Peraboa; repetindo, empreitada da obra de requalificação da EB2/3 do Paul, uma obra que ultrapassa os 2 milhões €; empreitada da obra de remodelação e ampliação do Posto Territorial da GNR do Paul; empreitada da obra de adaptação de instalações para o Posto Territorial da GNR de Unhais da Serra (espero que este Governo, como tenho toda a esperança, honre os compromissos que vinham do anterior relativamente a estes postos e tenho a certeza que honrará para concluirmos estes postos); empreitadas de intervenção e instalações de Centro de Saúde na Coutada e em São Jorge da Beira, entre muitos outros que vos podia aqui enumerar.

Não fui exaustivo, mas estão aqui uma panóplia de obras que pretendemos realizar.” -----

--- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** fez uma interpelação à Mesa no âmbito da condução dos trabalhos. “Gostava que pudéssemos esclarecer duas questões porque não é possível legislar a bom senso e hoje já aqui disse que isto: não pode ser “para os nossos tudo, para os outros a lei e o Regimento”, ou nem sequer isso. -----

Com cordialidade e com respeito, Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Câmara hoje falou aqui cerca de 60 vezes o tempo que tinha direito. -----

Estive a ver que o Senhor Presidente da Câmara falou, por exemplo, na 3.ª intervenção 8 minutos e 15 segundos quando na verdade falou dez minutos e 23 segundos. Estou a falar face ao que estava no painel, mas na verdade tinha dois minutos e 45 para falar. -----

Acho que não dá para legislar bom senso. -----

Gostava de pedir ao Senhor Presidente da Assembleia se precisar de qualquer apoio da nossa parte para o cumprimento dos tempos. Estarei disponível a sentar-me ao seu lado e a ajudar a que isso aconteça. De outra forma não dá para continuarmos assim porque isto já não é culpa de Regimento nenhum ou de lei nenhuma. -----

Isto é uma questão de condução dos trabalhos com cordialidade e respeito.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que estava “completamente enganado. Vá primeiro ver, pensar e depois falamos. Está bem? Primeiro vai pensar no que disse, vai ouvir o que disse, vai refletir, vai conferir e depois falamos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez “um ponto de ordem à Mesa porque há coisas na vida que a gente não pode fazer.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** respondeu que o Senhor Presidente da Câmara não pode fazer pontos de ordem à Mesa. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** replicou dizendo que participa “nesta Assembleia com o mesmo à vontade com que os Senhores participam.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** contrapôs dizendo que os Deputados Municipais foram “eleitos para estar nesta Assembleia. O Senhor Presidente não foi eleito para esta Assembleia.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “os Senhores passaram a manhã toda a dizer que não dou esclarecimentos, que não vos dou informação, que não vos dou dados, que fecho a porta, que não têm acesso. Quando têm acesso às coisas, queixam-se que tenho tempo a mais para vos dar a informação que vocês querem. Ou querem ou não querem informação!” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** declarou que “o livro que leu em 78 ou 79 não é prestar esclarecimentos a esta Assembleia!” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** esclareceu que “quem está a conduzir os trabalhos sou eu. Portanto, vamos lá ter calma. Vamos refletir sobre aquilo que se disse e podemos falar depois, mas agora a Assembleia é para continuar. Temos que ter a humildade de reconhecer que podemos estar enganados. Eu também posso estar, mas vamos refletir, ver o que é que diz a ata, lerem e verem se têm razão. -----

Volto a repetir aquilo que disse: tenho aqui um guião que são vocês que me ajudam a fazê-lo todos. Isto não é uma coisa minha. É uma coisa de nós todos. E se estivermos enganados, somos todos que estamos enganados. Não há aqui ninguém a acusar ninguém. Portanto, temos é que refletir todos nós para dentro primeiro e depois “errámos aqui”. Não é “ele errou”. Erramos todos. Se eu errar, vocês erram e todos aqui erraram. Eu também erro. -----

Agora temos é que ter a humildade de reconhecer e sabermos que temos que andar para a frente porque senão não saímos daqui. Foi para isso que foi feito também este novo Regimento, que temos estes quadros para servir em guia. -----

Felizmente, o tempo que temos tido, temo-lo ultrapassado com alguma tolerância. Vamos melhorando.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** terminou dizendo que “se há aqui alguém que tem dado exemplo de reconhecer quando erra, de elogiar quando é bem feito, criticar quando é mal feito, tenho sido eu. Mas o respeito, a humildade, a cordialidade são estradas com dois sentidos. Valem para os dois lados. -----

E termino com isto: página 54, alíneas b) e d) do n.º 1 do Regimento.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu que “não me vai acusar a mim de não o fazer. Somos todos iguais, mas como diz o outro “uns são mais iguais que outros” e quem está a dirigir a Assembleia sou eu e não o Senhor.” -----

3.3 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES 2023 DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de março de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 1385 de 02.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra para **comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido intervenientes os Senhores: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Ler e analisar um Relatório de Gestão e Atividades de mais de 1000 páginas não é tarefa fácil. -----

Fazer a sua análise em seis minutos transforma-se num pesadelo – Regimento que não aprovei. –

Obriga, no essencial, como diziam alguns amigos aqui eleitos mais confortáveis nos tempos que têm disponíveis, a um exercício de síntese que, na nossa opinião, aligeira a análise, empobrece a intervenção e não contribui para a qualidade das intervenções que este Órgão exige. -----

Da leitura do Relatório, salienta a dimensão do conjunto de atividades que a Câmara desenvolve e as áreas que abrange. -----

O poder local, com o 25 de Abril, ganhou uma dimensão no desenvolvimento de competências próprias e uma outra capacidade de execução, incomparável com a situação vivida no antes de Abril, ou seja, no Estado Fascista. -----

O nível de receitas próprias e as fontes de financiamento, partilha do Orçamento do Estado, têm um peso que permite desenvolver atividades diversas e dar resposta às necessidades das populações. Apesar, quanto a nós, do erro da aceitação das transferências de competências nas áreas da ação social, saúde e educação que obrigam o Município a utilizar verbas próprias e recursos humanos em funções da Administração Central. -----

Salientar ainda as funções e tarefas desenvolvidas e os objetivos atingidos e ultrapassados, em alguns casos, do conjunto dos trabalhadores da Autarquia, aqui e ali tratados como colaboradores. São eles, de facto, o rosto do serviço público que é prestado em todas as áreas de intervenção. Merecem o nosso reconhecimento. -----

Algumas notas breves resultantes da leitura do Relatório: -----

- 1 - A climatização do espaço do Arquivo Municipal – Lembro-me que o problema já tinha sido colocado em relatórios anteriores, o que não abona pela manutenção do problema à eficácia do executivo; -----
- 2 - Na Ação Social, o aumento dos casos de RSI de atendimento e acompanhamento social revela o aprofundamento da crise social e a necessidade de um trabalho de integração na vida ativa e de apoio de casos de isolamento e carência económica; -----
- 3 - Participar nos contratos de emprego e inserção é uma decisão correta se tiver em vista a inserção, através da experimentação e vivência de uma atividade que permita a reconversão profissional. Utilizar o CEIS para colmatar a falta de trabalhadores em funções, postos de trabalho necessários, é explorar a situação e a condição humana. Não podemos, como é evidente, estar de acordo; -----
- 4 - No desporto, apesar do trabalho desenvolvido nas suas diferentes expressões, nomeadamente de lazer, manutenção e elevação da condição física, falta um claro apoio ao desenvolvimento sustentado de algumas atividades na área da formação e competição, situação que leva o ser humano a superar-se. Não li no Relatório qualquer programa de desenvolvimento desportivo; -----

- 5 - Parabéns pelo regresso ao fornecimento da fruta escolar. Afinal, não era tão difícil a sua implementação!; -----
- 6 - Quanto aos auxílios económicos, material escolar para as crianças do 1.º ciclo abrangidas pelo escalão 1 e 2 da Segurança Social, onde está dito e referido no Relatório que previam para o ano letivo de 2022/2023 o apoio a 508 alunos, num valor total de 6.952 € e só deram o apoio a 21 alunos, no valor de 252 €, situação que piorou em relação ao ano anterior. Bom, como classificar esse desempenho da Câmara Municipal? Só pode ser como um desempenho mau, péssimo nesta área. Então a Câmara Municipal não consegue fazer chegar os apoios e material escolar a quem deles necessita? Pode, por exemplo, comprar por grosso, elaborar um kit de material escolar e entregar aos alunos que têm o direito de receber o apoio diretamente pelos serviços municipais ou através dos agrupamentos. Fica a sugestão; -----
- 7 - Apesar de considerarmos que o financiamento do Ensino Superior e o apoio aos estudantes é da competência do Ministério da Educação e da Administração Central, não vemos que seja grande crime municipal a atribuição de bolsas de estudo a alunos naturais do nosso Concelho, carenciados que desejem frequentar o ensino superior na nossa cidade ou, não existindo formação na área pretendida, em outras cidades. Foram atribuídas duas bolsas de estudo. Candidatos eram 13. Pensamos que era desejável aumentar o número de bolsas a atribuir; -----
- 8 - Não identifiquei no Relatório qualquer referência a um eventual Plano de Mobilidade Inclusiva na cidade. O cidadão portador de deficiência ou de incapacidade temporária deve merecer da Autarquia uma atenção especial na sua mobilidade pela cidade e no acesso aos serviços públicos e aos órgãos onde se exerce a cidadania. Desde logo, o acesso a este espaço, a este Órgão (Assembleia Municipal) e ao edifício dos serviços da Câmara Municipal. -----

Quanto às contas, parecem certas, sendo que a taxa de execução nas receitas de capital é de 56,24%, a despesa corrente 79% e a despesa de capital 55,66%. -----

Quanto às taxas de execução, o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, na última Assembleia, que tinha taxa de execução de 90 e tal por cento. Bom, só encontrei um nível de execução de 90% ao nível da receita, porque ao nível da despesa foi só de 69, ao nível da execução das Grandes Opções do Plano 69 e depois sublinho aqui é que a execução do Plano Plurianual é de 34,7%, um saldo de 13.370.000 € que reflete, no essencial, o que se poderia ter feito e não se executou ou que transita para o ano seguinte. -----

Se a Câmara Municipal não fizer o investimento necessário para satisfazer as necessidades das populações, se não inovar e se não investir nas infraestruturas básicas, na rede viária, nos equipamentos sociais, na atividade social, cultural e desportiva, se não requalificar, poderá ter saldos maiores e pagar as dívidas a médio e a longo prazo. -----

As populações é que ficam pior. -----

Como é evidente e, por último, anunciam-se obras que transitam de ano para ano, de plano para plano, faz-se o anúncio atrás de anúncio. Falta, na nossa opinião, a capacidade de execução, de concretização e de utilização dos recursos financeiros disponíveis.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Fiquei aqui um bocado baralhado porque, depois do *sprint* do Senhor Presidente da Câmara a debitar obras que estão a ser feitas ou que irão a ser feitas, não consegui perceber efetivamente e dificilmente tive capacidade de acompanhar a velocidade com debitar tanta obra. -----

Neste ponto estamos a fazer o balanço do que feito no ano passado. As percentagens de execução já foram aqui ditas e, dessas obras todas e desses investimentos que era preciso fazer na Covilhã ou no Concelho da Covilhã, a execução destas coisas, a própria Câmara vem dizer que afinal só executou um terço daquilo que devia ter executado o ano passado. -----

Fico baralhado porque, das duas, uma: ou as coisas foram feitas ou não foram feitas, como é dito aqui no balanço do próprio que é apresentado a dizer “não fiz” e aquilo que o Senhor Presidente da Câmara devia dizer aqui era pedir desculpa aos Covilhanenses por não ter feito nem sequer metade daquilo que prometeu que estava no Orçamento do ano passado. E isso não foi feito. ----

Vêm para aqui a debitar, a dizer que “agora é que vai ser”! Senhor Presidente, confesso-lhe que o tempo passa e da mesma forma que este ano esta Câmara só executou um terço daquilo que devia ter executado, os anos anteriores também acontece a mesma coisa. Isto, de facto, é reiterado. Todos os anos chegamos a esta altura de fazer balanço das contas, do que é que foi feito, do que é que ficou por fazer e, sistematicamente, constatamos que a Câmara fica a um terço, faz uma excelente, salvo seja, que nem é a 100% a questão da gestão corrente básica que todas as entidades públicas têm que fazer, mas depois tem execuções de um terço daquilo que interessa às pessoas, daquilo que são as necessidades básicas das pessoas. -----

E aqui tenho que dar os parabéns a esta gestão de imagem e gestão de comunicação que esta Câmara faz porque anda aqui constantemente a dizer que está feito, que está a fazer e que já fez e convence toda a gente que está a trabalhar. Depois no final de contas, em cada ano, vai-se saber que só fez um terço daquilo que devia ter feito. E, de facto, há alguma coisa que não está bem. ---

Tenho que dar também os parabéns à Câmara pela capacidade artificiosa de ir empurrando um enorme problema que está plasmado, que já não é um elefante e já começa a ser uma manada de elefantes que todos os anos vem a esta Assembleia e é aprovada por esta gente toda que aqui está, do sistema, das pessoas que estão a favor do PS, de aprovar constantemente um valor que já vai em 10 milhões € de dívida à AdC sem resolver o problema de legalizar essa dívida em que põe esta Assembleia a dizer que a Câmara deve 10 milhões € à AdC, mas estas contas tinham que vir a esta Assembleia e este valor tinha que vir a esta Assembleia para ser aprovado. E não vem. Ano após ano, não vem! -----

Estamos a falar que isto começou com 2 milhões € ou 1 milhão e tal e já vai em 10.060.000 €, que está na certificação legal de contas como uma reserva a estas contas. -----

E continuamos a empurrar para a frente. Alguém que venha descalçar a bota! Espero bem que, de facto, a empresa em causa não venha a pedir este dinheiro porque senão ficamos sem dinheiro para obras, nem para as juntas de freguesia, nem para lado nenhum. -----

Destas contas e deste balanço que é feito, a Câmara começa a provar do seu próprio veneno no que diz respeito à transferência de competências porque se constata que, efetivamente, a Câmara

já tem que adiantar despesa de pessoal que assumiu na transferência de competências em que tem de estar assegurado o financiamento do Estado Central, tal e qual como faz com as Juntas de Freguesia – as Juntas de Freguesia já têm esta receita há muitos anos. Adiantam, adiantam e adiantam e depois logo vê como e quando é que lhe pagam! Isto toda a gente sabe que assim é, por muito que os Presidentes de Junta não queiram falar no assunto publicamente. Mas isto está nas contas. -----

Este é o balanço que temos. -----

Ainda não é o tempo e sabemos que efetivamente as contas municipais ainda são das empresas municipais, mas as empresas municipais continuam à deriva, a acumular prejuízos atrás de prejuízos todos os anos. Inclusivamente uma empresa que é a Icovi supostamente seria uma empresa que rentabilizava as infraestruturas do Município e, portanto, tinha como obrigação dar lucro e este ano vai dar 137.000 € de prejuízo! Por quê? Pela gestão magnífica desta Câmara! -----

Eu confesso que tenho esta dificuldade em aceitar a confissão da má gestão desta Câmara Municipal. Por excelente que seja a comunicação desta Câmara, por muito que venha aqui dizer a toda a gente que a Câmara faz e está farta de fazer, ela própria vem reconhecer que não faz. -----

Vamos ouvir aqui a seguir um discurso. Já ouvimos o Senhor Presidente da Câmara dizer que está a fazer, a fazer, a fazer, ... Não me quero antecipar ao discurso, mas isto é habitual e é a primeira vez se calhar que alguns dos nossos munícipes estão a ouvir, mas todos os anos é a mesma coisa. Vamos ouvir aqui um discurso de maravilha: a Câmara é excelente; fez uma gestão extraordinária.

A conclusão a que chegamos é que a gestão é esta: não se fazem 2/3 daquilo que se prometeu todos os anos, ano após ano, e de facto, Senhor Presidente, para terminar e justificando a razão de ser pelos quais a sua gestão nos merece um voto negativo é que, de facto, o tempo passa e, quando começam a deixar de fazer muita coisa, tudo se quer fazer no final. -----

Tenho que lhe dizer que isto já aconteceu nos outros mandatos, Senhor Presidente, e “*depressa e bem, não há quem.*” E, portanto, acho que o seu mandato está a chegar mais uma vez ao fim e vamos continuar com mais de 2/3 daquilo que prometeu ao Povo Covilhanense por fazer. -----

Vamos aguardar, mas de facto no ano passado tem uma gestão negativa, necessariamente.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Aquilo que estamos a fazer é a analisar um documento com 1012 páginas, referente às atividades de 2023 e, como é óbvio, um documento tão extenso e tão intenso nem todos os pontos podem ser lidos de uma forma exaustiva, mas passando os olhos por todo o documento, há alguns pontos que chamam a atenção. -----

1 - O primeiro que me chamou a atenção na leitura que fiz do documento, vai na página 568 do PDF que corresponde à página 561 do documento e que, de facto, percebemos que as redes sociais são uma importante divulgação das atividades e das iniciativas do Município ou de qualquer outra entidade que seja pública ou privada. -----

Não conseguimos perceber é, da análise do documento e do texto do mesmo, qual é a relevância da informação acerca do número de seguidores do Município, quer no *Facebook* quer no *Instagram*, a não ser para confirmar afinal, quantos gostos é que existem ou quantos não gostos é que existem, ou quem é que critica ou quem é que elogia.

- 2 - Passando à página 595 do PDF, página 588 do documento, e sem pôr em causa a competência e o profissionalismo dos serviços da Câmara Municipal que sabemos que existem, é que os valores referidos no texto, relativos ao endividamento, não estão de acordo com o quadro que se encontra abaixo na mesma página. -----
No entanto, seria importante saber a real margem disponível para utilizar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013 que diz que o limite previsto no n.º 1 só pode aumentar em cada exercício o valor correspondente a 20%, não obstante alguns Orçamentos de Estado terem vindo a aumentar este valor, mas nunca a 100%, da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Esse mesmo quadro encontra-se na nota 21 do anexo, página 632. -----
- 3 - Página 603 do PDF, 596 do documento, o balanço mostra-nos que o resultado líquido da conta de gerência é negativo 1.744.786 €, adicionando a este facto o aumento do passivo corrente e não corrente. -----
- 4 - Podemos ainda verificar no balanço o aumento das provisões, o que significa que há o reconhecimento da possibilidade de ter que pagar as indemnizações compensatórias. Percebemos que os valores são originados pelo contrato existente na AdC, mas a verdade é que estes valores vão transitando de ano para ano e não são pagos à AdC, totalizando já um valor de 10 milhões €. Conseguimos verificar na tabela 18 e na nota 15 do anexo. As provisões são 10.060.944 € em 2023 e eram de 8.693.558 em 2022. Ou seja, já aumentaram 1.367.386 €. Isso mesmo é explicado na nota explicativa do quadro que me vou abster de ler uma vez que toda a gente tem acesso ao mesmo. -----
Depois a seguir origina a opinião com reservas por parte do Revisor de Contas que refere este facto claramente naquilo que é o parágrafo das bases para a opinião com reservas e que diz que “não é possível quantificar o eventual efeito desta situação nas contas do Município no que respeita à rubrica de participações financeiras, provisões e com as contas de resultados relacionadas com estas rubricas”. -----
- 5 - As empresas municipais continuam sem que as contas sejam apresentadas a este Órgão e apenas se percebe que continuam no prejuízo, incluindo a Icovi cujo objeto implicaria que esta empresa desse sempre lucro se não estivesse sobrecarregada com custos elevados. Os prejuízos declarados são a Parkurbis 96.500 € e na Icovi 177.300 €. -----
Uma nota: no caso da Parkurbis, o valor indicado está influenciado pelo MEP – Método de Equivalência Patrimonial. Ora, como a percentagem detida é de 79,6%, isto significa que o valor indicado neste prejuízo corresponde unicamente a 79,6% do prejuízo total registado. Esse mesmo valor pode ser consultado na nota 20 do anexo. -----
Na mesma nota, verifica-se a existência de participações indiretas na associação Parkurbis e na AdC por via de participação em empresas locais. -----
Para efeitos no disposto no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estas participações na AdC e na associação Parkurbis deviam ter sido dissolvidas, totalmente alienadas ao Município da Covilhã ou alienadas a terceiros. -----
Durante estes 11 anos a caminho dos 12, esta situação continua a constituir uma violação deliberada da Lei 50/2012. -----

- 6 - Registámos o aumento dos gastos com o Pessoal que se percebe face à delegação de competências, mas que continuamos sem perceber de que forma é que foram compensados pela Administração Central. -----
Em 2022 tínhamos 649 funcionários e agora, em 2023, 688, valor que é retirado da nota sobre a caracterização da entidade. -----
- 7 - As despesas de investimento – rubrica orçamental da despesa 07 – teve uma execução de 53%, num total de 9,57 milhões de euros de despesa paga, mas só 1,73 milhões advêm de fundos comunitários. -----
- 8 - Por fim, assinalar talvez a parte mais importante destas contas: a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, as obras que anualmente a Câmara Municipal faz ou devia fazer. -----
A execução financeira anual é de 55,66%, quase metade do previsto, e a execução financeira global é de 34,73%. Ou seja, percebemos aqui a diferença entre as obras anunciadas e as obras concretizadas, bem como reforçamos a nossa ideia de que as obras estão a ser empurradas para um período em que sejam mais convenientes, como 2025, por exemplo. -----
Dos 23 milhões previstos em investimentos no PPI, apenas 1,7 milhões tem fundos comunitários. Estes valores encontram-se na página 785 do PDF, página 778 do documento. -----
São obras previstas e não iniciadas e, como por exemplo a Escola Secundária Campos Melo, com comparticipação de quase meio milhão de euros e execução a zero, a dúvida levanta-se sobre o *timing* de execução, bem como do aproveitamento atempado dos fundos comunitários disponíveis. Há um mau aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis, dando lugar ao risco de devolução dos mesmos por falta de aproveitamento.
- 9 - Continuamos a referir que o saldo de gerência, de valor superior a 13 milhões €, se deve à falta de execução de obras estruturantes e necessárias em todo o Concelho e chamamos a atenção para o risco deste valor ser reduzido em 10 milhões com o pagamento das indemnizações compensatórias à AdC. -----

Assim, perguntamos: que obras passarão a ser prioritárias apenas com 3 milhões €? -----

Não é assim que se resolvem os problemas das pessoas e, para além da responsabilidade solidária com situações que, no nosso ponto de vista, não estão conformes com a lei, também não concordamos com esta forma de gerir o Município pelo que o nosso voto, em relação à prestação de contas referentes ao ano de 2023, é claramente contra.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Tornam-se evidentes as diferentes análises ao presente documento e ainda bem que assim é, caso contrário estaríamos todos do mesmo lado da bancada. -----

Estamos perante um Relatório que reflete o desígnio assumido pelo Partido Socialista desde do seu primeiro dia. -----

Hoje, a Covilhã é uma cidade ativa, dinâmica e em clara expansão, com uma condição financeira saudável e capaz de fazer face a todos os compromissos necessários. -----

Os serviços funcionam melhor. As divisões apresentam uma atividade coesa, constante e a cidade cresce a olhos vistos. -----

É factual, embora queiram transmitir uma ideia diferente da que estou aqui a partilhar hoje. Isto está à vista de todos. -----

Na Divisão do Urbanismo podemos assistir ao aumento da atividade global, ao aumento do número de licenças, alvarás de licenciamento, autorização de utilização, ao aumento do número de certidões, ao aumento do número de requerimentos com despacho devido. Em suma, ao aumento da capacidade de resposta com preocupação e foco na melhoria contínua dos serviços, simplificação e rapidez de procedimentos. -----

Bem sabemos que haverá sempre quem espere mais do que menos, mas o caminho está a ser feito e bem feito. -----

O Executivo do Partido Socialista conseguiu também posicionar de forma destacada a Covilhã no panorama nacional e internacional da cultura com uma atividade cada vez maior e com mais destaque, desde exposições culturais a apoios aos artistas. Eventos de design como a Feira Internacional do Artesanato e Design ou a Covilhã Creative Week traduzem a consolidação da nossa cidade nesta área. -----

O Teatro Municipal. Sim. Que nos permite ter acesso a programação diferenciada e aqui há que salientar os acolhimentos demonstrativos da abertura do espaço cultural a iniciativas externas que atuam de forma complementar a sua missão que, embora ainda não consiga dar resposta às ânsias de todos aqueles que pretendem utilizar esta infraestrutura, ela está lá e este caminho está a fazer-se. Este caminho pode fazer-se e tem de se acentuar. E ficamos muito satisfeitos que o Senhor Presidente reconheça que, neste campo, há caminho para fazer. -----

O Museu da Covilhã, que foi nomeado para o Prémio Museu Europeu do Ano em 2023, contou com mais de 9000 visitantes, 38 nacionalidades diferentes, mais de meia centena de visitas guiadas e afirmou-se como um espaço preponderante para a transformação do nosso centro histórico, que tantas vezes dizem estar abandonado, despovoado e sem atividade. -----

O desporto e o associativismo, um baluarte tradicional do nosso Concelho, cada vez com mais eventos desportivos e de cariz social: a Covilhã Desportiva, a promoção do desporto na terceira idade, promoção de vida saudável, a participação em eventos nacionais, o aumento do apoio à atividade das associações que hoje veem a sua atividade financiada com base na meritocracia e trabalho desenvolvido e não estão reféns da arbitrariedade ou outro tipo de condicionalismos. ---

Isto é também um garante de liberdade, reconhecendo a preponderância que as associações têm no ecossistema do nosso Concelho. Isto não só demonstra a capacidade de trabalho de todas as entidades, mas também a capacidade financeira que o Município tem de dar resposta aos apoios solicitados por parte daqueles que tantos fazem em prol dos nossos cidadãos. -----

É de realçar também, e temos de o fazer, que na área do empreendedorismo e desenvolvimento, com a integração do Centro de Inovação Empresarial na Rede Nacional de Incubadoras, a

atualização do Guia do Investidor, importante na captação de projetos disruptivos e inovadores, um sinal de que o Município está preocupado e a encetar reforços na captação de investimento diversificado. -----

Os apoios às Freguesias, como já aqui foi mencionado, nunca foram tantos. As intervenções estruturantes foram feitas nas avenidas e em outros locais importantes para os nossos cidadãos. Está a fazer-se a diferença na vida das pessoas. E isto, mais uma vez, é um facto. -----

Tudo isto sem comprometer a saúde financeira dos cofres do Município. Aliás, com o esforço financeiro do Município que viu uma diminuição de receitas próprias face aos anos anteriores, sobretudo devido à diminuição de impostos, com especial incidência sobre o IMI e a Derrama e uma evidência clara na diferença entre as despesas de capital e as receitas de capital, o que nos diz que as receitas correntes estão a financiar as despesas de capital, concluindo que o dinheiro dos contribuintes está a ser investido e bem investido no futuro da nossa cidade. -----

Este Relatório, finalizando, traduz um Município com uma atividade pujante e um equilíbrio financeiro que ainda não resolveu todos os desafios que há para resolver. É certo. Mas desenganam muitos. Ninguém irá resolver porque, felizmente, a vida não é algo estático, senão dinâmico, e todos os dias surgem novos desafios e novas contrariedades. De outra forma, não estaríamos aqui a debater aquilo que cada um considera ser o melhor para nós, para o nosso futuro e para o futuro daqueles que estão connosco. -----

O que é importante é sermos capazes de criar uma estrutura eficaz, apresentar um caminho para resolver esses mesmos desafios e o Concelho da Covilhã, com o Partido Socialista, tem demonstrado estar nesse caminho. -----

E, neste aspeto, dando continuidade a este pensamento, há algo que é inequívoco. Por mais que sejam as nossas narrativas, por mais que sejam as nossas retóricas, a Democracia tem algo fantástico. É que, de quatro em quatro anos, todos somos julgados por aquilo que dizemos, por aquilo que fazemos e pelas nossas ações. Tanto eu como todos aqueles que aqui estão dentro. ---

E é por isto que o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente na deliberação sobre o Relatório de Gestão e Atividades, elencando e desafiando o Município a continuar nesta senda de progresso e desenvolvimento, com a capacidade de resolver os desafios que ainda não estão resolvidos e que têm de se resolver.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “estas contas revelam que a situação financeira da Câmara é melhor hoje do que era no passado. Mostram que este Executivo continua a fazer obra, continua a investir e que continua a apoiar as empresas, as famílias e as instituições, bem como as Juntas de Freguesia. Aliás, a este propósito, quer as Juntas de Freguesia quer as coletividades tiveram um papel fundamental na execução deste nosso Orçamento que já aqui foi referido e se mais não executaram foi porque mais não puderam. Estamos na mesma situação nalguns casos, como aqui ficou demonstrado. Tínhamos contratualizado 3,3 milhões € e só executam menos a menos 1,4 milhões € do que essa quantia, mas sei que fizeram esse esforço, trabalharam, empenharam-se, coisa que nós fizemos. -----

É também a hora de agradecer ao nosso corpo de funcionários pelo trabalho despendido na execução deste Orçamento. Eles foram absolutamente cruciais para que conseguíssemos este desiderato. -----

São contas que mostram, portanto, uma situação financeira melhor e vou dizer por quê. Não atiro com bitaites, nem com coisas abstratas. É com coisas concretas. -----

Reduzimos a dívida. Aumentámos o volume de obra. Duplicámos, aliás, o valor do investimento e investimos 9 milhões € mais do que tínhamos investido no ano anterior, contrariamente ao que já por aqui foi dito. Não é despesa corrente. São mesmo obras, apesar das dificuldades que temos todos em adjudicar muitas das que pretendemos fazer. -----

Continuamos a executar a receita e a ter bons resultados, apesar de termos reduzido os impostos.

Aumentámos os apoios às Juntas, como já aqui deixei dito, às famílias, às instituições e aos alunos na medida do possível, procurando aliás, auscultar e indagar sobre a questão concreta que aqui trouxe o senhor Deputado Vítor Reis Silva. -----

Portanto, como vos dizia, é isso que este Relatório de Contas revela: que continuamos no caminho certo, que não mudámos de rumo e as contas não mentem. Costumo dizer que isto é como o algodão: não engana. -----

Estamos melhor. Consolidamos o caminho e temos margem, como já aqui foi dito, para continuar. Prova disso são dois indicadores indesmentíveis: capacidade de endividamento que aumentou, ou seja, podemos pedir mais dinheiro do que podíamos há um ano atrás, e o equilíbrio orçamental que atingimos. -----

Na capacidade de endividamento, é verdade que não queremos usar esta capacidade, mas este é um indicador que deixa claro a todos o nosso resultado porque é aquele que diz que podemos contrair dívida. -----

E já agora, vou dizer-vos o número concreto. Não há aqui coisas esconsas. São números, são coisas objetivas. Importa salientar que esta margem é superior a 30,7 milhões €. Esta é a nossa capacidade de contrair dívida. -----

Importa também mesmo salientar que este é, do ponto de vista do seu volume, o valor mais elevado de sempre. Nunca a Câmara da Covilhã teve capacidade para contrair empréstimos de uma só vez neste montante. Portanto, não estamos a falar em coisas no ar, em nuvens, nem em coisas abstratas. -----

Mais. E isto aqui demonstra a diferença. Em setembro de 2013, a percentagem de endividamento era de 298%, quase 300%, quando a lei só nos permitia endividar-nos até 150%. Tínhamos ultrapassado quase o dobro e hoje essa percentagem sabem qual é? É de 63%. Passámos de 300% para 63%. Isto é obra! Isto é algo que deixa bem claro qual é a nossa situação financeira. Ou seja, a taxa de endividamento atual que temos é 1/5 do que era. -----

Já agora aqui, para que não haja aqui confusões, não confundir a capacidade de endividamento, ou seja, aquilo que podemos fazer em termos de pedir dinheiro emprestado com a percentagem de endividamento. A nossa percentagem de endividamento é de 63% e a capacidade de endividamento é maior. Aumentámos a capacidade, ou seja, a possibilidade de contrair dívida e

reduzimos a percentagem de endividamento. Duas coisas importantes em simultâneo. Isto é indesmentível. -----

E já agora convém explicar para quem nos acompanha *online* que estas contas estão certificadas. Não foram só apenas feitas pelos técnicos competentes que temos na Autarquia neste domínio. Foram auditadas pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Não estou a falar agora das empresas municipais, mas já lá vamos. Estou a falar da Câmara e isto é muito clarinho. Não há aqui meias verdades porque os números são números. Não são palavras.

Referindo-me ainda ao equilíbrio orçamental, o que é dito é que ainda podemos aumentar a despesa corrente e, afinal, não é verdadeira a ideia de que há gastos desadequados, como muitas vezes se quer fazer crer às pessoas. -----

Depois é preciso salientar que não é chegar aqui e dizer “fizeram um terço, ou um quarto, ou um quinto. Não. Avenida Frei Heitor Pinto, melhoria nas escolas básicas do Concelho, obras na escola do Teixoso, obras na Pêro da Covilhã, arranque das obras do Pavilhão do Inatel, o alcatroamento nas estradas do Sul do Concelho, estrada municipal troço compreendido entre o cruzamento do Ourondo e a povoação de Casegas, apoio para o lançamento da rede de centros interpretativos nas aldeias, alcatroamento no Belo Zêzere, alcatroamento do Loteamento do Canhoso, lançamento de tantas obras no âmbito da Estratégia Local de Habitação, nomeadamente na Boidobra onde, como se sabe, já temos obras concluídas para a melhoria da habitação social, ... --

Enfim, é uma lista muito mais extensa e vai crescer porque, como há pouco demonstrei bem, vamos continuar a concretizar. -----

Agora questões mais técnicas que aqui foram referidas. -----

O Orçamento inicial era de 47,3 milhões €. O Orçamento corrigido passou a ser de 60,2 milhões €. Por quê? Porque incorporamos a receita do saldo de gerência. Ou seja, na prática tivemos um Orçamento de 60 milhões € em que tivemos uma execução orçamental de 55,4 milhões €. -----

A receita total que tivemos é de 55,4 milhões €. Tal significa que tivemos uma taxa de execução da receita de 92,7%. É que tecnicamente, para quem sabe um pouco de finanças públicas, afere-se a execução do Orçamento pela execução da receita. -----

É preciso, de facto, queimar as pestanas e aprender um bocadinho destas coisas que se aprende até nos bancos da Faculdade de Direito e não é preciso ser-se economista. -----

Repito, a nossa taxa de execução orçamental é mais de 92%. 92,07%. E isso, notem bem, apesar de termos reduzido os impostos, as taxas. O IMI está no mínimo; a Derrama está isenta; no que diz respeito às taxas para apoio à edificação, aos investidores, reduzimos tudo para o mínimo possível. No fundo, para quê? Para captarmos investimento e fundos comunitários. -----

No que concerne à despesa, sublinho que a taxa de execução é de quase 70%, tendo mais de 42 milhões € de valor pago. -----

Agora há uma realidade que convém interiorizar: é que o mercado mudou. Já não estamos a fazer obras no contexto em que se fazia antigamente. Estamos a fazer obras num contexto de guerra, de inflação e de dificuldades que nunca sentimos antes. -----

Mais. Por todo o País estão a ser feitas obras no âmbito do PRR. Já há empresas de construção civil que se dão ao luxo de dizer que só concorrem a obras de valor superior a 800.000 €. Portanto, vejam as dificuldades que a gente tem para adjudicar muitas obras. Já há empresas que dizem isto e, portanto, há obras que ficaram desertas, fruto do aumento repentino dos materiais, como vos disse, da inflação. -----

Os empreiteiros sabem que somos cumpridores. Aliás, há empreiteiros que querem trabalhar e só querem trabalhar com a Câmara da Covilhã porque pagamos de imediato. O imediato aqui não significa na hora porque se fosse possível era mesmo na hora. E por que é que não é possível? Porque é preciso preencher a papelada, é preciso que a empresa traga os autos de medição, é preciso que a situação esteja regularizada na Segurança Social e nas Finanças. Portanto, é preciso demonstrar tudo isso para que paguemos porque, se isso for trazido na hora, é pago na hora. -----

E, portanto, temos uma situação que tomara muitas câmaras chegarem a este patamar de trabalho em termos financeiros. -----

Os empreiteiros, como digo, sabem que somos cumpridores e, claro, acabamos por ficar com despesa em *stand by*. É a tal despesa que depois transita dos tais 13 milhões. Só das Juntas, como vimos há pouco, estamos a falar de 1,4 milhões €. Da nossa parte, há lá bastante dinheiro também que é o restante e que tem a ver com obras que ficam desertas. -----

Não é dinheiro que está cá a mais ou que não foi gasto de propósito. Não. Não foi gasto por estas razões. E claro, quanto mais se atrasa, porque depois os empreiteiros, alguns vão às obras, elas são-lhes consignadas, são-lhe adjudicadas, mas como há dificuldade de mão-de-obra, vão empurrando até ao limite para cumprirem os prazos para as executarem. Isso leva tudo a atrasos e, quanto mais se atrasa, menos se executa. Não depende da nossa vontade. -----

Mas são resultados que não mentem e só não são melhores porque optamos, como disse, por reduzir o IMI para o mínimo, porque isentámos a cobrança de Derrama, porque incrementámos o apoio às freguesias, às instituições e às famílias. -----

Ninguém queira agarrar-se a essa coisa contabilística (não é económica) que é o resultado de gerência negativo de 1,7 milhões € senão era uma contradição. Se temos 13 milhões por um lado, como é que entendíamos então estes 1,7 milhões € de resultado da gerência?! -----

Não se pode olhar para este indicador de forma isolada, nem como se fosse uma empresa como aqui já há pouco foi insinuado. As empresas municipais e a Câmara Municipal não visam o lucro. Não visamos o lucro. Não somos uma empresa. Não temos por finalidade ir atrás do lucro. Temos é que prestar serviços, fazer obras, ir ao encontro das necessidades das pessoas. É servir as pessoas. -----

E, ainda assim, este negativo só existe, como disse, porque reduzimos o IMI, isentámos a Derrama, apoiámos fortemente as freguesias e as associações. Ou seja, somados, só de impostos deixámos de cobrar 3,5 milhões €. Notem bem e percorram aqui à volta municípios que estejam nesta situação. Estamos no mínimo e depois na derrama a isenção. São 3,5 milhões € que as empresas, famílias e instituições beneficiam. Esta é a justificação mais do que óbvia para este resultado de gerência de 1,7 milhões. -----

Queremos continuar a transferir dinheiro para as Juntas de Freguesia, para as famílias, para as empresas e queremos continuar do lado das empresas, do lado das famílias e das nossas instituições. -----

Portanto, esse saldo é uma falsa questão. -----

Depois o passivo. Aumentou em cerca de 800.000 €. É uma questão muito difícil de explicar, como já dizia há pouco porque temos 13 milhões € de saldo de gerência. Quero lembrar aqui a este propósito do passivo que não se pode confundir passivo com dívida. São coisas diferentes. -----

A dívida reduziu e o facto de o passivo ter aumentado é um aumento conjuntural. É circunstancial e meramente contabilístico. É uma questão contabilística. Dou-vos um exemplo: se eu comprar um edifício por 5 milhões € e o vender daqui por umas semanas por 4 milhões €, tenho 1 milhão de prejuízo, certo? É uma questão puramente económica. Contabilisticamente fico com 4 milhões em caixa. É o fluxo de caixa. Acho que isto é exemplo mais flagrante e mais claro para explicar esta questão do saldo. -----

A conclusão do ciclo avaliativo é uma das explicações também para esta situação, no que diz respeito à despesa com o Pessoal. Ninguém ignora que se concluiu um ciclo de avaliação. Há a atualização obrigatória dos salários e de contribuições. É obrigatória de acordo com o que a lei estipula, quer dos aumentos do salário mínimo quer das restantes atualizações. -----

Depois temos a incorporação das descentralizações: da Ação social e aqui não recebemos trabalhadores, mas tivemos que fazer novos contratos, e da Saúde. -----

Volto àquilo que disse no início: estas contas revelam que a situação financeira da Câmara é melhor hoje do que era no passado, contas que mostram que este Executivo continua a fazer obra, vai continuar a fazer obra, vai continuar a investir com obras concretas porque temos aqui pergaminhos. Temos um passado. Temos um curriculum. Desde que somos Câmara, pagámos a dívida, fizemos sempre obras, aproveitámos até ao limite os fundos comunitários e estivemos no *ranking* dos seis melhores municípios, também é certo com a ajuda da Universidade, dos nossos empresários, de quem investe, de quem tem a ousadia de se abalançar a estes investimentos e, portanto, isto significa na prática que estamos no caminho certo e é este caminho que vamos continuar a trilhar. -----

Podem dizer o que quiserem. Podem usar a retórica que lhes for mais favorável, mas a verdade é que números são números. Os números são como o algodão. *“O algodão não engana.”* -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** solicitou o uso da palavra para referir que “o Senhor Presidente disse que era preciso estudar muito e dou-lhe toda a razão. É mesmo preciso estudar muito; ler a legislação; e ler os Orçamentos de Estado. -----

O Senhor referiu que a capacidade de endividamento da Câmara é 100% do total que lá está. Não é. É só 40%. Dou-lhe o valor exato: 13.304.977,86 €. Não é o valor que está no quadro porque esse representa 100% da capacidade de endividamento. -----

E já agora só mais uma questão Senhor Presidente: as contas da Câmara Municipal estão de facto certificadas por um Revisor de Contas, mas com reservas.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à última afirmação, negou que as reservas do Revisor de Contas fossem das contas da Câmara. “As da Câmara não têm reserva nenhuma. Têm as da AdC. -----

A reserva tem a ver com a AdC porque quando cá cheguei encontrámos uma situação, que não é culpa de quem cá estava não ter conseguido resolver aquele assunto, que tem a ver com contratos com os nossos parceiros privados e também contratos com a empresa. Estamos a regularizar essa situação. Obviamente que não deixaremos de regularizar, sendo certo que mais de metade desse valor é nosso. 5,1 milhões € são nossos. É preciso não esquecer isso. Até dá a ideia que a empresa não pertence à Câmara! -----

Depois não considerem esse valor total e integral como sendo o que está, digamos assim, em dívida porque esta situação está a ser objeto de negociações, de análise, de contra-análise e chegaremos a bom porto com a solução do mesmo. Depois havemos de trazer aqui o resultado disso e os Senhores hão de ver que as coisas não são como as pintam e são bem diferentes da realidade. Estamos habituados a resolver coisas difíceis e essa também vai ser resolvida.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão e Atividades 2023 do Município da Covilhã** – foi a mesma **apreciada e votada por maioria com 28 votos a favor (PS e todos os DMI’s) e 09 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP e CDU – PCP/PEV)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS). -----

Não votou ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL DO ANO DE 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de março de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 1387 de 02.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Isto é basicamente anacrónico porque, de facto, acabámos de votar a execução orçamental de 2023 (o ano todo) e agora temos aqui a tomada de conhecimento do segundo semestre. Vale o que vale. Vem tarde, mas veio (já não é mau)! -----

E agradecemos que, de facto, proximamente venha mais cedo para não estarmos aqui a repetir as coisas basicamente.” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “A apreciação é exatamente a mesma. Não faz sentido estarmos agora a apreciar um relatório semestral quando já temos o relatório anual na mão.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório de Revisão Limitada Sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2023 – período de seis meses compreendido entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2023.** -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA N.º 5

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de março de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 1390 de 02.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria, vejo-me forçado a repetir aquilo que faço sempre nestes documentos previsionais. Mas permito-me aqui chamar a atenção para duas questões. -----

Já hoje aqui foi abordado o tema do direito da oposição e um dos direitos da oposição é, de facto, ser ouvido antes dos instrumentos previsionais iniciais e, supostamente e presumo eu, a lei também inclui todas as suas alterações. O CDS não foi ouvido e presumo que nenhuma das outras forças tenha sido ouvida sobre esta alteração orçamental. Daqui se concluir o elevado cumprimento do direito da oposição que aqui foi apregoado nesta Assembleia de hoje! -----

Não posso deixar de dizer que, ainda assim, o CDS – Partido Popular fez sugestões para serem incluídas em alterações orçamentais, desde logo, também já aqui foi objeto hoje, a questão da construção da Barragem das Cortes que já na anterior sessão fui quase crucificado por constatar que naquela alteração orçamental não estava nenhuma verba, nenhuma alteração ao Orçamento que incluísse sequer os estudos prévios ou qualquer tipo de situação desse género e agora, como diz o Povo “cada cavadela cada minhoca”, à segunda alteração orçamental em que supostamente já há valor, já as coisas já estão mais consciencializada, também não está cá nenhuma rubrica de alteração que incluía sequer a previsão da barragem. -----

Portanto, isto é a constatação de que isto é para mandar para as calendas. -----

Ainda assim, não posso deixar de responder àquilo que aqui foi dito de que a oposição não faz o seu trabalho e não posso deixar de aqui dizer o que foi dito na reunião do Orçamento original em termos de propostas feitas pelo CDS. Vou tentar fazê-las. -----

O CDS – Partido Popular propôs em outubro de 2023, no Orçamento inicial: -----

- Que houvesse um reforço à ajuda das famílias através de material escolar por forma a mitigar os gastos nesta rubrica, face à escalada de preços derivados da inflação; -----
- A redução imediata do preço da água, mitigando o combate à crise em que vivemos; -----
- A remodelação do Mercado Municipal, criando desde já condição para os utilizadores/vendedores, dando prioridade à visibilidade de novos negócios noutras locais do mesmo; -----
- A criação de bolsas de empreendedorismo: já ouvimos hoje aqui falar na gestão das contas e peço desculpa, mas acho que é a vergonha (não gosto de utilizar o termo), mas é a vergonha da Câmara Municipal apenas dar duas bolsas de estudo a estudantes da Covilhã na Universidade da Beira Interior e inclusivamente dar cumprimento àquilo que já foi aprovado aqui nesta Assembleia da criação de bolsas de estudo, nomeadamente com o título Paulo de Oliveira, a nível da gestão e do têxtil. E, portanto, criar de facto bolsas de empreendedorismo e dar cumprimento àquilo que são as deliberações da Câmara Municipal a nível de reforço da criação destas bolsas de estudo na Universidade da Beira Interior; -----
- A revisão dos preços das piscinas com a introdução de um preçário para jovens entre os 12 e os 23 anos; -----
- A criação de um Fórum Covilhã 25- 50 com as instituições do concelho para ser discutido o Plano Estratégico para a Covilhã; -----
- O aumento, lá está, das bolsas, nomeadamente essa situação do cumprimento das deliberações desta Assembleia Municipal. -----

Portanto, aquilo que estamos aqui a falar é que, mais uma vez, se fazem alterações orçamentais com as dotações financeiras que existem e temos que acreditar que elas sejam executadas. E atenção, notem bem: isto é quase pernicioso - As alterações orçamentais apenas incluem, e só, as medidas que a própria Câmara diz que vai executar e que depois, no final do ano, constatamos que só executaram um terço. -----

Peço desculpa, mas essa é a constatação que temos pelo documento que acabámos de aprovar. -

Para terminar, dizer que o CDS vai-se abster como sempre.” -----

- **Ilídio Moisés Serra dos Reis (PS)**: “Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a proposta de alteração do Orçamento efetuado pelo Executivo para apreciação e deliberação desta Assembleia decorre do cumprimento de uma obrigação legal e procura garantir o enquadramento orçamental para que a prossecução de um importante conjunto de obras e projetos para o Concelho e para os Covilhanenses, nomeadamente o Centro de Saúde da Covilhã, a Unidade de Saúde da Coutada, a Unidade de Saúde de São Jorge da Beira, o Centro de Saúde do Teixoso, a Unidade de Saúde de Vila do Carvalho, a Unidade de Saúde do Tortosendo, a intervenção no ET da Covilhã, o Radar Social e ainda a prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos; também entretecer culturas e também ainda o RESOTEX. -----

Acresce ainda das circunstâncias do investimento municipal. Era muitas destas obras e projetos ser fortemente alavancado por financiamentos externos e fundos comunitários, o que diz bem da elevada capacidade de gestão e superior sentido de dever de prossecução do interesse público deste Executivo, procurando não só executar as propriedades corretas como sejam um investimento nas áreas da saúde, mas também na área social e da cultura como procurar maximizar o impacto do aproveitamento de várias fontes de financiamento disponíveis, nomeadamente os fundos comunitários. -----

Sendo assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã votará favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “uma nota que não é despicienda que é o facto de que esta fase do trabalho atinente à concretização desse grande desígnio que é a barragem está a ser feito na ICOVI. Portanto, não tinha que estar aqui neste Orçamento. -----

Quando o projeto estiver aprovado, aí sim entra no Orçamento Municipal. Portanto, a razão de ser de não haver aqui nenhuma verba relacionada com a barragem é porque, neste momento, o que está a ser feito em termos de trabalho para a elaboração do projeto está sediado na ICOVI e não na Câmara Municipal. Essa é a razão de não estar aqui nenhuma verba porque, como já vos disse e aliás é público, foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros, estamos a falar de 30 milhões € em que participamos com 20% e os outros 80% são do Orçamento de Estado. --

Dá-se um passo de cada vez. Estamos a trabalhar numa fase em que não temos que incorporar a despesa respetiva no nosso Orçamento. -----

De resto, a este ponto, esta alteração orçamental modificativa, que é a n.º 5, tem a ver com projetos que foram aqui elencados e que foram integrados porque foram aprovados entretanto. Foram aprovados e incorporados no Orçamento. -----

Portanto, é isso que está a ser feito. A razão de ser da modificação aqui em causa não tem outra razão de ser que não seja isso. Tão simples quanto isto.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração Orçamental Modificativa n.º 5** – foi a mesma **aprovada por maioria com 31 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV e todos os DMI's) e 07 abstenções (PPD/PSD e CDS-PP)**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO, POR LOTES, DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT, BTE, BTN E IP”, DESPESA DOS LOTES 4, 5 E 7 (BTN, BTE E IP) – MINUTA DE CONTRATO A CELEBRAR PARA OS LOTES 4, 5 E 7

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de abril de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 1772 de 19.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do assunto dando “uma nota que é muito importante. -----

Se tivéssemos ido sozinhos a este concurso e a estes lotes para fornecimento de energia e admitindo que conseguíamos a melhor tarifa no mercado liberalizado, mesmo assim gastaríamos pelo menos mais 1,5 milhão € por ano. Ou seja, nestes três anos poupámos 4,5 milhões €. -----

O ano passado, tenho aqui a referência, gastámos de energia cerca de 2,3 milhões €. Ou seja, se não tivéssemos ido em conjunto, gastaríamos mais 1,5 milhão €, ou seja, 3,8 milhões €. Temos uma poupança anual de 1,5 milhão € por termos optado, em boa hora, concorrer em conjunto desta forma e neste contexto. -----

Fica demonstrada a evidência que a decisão foi acertada e que poupámos ao Município 4,5 milhões €.” -----

--- Submetido à apreciação, foi interveniente o Senhor **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD)** para “dizer que, obviamente, valorizamos quando as medidas de gestão são positivas e benéficas para o Município e, portanto, contará com o nosso voto a favor.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** finalizou saudando “o facto de a oposição reconhecer que gerimos bem esta situação muito concreta que tem a ver com a energia que está cada vez mais cara e convenhamos todos que poupar 1,5 milhão € por ano não é pouco. Estamos a falar de um valor muito significativo, o que nos permite depois atingir aquela performance que há pouco ali do palanque vos falava. É por estas e por outras boas razões que conseguimos que a Câmara Municipal da Covilhã, o Município da Covilhã, esteja numa boa situação financeira. -----

Como costumo dizer, não estamos ricos, mas estamos bem e vamos continuar nesta senda de ter continhas arrumadas, continhas certas, investir, trabalhar, atrair investimentos e desenvolver a nossa cidade e o nosso Concelho, tornando-os cada vez mais atrativos.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso plurianual – Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público para a “Aquisição, por lotes, do fornecimento de energia elétrica em MT, BTE, BTN e IP”, despesa dos Lotes 4, 5 e 7 (BTN, BTE e IP) – Minuta de contrato a celebrar para os Lotes 4, 5 e 7**, foi a mesma **autorizada por maioria com 35 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV e todos os DMI’s) e 02 abstenções (CDS-PP)**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP), Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.7 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA GNR DO TORTOSENDO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de abril de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, no artigo 22.º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 1774 de 19.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** “Senhor Presidente, aproveitar este momento naturalmente para falar de um ponto que aqui vem, que é para nós muito importante.

Lembrar que, há cerca de 20 anos quando quiseram tirar a GNR do Tortosendo, o Presidente da Câmara, na altura Carlos Pinto, eleito pelo PSD, sem medo saltou para cima da carrinha da Junta e bateu o punho ao então Primeiro-Ministro Durão Barroso, que jamais poderia o Tortosendo ficar sem GNR. Foi encontrada uma solução provisória e já lá vão 20 anos. -----

E não posso deixar hoje de saudar o que aqui vamos aprovar porque está para breve o início da construção do novo posto da GNR Tortosendo e sou capaz mesmo de dizer que o posto da GNR do Tortosendo está como o campeonato de futebol para o Sporting: Já não nos escapa!” -----

- **Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz (PPD/PSD):** “Também uma breve nota para dizer que, após esta deliberação que esperamos obviamente que seja devidamente aprovada, faltará o visto do Tribunal de Contas e fazemos votos para que ele seja célere para que a obra comece rapidamente.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma intervenção final dizendo, “para acompanhar, este desejo do Senhor Deputado Jorge Vaz, que tudo seja mais célere e não vou fazer o que fez, e fez bem, o Dr. Carlos Pinto em dar um murro em cima da mesa, mas pode ser que lá haja um carro de combate e eu subo por cima do carro de combate!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso plurianual – Relatório Final de Análise das Propostas do Concurso Público para a Empreitada de Obras de Construção do Posto Territorial da GNR do Tortosendo**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram o Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA E PROPOSTA DE ESTATUTOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de abril de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 108.º todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, através do ofício n.º 1771 de 19.04.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto e não havendo intervenções por parte dos Membros Municipais, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** fez uma intenção final dizendo “registar muito positivamente o facto de as Senhoras e os Senhores Deputados terem feito a leitura correta da situação. -----

Todos aqui falámos hoje ao longo do dia no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Disse-vos logo de manhã que iria propor-vos, como já vos propus através do Senhor Presidente da Assembleia na ordem de trabalhos, a votação favorável deste ponto, na medida em que a criação desta Associação Intermunicipal tem fins específicos, e o fim específico é o de implementarmos o Plano, é transitória. -----

Não é uma associação que perdura *ad eternum*. É pelo tempo necessário para a execução do Plano e que não sejamos nós, no fundo, a empatar (como se diz em linguagem popular), esta situação porque os outros cinco municípios do Parque Natural uns já aprovaram, outros estão a aprovar, outros vão aprovar os mesmos estatutos para que consigamos o mais depressa possível ir para o terreno, deliberar, fazer e executar aquilo que se pretende. E eu sei que também os Senhores Deputados Municipais querem que se faça.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Constituição da Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela e Proposta de Estatutos** – foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram o Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.9 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A CARTA EDUCATIVA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de março de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, através do ofício n.º 1349 de 27.03.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido interveniente o Senhor: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Como já vimos nos últimos tempos, sendo habitual por esta Câmara e acho bem, têm sido feitos documentos deste género. São documentos de diagnóstico, de levantamento de potencialidades e, de facto, de perspetivas de se

concretizarem atuações concretas que ponham em prática e orientem o funcionamento da Câmara em termos do que é a melhoria do sistema educativo e da educação no nosso Concelho. - Portanto, obviamente que estaremos de acordo com este diagnóstico. Espero que, de facto, não se fique apenas pelo diagnóstico. Espero é que se faça, se concretizem medidas, com medidas sérias e objetivas que melhorem, de facto, a educação dos nossos estudantes e não só, mas sobretudo nessa matéria.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Carta Educativa Municipal** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram o Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 08 de março de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), in fine, do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, conjugados com o disposto no n.º 1 do artigo 53.º e do n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, através do ofício n.º 1032 de 11.03.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** prescindido do seu tempo para apresentação do ponto, o mesmo foi submetido à apreciação tendo sido interveniente o Senhor: -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Não quero estar, de maneira nenhuma, contra a adesão a este tipo de programas, mas muitas vezes temos trazido aqui propostas e algumas delas aprovadas mesmo nesta Assembleia que estão aqui nestes objetivos. -----

Perguntamo-nos por que é que andamos há dois ou três anos a fazer estas propostas e depois, na prática, elas não são implementadas. E depois agora vamos entrar numa associação que diz exatamente que devemos implementar coisas que já aqui propusemos há dois ou três anos. -----

Vou dar apenas dois exemplos e estive cá na reunião da mobilidade, nesta última reunião que houve aqui na Assembleia. Por exemplo, a questão de aqui o ponto h) “*Diminuam as emissões de gases poluentes.*” Não sei se sabem, mas os meios de transporte responsáveis por maior emissão de poluentes são precisamente os transportes públicos, os autocarros. Quantas vezes já falámos

aqui dos autocarros elétricos?! Há programas próprios para a aquisição de viaturas elétricas pelas câmaras municipais. Há imensas cidades já que os autocarros são 100% elétricos. É preciso vir uma associação dizer-nos isto? Vocês já sabiam! Nós já aqui propusemos. “Ai não, que são propostas da oposição.” E depois dizem que a oposição não faz propostas! Esta era construtiva: vem aqui! Deus queira que a adesão a esta associação sirva para o reconhecimento disto que já aqui propusemos várias vezes. -----

Por exemplo, o melhoramento do comércio local através de centros comerciais ao ar livre. Lembrome quando a Rua Direita, há uns anos, levou a remodelação, e bem, e já estamos a falar de umas décadas, apelidou-se de centro comercial ao ar livre. Foram colocadas barreiras e foi colocado mobiliário urbano para que os carros não pudessem lá estacionar. -----

Hoje passamos lá e há mais carros do que pessoas! Isso já o propusemos aqui e não são propostas destrutivas – são construtivas. É preciso vir a associação dizer uma coisa que já aqui dissemos? ---

Agora não vamos pôr isso em causa. Ainda bem que se adere a este tipo de associações e que nos venha dizer aquilo que já sabíamos, que já aqui propusemos e que pura e simplesmente foram propostas ignoradas. -----

Se calhar o mal não é das propostas que a oposição faz; é se calhar a Câmara que não dá ouvidos ou faz ouvidos moucos às propostas que fazemos.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** terminou dizendo que “somos sempre humildes e aprendemos com toda a gente (associações, Senhores Deputados e Vereadores da Oposição, cientistas, professores, ...). -----

Aqui a questão não está em aprendermos. Está em juntarmos forças. -----

Não é preciso puxarmos muito pela cabeça para chegarmos à conclusão que aquele ditado, aquele velho aforismo popular que “a união faz a força” é bem verdadeiro. Quanto mais municípios tiver esta associação, mais força temos nesses domínios. -----

Independentemente disso, já no nosso Município damos exemplos desses desígnios. Ainda há poucos dias fui à requalificação do Parque dos Amieiros no Sarzedo no autocarro elétrico da Câmara. Se calhar pouca gente sabe que temos um autocarro elétrico. Como temos vários veículos elétricos na Câmara Municipal e adquirimos já uma caterva deles. Infelizmente na altura não tínhamos possibilidade quando comprámos outros – eles não eram tão acessíveis. -----

A verdade é que a nossa aposta é diminuir a pegada ambiental, a emissão de gases. No fundo, estamos todos irmanados no mesmo espírito e não é por as propostas virem do Senhor Deputado ou da associação que elas são melhores ou piores umas ou outras. São todas importantes. -----

Mas aqui o objetivo é a união, é a força, e mais: é a oportunidade que muitas vezes temos de estar em fóruns onde aprofundamos mais os conhecimentos acerca disto (lá está a aprendizagem mais profunda) e, por outro lado, também a oportunidade de podermos candidatar-nos a fundos que de outra forma, não estando em associação, podíamos não conseguir. Mas enfim, o futuro a Deus pertence. A intenção é boa. Não há aqui nada de gravoso. Pelo contrário, na prática, é tentarmos chegar a bom porto nestes domínios e, pelos vistos, estamos de acordo.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão do Município da Covilhã à Rede de Cidades e Vilas que Caminham** foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Dr. Nuno Flávio Costa Reis (CDS-PP) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto) por não se encontrarem presentes na sala. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



2. Período antes da ordem do dia

2.4. Declarações de âmbito político e de interesse municipal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores;

Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia Municipal e digníssimos presidentes das juntas de freguesia;

Exmos. Técnicos e funcionários da autarquia;

Exmos. Senhores Jornalistas;

Caras e caros concidadãos,

Passam 4 dias que festejamos as conquistas de Abril. Passam 24 dias da tomada de posse de um novo Governo, naquele que é o ano em que celebramos 50 anos do 25 de Abril de 1974 e 49 anos do 25 de Novembro de 1975.

Nas eleições de 10 de Março, o país expressou a sua vontade e não quis ficar como estava. Uma maioria exige mudança de rumo, de políticas e de governação.

Desde 1995 que não assistíamos a este número de portugueses a exercer o seu direito, contribuindo para uma das mais elevadas percentagens de participação em eleições legislativas. Além da vontade de virar a página, há sinais evidentes de protesto contra tudo o que foram os abusos de poder nos últimos anos.

Indiferentes às mensagens do anterior governo – como as do crescimento económico, do desenvolvimento social e da evolução dos principais indicadores, os portugueses deram sinais ao Partido Socialista, aos seus dirigentes e dependentes, que bastava de casos e casinhos de justiça, da soberba política na governação, de atropelos à democracia e de jogos de secretaria e bastidores.

O Parlamento está agora mais fragmentado, acompanhando aquela é a tendência europeia de maior polarização e do crescimento de uma direita mais extrema e populista.

Volvidos 50 anos do 25 de Abril, voltamos a ter na casa da democracia, quem pense que a ponte 25 de Abril se deva chamar de António de Oliveira Salazar e que em campanha saudava o seu líder, com cumprimentos dos nacionalistas alemães.



Esta nova realidade do parlamento, a nova representatividade da realidade política portuguesa, deve merecer a nossa redobrada atenção pelo crescimento preocupante de posições que atentam contra o humanismo e o personalismo da nossa sociedade.

Esta preocupação, deve ser alargada ao domínio autárquico. A esta nossa casa. Não nos espantemos com a ascensão ao poder autárquico de partidos dos extremos políticos, que julgávamos desaparecidos.

É nos exigido, enquanto autarcas, políticos e cidadãos maior capacidade de partilha de informação, maior trabalho na defesa da democracia, dos valores e das conquistas de uma democracia plural, livre e justa.

A Aliança Democrática, os partidos que a sustentam no governo, têm agora o enorme desafio de serem ágeis, dinâmicos e próximos da população. Terão de ser abertos ao diálogo, não esquecendo as metas de programas como o do PRR. Governar em liberdade, não ignorando a necessidade de um programa de emergência para a saúde. Dirigir em consenso, impulsionando a economia e a redução da carga fiscal.

O programa do XXIV Governo Constitucional, acolheu mais de 60 propostas dos outros programas de partidos com assento parlamentar. Tem como prioridades a melhoria dos salários e das pensões, a redução da carga fiscal sobre o trabalho e as empresas, o apoio aos mais jovens e atenção aos mais velhos, saúde acessível a todos e sem listas de espera, mais habitação pública, particular e cooperativa, mais apoios à natalidade.

De entre todas as medidas propostas e apresentadas, queremos aqui destacar algumas:

- Melhores salários e redução de impostos:

Salário mínimo de 1000€, salário médio nos 1750€; Aumento anual de todas as pensões e garantia de um rendimento mínimo de 820€ a cada pensionista;

- Apoios aos mais jovens:

Isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens, com garantia pública para financiamento até 100% na compra de habitação própria permanente;



Criação de um programa nacional de atração de jovens portugueses que abandonaram ao país nos últimos anos.

- Saúde para todos:

Concretização de um Plano de Emergência do SNS nos primeiros 60 dias do mandato;

- Uma escola de qualidade e valorização dos professores

Recuperação integral do tempo de serviço perdido dos professores, a ser implementada ao longo da legislatura, à razão de 20% ao ano;

- Combate à corrupção: transparência, prevenção e penalização

Regulamentação do “lobbying” e criminalização do enriquecimento ilícito;

- Segurança interna

Valorização dos profissionais das forças de segurança com melhores salários e mais meios;

- Natalidade e integração

Promoção da natalidade, incentivando as famílias a terem mais filhos, garantindo condições de vida dignas e oportunidades de desenvolvimento;

É um programa de responsabilidade, de consenso com aquilo que eram medidas e propostas de diversos partidos eleitos, com aquele que é o tempo e contexto que vivemos.

Para terminar, e porque é importante reafirmar que urge identificar os populistas e os demagogos, não podemos deixar de referir a prestação do Secretário-geral do PS aquando da apresentação das suas medidas de teste ao novo Governo.

Reparemos que, Pedro Nuno Santos, foi ministro das infraestruturas de 2019 a 2023. Na sua actividade ministerial, enquanto responsável pela pasta, não se lhe reconhece a mesma altivez na defesa da abolição das portagens. Aliás, por diversas vezes, votou contra as propostas de todas as bancadas contra esta abolição.



Consideramos que é deste tipo de malabarismos políticos que o país se cansou, se afastou e votou pela mudança.

Covilhã, 29 de Abril de 2024

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular

Joana Petrucci Rocha, João Bernardo e Nuno Reis

(Doc. 029)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE
FREGUESIAS DA COVILHÃ E CANHOSO
24-04-2024

*A favor da
comunidade*

COVILHÃ E
CANHOSO
JUNTOS, FAZEMOS MELHOR

*21. Coutinho
4. ALI.
12. Coutinho*

MOÇÃO

RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES RELATIVAS AO NOVO SISTEMA DE MOBILIDADE NA COVILHÃ

Os eleitos pela coligação Covilhã e Canhoso - Juntos, Fazemos Melhor – CDS-PP.PPD/PSD.IL para a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, ao abrigo do artigo 33.º do Regimento da Assembleia de Freguesias de Covilhã e Canhoso, vêm apresentar a seguinte moção:

Considerando:

- As preocupações levantadas pela comunidade em relação ao novo sistema de mobilidade implementado na Covilhã, incluindo fundamentalmente as questões relacionadas com a substituição dos abrigos de passageiros, o licenciamento do "silo-auto do Sporting", a devolução dos valores resultantes da troca de passes e a comercialização de passes e bilhetes pela Transdev e pelas Juntas de Freguesia;
- A falta de esclarecimento e atraso na resolução dessas preocupações por parte da Câmara Municipal, apesar das promessas de ação anteriormente apresentadas;
- A necessidade urgente de garantir um sistema de mobilidade eficiente e acessível para todos os cidadãos da Covilhã.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, reunida em 24 de abril de 2024, delibera:

- Exigir à Câmara Municipal da Covilhã que tome medidas imediatas para resolver as preocupações levantadas pela comunidade, em relação ao novo sistema de mobilidade, incluindo a devolução dos valores resultantes da troca de passes, a substituição dos abrigos de passageiros, a conclusão do licenciamento do "silo-auto do Sporting" e a clarificação do envolvimento das Juntas de Freguesia na comercialização de passes e bilhetes pela Transdev;



- Mandatar o presidente da Junta de Freguesia para que apresente a moção na Assembleia Municipal da Covilhã, em nome da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, exigindo a adoção imediata das medidas necessárias para resolver as preocupações acima mencionadas;
- Manifestar solidariedade para com os cidadãos da Covilhã afetados pelas deficiências do novo sistema de mobilidade e reafirmar o compromisso da Assembleia de Freguesia em defender os seus interesses e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade;
- Enviar cópia desta moção à Câmara Municipal da Covilhã e a todos os órgãos competentes, solicitando uma resposta e ação imediatas.

A presente moção é submetida a votação pelos membros da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesia.

Covilhã, 24 de abril de 2024

Os membros dos grupos do CDS e do PSD eleitos pela coligação Covilhã e Canhoso - Juntos, Fazemos Melhor – CDS-PP.PPD/PSD.IL para a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso,

Sérgio Paulo Carrasco de Sousa



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2024

Handwritten signatures in blue ink.

Moção

No quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos.

Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm contrariado. Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.



Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em sessão ordinária em 29 de Abril de 2024, delibera:

- 1 Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
- 2 Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;
- 3 Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
- 4 Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatórios;
- 5 Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas.



- 6 Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.
- 7 Apelar à população à participação nas comemorações dos 50 anos do 1º de Maio em liberdade.

Covilhã, 29 de Abril de 2024

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel

Repetição

(Doc.04)

JP A

MOÇÃO

Covilhã : Um exemplo da celebração e valorização da democracia

Celebramos ^há 5 dias atrás os 50 anos do 25 de Abril . Uma data emblemática comemorada por todos e que vai certamente ficar na memória de todos.

Tive o orgulho de nas comemorações dos 49 anos do 25 de Abril poder tomar da palavra pelo PSD na sessão solene desta AM e dizer, passo a citar “ Num outro dia 25, desta feita, em novembro do ano de 1975, uma parte significativa dos militares de Abril, que continuavam fiéis ao verdadeiro espírito de Abril e às forças políticas democráticas, nomeadamente PSD, PS e CDS, consolidaram definitivamente o caminho da democracia e da liberdade, evitando que Portugal voltasse a uma ditadura de sentido contrário, sob o mando da extrema-esquerda e da esquerda totalitária. Assim, com a consolidação democrática do 25 de novembro, o poder foi efetivamente devolvido ao povo e o país começou a trilhar a via democrática e a senda do progresso, como nação europeia e ocidental.” fim de citação.

O general Ramalho Eanes, o Primeiro Presidente da República eleito em democracia, deu recentemente uma entrevista onde foi questionado sobre a importância de se comemorar também o 25 de Novembro de 1975.

Ramalho Eanes, comandante operacional do 25 de Novembro, defendeu que o 25 de Abril é a data fundadora da democracia mas que separar as duas datas é estar a cometer um erro histórico. Considera que faz sentido celebrar as duas datas, uma vez que as duas são datas fundamentais para a democracia e disse, passo a citar “ houve como toda a gente sabe, sobretudo os mais velhos, aquela perturbação terrível a que chamaram PREC e houve, obviamente, ameaças significativas à intenção original do 25 de Abril, que era a intenção democrata. O 25 de novembro reassumiu esse compromisso original” fim de citação.

Consideramos a história singular e o valioso contributo cívico dos cidadãos da Covilhã para a afirmação dos valores democráticos em Portugal;

Relembrando que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Covilhã foi palco de uma intensa atividade política e social, onde os seus habitantes, empenhados na luta pela liberdade e pela justiça social, desempenharam um papel de destaque na oposição ao regime autoritário do Estado Novo;

Recordamos que, após o 25 de Abril de 1974, a Covilhã se mobilizou ativamente para promover a participação cívica e política dos seus cidadãos, contribuindo assim para a consolidação do processo democrático no país.

Reconhecemos que a cidade da Covilhã, pela sua história de resistência e compromisso com os ideais democráticos, deve assumir um papel de liderança na celebração e na valorização dos momentos-chave da democracia portuguesa.

Entendemos que é importante para a cidade da Covilhã preservar a memória histórica dos acontecimentos que marcaram a transição para a democracia em Portugal e homenagear todos aqueles que, no passado e no presente, lutaram e lutam pela liberdade e pela democracia;

Sublinhamos que o dia 25 de Novembro de 1975 representa um marco fundamental na história da democracia portuguesa, simbolizando a vitória das forças democráticas sobre as tentativas de subversão do regime democrático e a consolidação dos valores democráticos no país;

Propomos, assim, que a Assembleia Municipal da Covilhã sugira ao executivo municipal a instituição do dia 25 de Novembro como o Dia da Restituição da Democracia em Portugal, promovendo a realização de cerimónias e eventos comemorativos que recordem este momento histórico e sensibilizem as gerações futuras para a importância da democracia e da sua defesa, com especial destaque para as iniciativas que possam ser realizadas no âmbito local, envolvendo as escolas, associações e a comunidade em geral;

Deveríamos já este ano iniciar a comemoração deste dia, que seria replicado nos anos futuros, dando especial destaque ao ano de 2025, ano onde este momento histórico faz os seus 50 anos.

Assim, a Bancada do PSD Covilhã solicita o apoio dos demais membros desta Assembleia na aprovação desta moção, reiterando o compromisso com a valorização da democracia e com o fortalecimento dos laços de cidadania na cidade da Covilhã.

Por conseguinte, sob proposta do Grupo Municipal do PSD , a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 29 de Abril de 2024, aprova as seguintes propostas para a Câmara Municipal:

- 1) Celebrar, todos os anos, a data historia do 25 de Novembro de 1975;
- 2) Criação de uma Comissão para a organização dos 50 anos do 25 de Novembro de 1975.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luís Rodrigues

Lino Torgal

(Doc. 05)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Pesar – Carlos Manuel Figueiredo da Silva

24 de abril de 2024

Faleceu, no passado dia 12 de março, Carlos Manuel Figueiredo da Silva, covilhanense ilustre e de militância ativa.

Foi Presidente do CCD Académico dos Penedos Altos durante vários anos, foi membro da Assembleia da Junta de Freguesia da Conceição.

A sua intervenção política não o impediu de dar também o seu contributo em variadíssimas outras áreas.

Jogador de hóquei no CDC e futebolista do Sporting Clube da Covilhã. Jogou no clube nos anos 60.

Fez parte da primeira direcção da recém criada Academia Portuguesa de Fibromialgia, Síndrome de Sensibilidade Central e dor crónica.

A Covilhã perde um grande covilhanense e fica, assim, mais pobre.

Por todo este contributo deixado à Covilhã por Carlos Silva, não podem, as bancadas do PSD e do CDS-PP neste órgão, deixar de homenagear este concidadão.

Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de abril de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.



Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luís Rodrigues

Lino Torgal



Voto de Pesar – José curto Pereirinha

29 de abril de 2024

Faleceu, no passado dia 21 de fevereiro, aos 81 anos de idade, José Curto Pereirinha.

Natural de Caria, foi membro desta Assembleia Municipal, teve participação cívica ativa na vida política e associativa do concelho e na freguesia de Peraboa onde foi membro do executivo da junta de freguesia e também eleito na assembleia de freguesia.

Formado na Universidade da Beira Interior, esteve envolvido ativamente em várias associações onde ocupou funções em diversos órgãos sociais, nomeadamente na Associação Humanitária do Bombeiros Voluntários da Covilhã e no Centro Social do Divino Espírito Santo.

Assim, os membros dos Grupos Municipais do PSD e do CDS propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 29 de abril de 2024 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Jorge Vaz

Luís Rodrigues

Lino Torgal

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de José Curto Pereirinha, de 81 anos.

Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e associativas.

No seu percurso político foi membro do executivo da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia de Peraboa e ainda membro da Assembleia Municipal da Covilhã.

Atualmente, desempenhava funções como presidente do conselho fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

Dedicava-se também a causas sociais, tendo integrado os órgãos diretivos do Centro Social do Divino Espírito Santo.

*A também da Liga dos Amigos do C. H. H. H. Unidos
C. V. do B. S.*

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



MOÇÃO PELO CESSAR DE HOSTILIDADES E PELA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

A Guerra no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas leva já cerca de seis meses. Desencadeada pelo ataque que o Hamas realizou em 7 de Outubro de 2023, este acto é apenas a sua justificação próxima. A realidade é, contudo, muito mais complexa, extensa e duradoura.

O ataque que o Hamas realizou em 7 de Outubro não pode ser justificado de forma alguma, mesmo que se considerassem as piores condições de vida possíveis impostas sobre o povo que vive num enclave por si governado. Nada pode legitimar a morte de famílias inteiras apenas porque vivem no local errado. Nada pode legitimar a morte e o sequestro de centenas de adolescentes que se encontravam numa festa a celebrar a vida. Nada pode legitimar ataques por rockets sobre população indefesa apenas porque professam uma religião diferente ou vivem num determinado país.

Encarada a realidade do lado dos habitantes de Gaza, há muitas razões de revolta. Não há ataques de rockets que possam justificar que o território tivesse 4 horas de electricidade por dia, tal como as mesmas 4 horas de água. Nada pode legitimar que os habitantes de Gaza tenham que passar por bloqueios nas estradas que tornem viagens de poucos minutos em calvários de horas. Nada pode justificar que numa geografia com uma idade média de 17 anos, a taxa de desemprego seja de mais de 75%, nada pode justificar a falta de esperança ou o desespero que isto significa para estes jovens.

Nada pode justificar a morte de mais de mil israelitas, nada pode justificar a morte de 27 mil palestinianos. Mas nada disto tem a maior das importâncias para os Estados e para a comunidade internacional. A importância que todos estes dramáticos factos, que todo este desespero tem é a de demonstrar que temos mesmo de fazer a paz! Nas palavras do Sec. Geral da ONU, António Guterres, precisamos de encontrar uma saída para o “brutal, terrível e agonizante beco sem saída de destruição”. O que realmente tem importância é a paz porquanto é, apenas, num cenário de paz que se pode construir um futuro de sã convivência entre povos que estão destinados a entender-se.

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em 24 de Abril de 2024 aprova a presente moção pelo cessar das hostilidades na faixa de Gaza e em Israel, pela negociação da paz duradoura no quadro de negociações mais amplas para coexistência de dois estados que coabitem e cooperem na promoção da vida e da esperança para todos no Médio Oriente.

Subscritores

António Filipe Abreu Felis
A. L. B. R.
Afonso Gomes
Artur Mendes
V. L. R.
T. L. M.
J. L.
Paulo L. S.
Abel Cardoso
C. G. C. A. V. -
B. J. S.
Joana Carreira
Rui Nunes



Handwritten signature in blue ink.

Recomendação

Reconhecimento aos Heróis de Abril e da Liberdade

A toponímia de lugares das cidades, vilas e aldeias, do país e do Mundo, é frequentemente utilizada para perpetuar na história os nomes daqueles que se destacaram em alguma área, cívica, cultural, social ou económica das comunidades. Nas ruas da Covilhã, apesar do merecido reconhecimento já perpetuado a Mário Soares e Francisco Sá Carneiro, ainda não foi feita a devida justiça a quem concretizou o 25 de Abril, nem a todos aqueles que tiveram um papel essencial na construção da democracia.

No mês em que celebramos 50 anos da Revolução dos Cravos, a Assembleia Municipal da Covilhã vem por isso recomendar ao executivo municipal que, através de atribuição do seu nome a rua, praça ou jardim da cidade, preste homenagem às principais figuras do 25 de Abril de 1974, em termos de idealização, comando e operacionalização do golpe militar, bem como aos líderes dos partidos fundadores da democracia que ainda não tenham recebido tal distinção, colocando à consideração da Comissão Municipal de Toponímia nomeadamente:

- Capitão Salgueiro Maia
- Major Otelio Saraiva de Carvalho
- Major Melo Antunes
- Álvaro Cunhal
- Diogo Freitas do Amaral



3. Intervenção no período da ordem do dia

3.1 - Debate entre Grupos Municipais: “Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela”.

É hora de acção!

De implementar as medidas previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, publicadas a dias de eleição de um novo Governo e dezoito meses depois daquele que foi o flagelo, que não queremos ver repetido na nossa cidade, na nossa Serra e no nosso país.

Sobre o Plano, podemos ler que se constitui “(...) como um programa integrado de desenvolvimento regional do território, com foco em diferentes domínios temáticos, identificando medidas e projetos a implementar nos curto, médio e longo prazos, que deverão promover o desenvolvimento sustentável da região, a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, a inovação e o investimento para a revitalização dos setores produtivos e diversificação da base económica da região, combatendo a perda demográfica e tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos, preservando e valorizando o seu principal ativo patrimonial: o Parque Natural da Serra da Estrela e todos os seus ecossistemas.”

Das notas introdutórias desta publicação, importa ainda salientar que os financiamentos destas medidas terão origem nos quadros do Portugal 2030 (PT2030) e “(...) de acordo com as respetivas linhas de programação, do Plano de Recuperação e Resiliência”.

Sabendo que a elegibilidade do financiamento, dependerá da natureza dos investimentos, não podemos deixar de constatar que o Plano construído nos últimos meses, considere linhas de financiamento com origem no PRR discutido pós-pandemia. Além de, parte das medidas previstas serem promessas antigas de anteriores e actuais governantes e autarcas.

Clarifica-se ainda que caberá à CIM BSE a abertura de avisos específicos e que o acompanhamento da execução e a monitorização do Plano, compete a uma comissão de acompanhamento coordenada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P..



A título de rodapé, esta comissão não tem direito a receber qualquer remuneração, abono, compensação, subsídio ou senha de presença pelo desempenho de funções. Conto poder voltar a este tema, num ponto seguinte da nossa OT.

Organizado em quatro domínios temáticos: a) «Pessoas, inovação social, demografia e habitação»; b) «Economia, competitividade e internacionalização»; c) «Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento»; d) «Cultura, turismo e marketing territorial», pretendeu ser o mais abrangente possível nas suas acções.

De todas as medidas e programas enunciados, por economia de tempo e não sendo possível referir-nos a todas, gostaríamos de poder abordar neste ponto de discussão:

1. A preocupação pelo valor global atribuído aos projectos P3.3 Recuperação e restauro de áreas ardidadas e de infraestruturas danificadas, no valor de 13.182.880 €, dos quais parte será afectada à Estrada Regional n.º 338 (Piornos-Manteigas), e ao P3.4 Recuperação dos habitats do PNSE, no valor de 3.150.000. Se consideramos que dos cerca de 93M€ do domínio Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento, mais de 50 % serão para obras públicas como barragem e estradas, constatamos que o valor afecto à recuperação de habitats, fauna e flora é um valor que fica aquém do desejável.
2. Relativamente à promessa antiga da construção da Barragem das Cortes, no valor de 30.000.000, dos quais estão considerados 20% de financiamento autárquico, importa clarificar o mais brevemente possível se estão dissipadas as dúvidas levantadas em 2013 pela Quercus e os entraves legais colocados pelos proprietários dos terrenos.
3. A ausência, tanto no projecto 3.9 Plano de Pormenor para a área de intervenção específica da Torre, como no 3.12 Reforço da capacidade de resposta dos Serviços Municipais de Proteção Civil, da instalação e beneficiação de uma reposta avançada de primeiros socorros. Numa zona turística e de grande afluência como é o Parque Natural, e aquela que se ambiciona com este Plano, faria todo o sentido dotá-la desta resposta.



Cumpre-nos ainda, sobre este tema e confrontados com a dura realidade de Agosto de 2022, com mais de 27.340 hectares perdidos, seis municípios afectados, o impacto negativo nos ecossistemas, a preocupação pelo futuro da nossa serra, tenhamos presente que mais de 10% da área do nosso município foi consumida por este desastre, concordaram todas as bancadas e, em abono da verdade, apoiados pelo Presidente da Assembleia Municipal, em constituir uma Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela.

Esta Comissão, constituída por representantes de todas as bancadas e pelos presidentes das juntas de freguesia mais fustigadas pelos incêndios, tomaram posse a 12 de Julho de 2023. Desde esta data, a Comissão tem reunido e analisado com associações, juntas de freguesia e Câmara Municipal, um conjunto de informação que julgamos relevante para o Município e concidadãos. Gostaríamos de neste momento, poder realçar e reconhecer o papel construtivo e empenhado de todos os elementos desta Comissão de Avaliação que mantiveram sempre presente o interesse maior, refletindo e avaliando para além dos interesses político-partidários.

Queremos, no entanto, referir que a mesma tem sido confrontada com agendamentos sucessivos de discussão de um tema tão relevante e que lhe deu origem, sem que se interrogue pelas conclusões e pelos seus trabalhos. Bem sabemos que a comissão ou o seu resultado não pretende beneficiar ninguém nas eleições. A leitura das conclusões não terá o mesmo impacto mediático que o anúncio de uma obra prometida e adiada há mais de 15 anos.

A própria Câmara, a um pedido de agendamento de reunião, responde com o envio de um documento que é público. Só depois de muita insistência, um mês e meio depois do primeiro pedido, agendou a reunião solicitada.

Das reuniões mantidas, há três grandes ilações que deveremos todos refletir. A primeira, a burocracia e a multiplicidade de agentes. Excesso de informação, muitas das vezes contraditória, e passos repetidos. O estado e mais estado.

Peguemos a título de exemplo no pagamento dos subsídios e ajudas pós-incêndio. O tempo de espera, a informação necessária e o repetir de prestação de informação.



A segunda conclusão, os resultados efetivos do abandono do interior. A desertificação e o esquecimento pelo poder central. O poder voltou costas ao meio rural e ao meio natural.

A desmaterialização dos últimos anos de associações e institutos não acompanhada de medidas de reforço para o poder autárquico local. As juntas desempenham hoje múltiplas funções para as quais não recebem o devido suporte logístico e financeiro do poder central.

Por fim, ausência de fiscalização e auditoria. O estado e seus organismos são intrinsecamente desconfiados do cidadão. Os entraves burocráticos são prova disso. No entanto pouco fiscalizador e auditor da acção pública. Com testemunhos, que dizem respeito à acção diferente pelas Associações de Baldios, é possível comprovar isto mesmo.

A terminar, e porque não devo entrar em mais detalhe naquele que é o importante trabalho de conclusão da Comissão, quero solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia a minha demissão da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos do Município e da Aplicação do Plano de Revitalização da Serra da Estrela.

Comuniquei previamente esta decisão ao coordenador, ao Presidente António Carriço, por entender que, quer do primeiro momento em Novembro, com uma AM extraordinária, para anúncio antes da CIM, e para refrescar jornais de promessas, quer no agendamento para o dia de hoje, deveria ter sido ouvida esta comissão e ter, desde logo como ponto inicial, o testemunho do seu coordenador e relator.

Covilhã, 29 de Abril de 2024

O Grupo Municipal do CDS-Partido Popular